



III Assembleia Concelhia de Loures: uma grande manifestação da organização dos comunistas e um testemunho claro da capacidade dos trabalhadores em contribuir para a recuperação económica do País

PARA A SAÍDA DA CRISE ECONÓMICA OS TRABALHADORES SÃO INDISPENSÁVEIS

O papel indispensável dos trabalhadores para a solução dos graves problemas económicos nacionais ressaltou com grande clareza dos trabalhos da III Assembleia da Organização Concelhia de Loures, que se debruçou também sobre importantes problemas de organização. O camarada Álvaro Cunhal assistiu à Assembleia e discursou no comício de encerramento.

Páginas centrais

Sábado próximo

GRANDE COMÍCIO NO CAMPO PEQUENO

Álvaro Cunhal, Octávio Pato e Ângelo Veloso discursarão no próximo sábado num grandioso comício a efectuar no Campo Pequeno, em Lisboa, às 15 horas.

O balanço da «Promoção Conquistas de Abril», o seu significado e as tarefas que hoje se colocam a todos os militantes, assim como a actual situação política e a posição do nosso Partido, serão os temas desta grande jornada, subordinada ao lema: **Um PCP mais forte para defender Abril.**

Faça chuva ou faça sol, todos ao Campo Pequeno!

ÁLVARO CUNHAL EM AVEIRO E COIMBRA

Diversas outras sessões e comícios decorrerão igualmente nos próximos dias, conforme noticiamos na pág. 5. Álvaro Cunhal estará no domingo à tarde em Aveiro e, nesse mesmo dia à noite, em Coimbra.

Editorial

ACORDO POLÍTICO — NÃO CHEQUE EM BRANCO

Prevê-se para hoje que o dr. Mário Soares, indigitado Primeiro-Ministro, comunique ao Presidente da República se sim ou não considera estar em condições de formar novo governo.

Chegados a uma fase de grandes decisões importa aclarar questões capitais da situação política actual e fazer de certa forma o ponto das negociações interpartidárias quer para um acordo ou plataforma política quer para um acordo sobre a fórmula básica e a composição pessoal do Governo que abram caminho à solução da crise.

Importa sobretudo facultar, e submeter ao nosso Povo elementos de reflexão e de análise objectiva dos problemas actuais que lhe permitam intervir de maneira activa, consciente e informada nas grandes soluções políticas da hora presente.

Este esclarecimento é tanto mais necessário quanto é certo existirem ainda largas zonas de ambiguidade e de indefinição política que têm dificultado a marcha das negociações e não permitem ver com clareza o caminho que será seguido.

☆☆☆

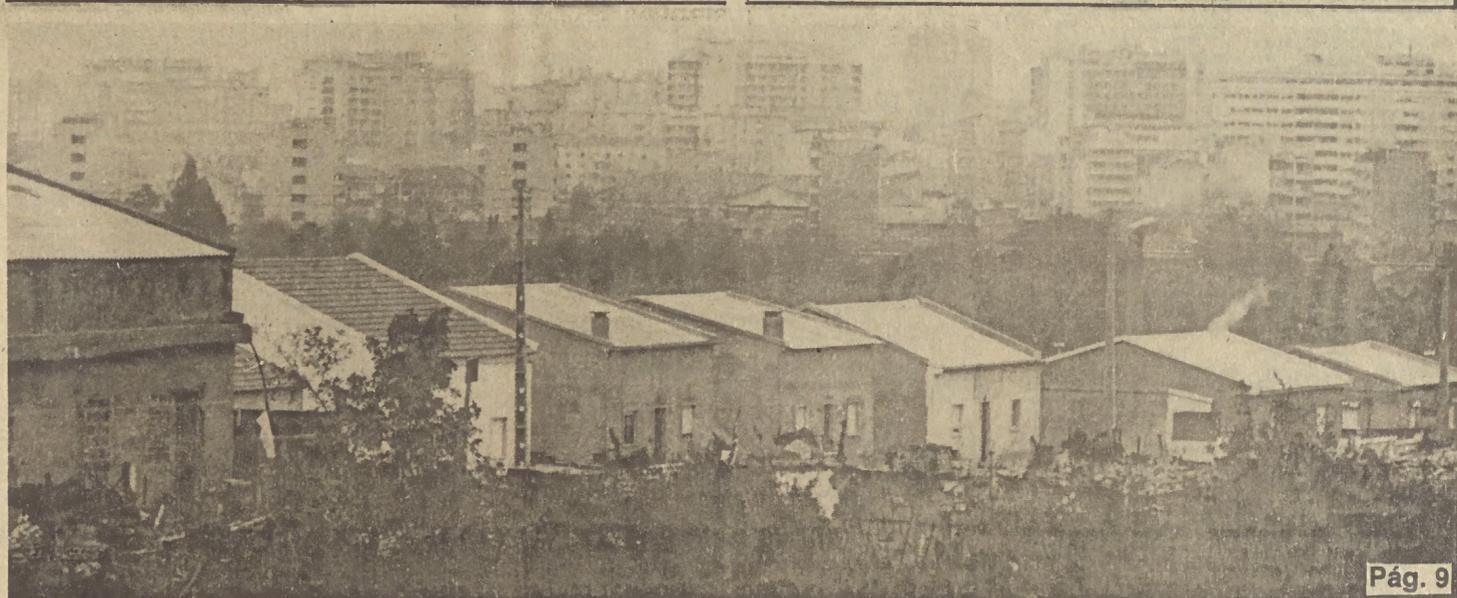
O PCP tem-se batido com firmeza e continuará a bater-se até às últimas possibilidades por uma solução assente em primeiro lugar, num acordo de plataforma política e depois disso num acordo para a formação e composição pessoal do futuro governo.

Indigitados o dr. Mário Soares e naturalmente o PS para as diligências prévias necessárias à formação de um novo governo, têm-se os comunistas esforçado por uma aproximação de pontos de vista com os socialistas sobre as questões essenciais da actualidade e no sentido da cooperação futura entre os dois partidos para a defesa e consolidação do processo democrático em Portugal.

É conhecida a base das propostas do PCP: o acordo político entre comunistas e socialistas que não exclui outros democratas portugueses deve assentar no respeito absoluto pela Constituição, no respeito e dignificação dos órgãos de soberania e das instituições democráticas, na garantia efectiva dos direitos e liberdades consagrados na Constituição, no respeito pelos limites das formações económicas existentes. Numa palavra, o PCP centra a sua política na defesa intransigente das grandes conquistas da Revolução: as nacionalizações, a Reforma Agrária, o controlo de gestão pelos trabalhadores.

Na defesa intransigente destas grandes linhas gerais o PCP tem dado mostras de flexibilidade, de espírito de abertura, para que a economia e a democracia portuguesa não sofram abalos irreversíveis cujas grandes vítimas seriam as classes trabalhadoras da cidade e do campo.

(Continua na pág. 2)



Pág. 9

O PLANO DA CÂMARA DE LISBOA PARA 1978 É POSITIVO E REALISTA (A DIREITA VOTOU CONTRA)



Intensificam-se os trabalhos preparatórios da Conferência das Organizações do PCP para a Dinamização do Sector Nacionalizado

Pág. 3

A VISITA DE LUÍS CABRAL AO NOSSO PAÍS

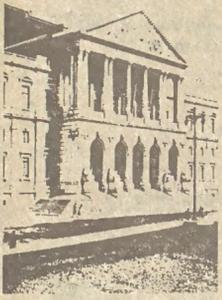
Encontra-se desde ontem no nosso país, Luís Cabral, Presidente do Conselho de Estado da República da Guiné-Bissau. Desta visita espera-se que resulte um reforço dos laços de amizade e cooperação entre os Povos e os Estados dos dois países.

Pág. 3



OS CAMINHOS QUE A CAMPANHA ABRIU

Pág. 12



Os Comunistas na Assembleia da República

Decreto-lei do MEIC «chumbado» na Assembleia

A Assembleia da República recusou, na passada terça-feira, conceder o seu voto favorável à ratificação do decreto-lei que criou o MEIC a Direcção-Geral da Extensão Educativa. Apenas os deputados do PS votaram favoravelmente este decreto-lei que tantas críticas recolheu por parte de todas as bancadas da Assembleia da República.

Os deputados comunistas votaram contra a ratificação por três razões fundamentais, conforme acentuou em declaração de voto o deputado Manuel Gusmão.

Indicando a primeira razão, invocou Manuel Gusmão a manifesta falta de perspectivas criadoras e de vontade política para resolver os problemas da alfabetização e da educação permanente, que revela a incapacidade completa da equipa autora do decreto em encarar a realização de claros imperativos constitucionais.

Depois de ter criticado a profunda arbitrariedade e discricionariedade de que enferma o decreto, Manuel Gusmão referiu ainda a levandade (e é certamente a fórmula menos agressiva que podemos utilizar) com que é encarado o direito

ao trabalho de várias dezenas de trabalhadores que, à face do decreto, se vêm sob a ameaça concreta de despedimento.

Efectivamente, ao longo das duas intervenções do Grupo Parlamentar do PCP, a abordagem deste três pontos foi o tema central das críticas ao decreto em causa de que se encarregaram os deputados Zita Seabra e Jorge Lemos.

O problema da alfabetização foi sobretudo abordado por Zita Seabra que, logo no início da sua intervenção, afirmou: «A primeira questão que este decreto nos levanta é que torna claro que a equipa que durante os últimos 16 meses esteve no Ministério não fez nada, desfaz mesmo o que já se tinha feito, nos domínios da alfabetização e da educação permanente, não por incapacidade — o que já era grave — mas por deliberada opção política. O MEIC optou pelo obscurantismo, ao invés da Constituição».

Também os problemas da arbitrariedade e discricionariedade foram longamente abordados por Zita Seabra, enquanto que Jorge Lemos se ocupou mais especificamente dos direitos dos trabalhadores do MEIC, ameaçados caso este decreto-lei viesse a ser ratificado.

Debaixo do nevão há quem corra o risco de ficar sem pão

A deputada comunista Hermenegilda Pereira, a propósito de uma sua recente deslocação à região da Serra da Estrela, acompanhada dos deputados Severiano Falcão e Jerónimo de Sousa, proferiu uma intervenção na Assembleia da República onde, a par do espectacular cenário de alvura com que a natureza beneficia aquelas paragens, colocou o desespero de muitas centenas de trabalhadores que, segundo a própria expressão utilizada pela deputada, **debaixo do nevão correm o risco de ficar sem pão.**

Falando sobretudo das dificuldades que atingem os operários do sector têxtil, a deputada Hermenegilda Pereira referiu os resultados das visitas que fez a duas empresas do sector: a Ernesto Cruz e C.ª, da Covilhã, e a Sociedade Industrial de Gouveia. **Cerca de mil trabalhadores destas duas empresas — disse a deputada do PCP — estão ameaçados de desemprego, sobretudo por falta de apoio bancário.**

A primeira destas duas empresas foi intervenida em Julho de 1976, para evitar o encerramento da mesma por falência técnica. No entanto, o Governo nomeou para gestor da empresa um dos sócios gerentes da firma, sendo por isso de admitir que se preparou desde logo a intervenção e a desintervenção, como acentuou Hermenegilda Pereira.

E assim aconteceu em Março de 1977, quando outro despacho governamental pôs fim à intervenção, apesar da Comissão de Trabalhadores então em exercício, e os próprios titulares, se terem pronunciado pela sua transformação em sociedade de capitais públicos.

Fazendo-se eco das preocupações dos trabalhadores desta empresa, a deputada do PCP revelou que, neste momento, a entidade patronal já lhes deve 15 mil contos, enquanto as dívidas ao Sindicato de Lanifícios atingem os 650 contos e as da Previdência somam 29 mil contos. Por outro lado, os trabalhadores ouvem ainda falar da possibilidade da efectivação de 148 despedimentos.

Abordando seguidamente os problemas que afectam os 380 trabalhadores da empresa de Gouveia, Hermenegilda Pereira disse que a falta de matérias-primas não permite que a produção vá além dos 25 por cento, que se satisficam as encomendas em carteira, e, consequentemente, impede que sejam pagos os salários.

Nesta empresa, os trabalhadores receberam apenas parte dos salários do mês de Novembro e nada garante que possam vir a ser pagos o salário de Dezembro e o 13.º mês.

A entidade patronal deve aos trabalhadores mais de 19 mil contos e à Previdência 26 mil. Porém — conforme denunciou a deputada do PCP — três administradores da empresa viram os seus ordenados aumentados em 17 contos, dois com 4 contos e um só em 9 contos.

E a propósito disse Hermenegilda Pereira: **Este problema é o exemplo bem vivo de como se procura que sejam apenas os trabalhadores a continuar em regime de austeridade faminta e, ao mesmo tempo, a pagarem e a sofrerem na carne as consequências da crise económica que nunca provocaram.**

Trabalhadores exigem medidas que reestruem a indústria vidreira

Os problemas da indústria vidreira, de que vive grande parte da população trabalhadora da Marinha Grande, foram abordados numa intervenção do deputado do PCP Sousa Marques, proferida no período de antes da ordem do dia do passado dia 5.

Começando por afirmar que as perspectivas são sombrias para as empresas localizadas naquele concelho, Sousa Marques começou por abordar os problemas das empresas do sector da cristalaria onde, segundo afirmou, o colapso se pode dar a curto prazo.

No sector da cristalaria — salientou o deputado do PCP — a maioria das pequenas e médias empresas encontra-se em situação de falência técnica. Para cinco empresas com um volume de vendas em 1976 de 650 mil contos, as dívidas atingem os 500 mil. Descapitalizadas, com um baixíssimo nível de investimentos e grande dependência de capitais alheios, com enormes encargos financeiros, estão incapazes de, só por si, sair do fosso em que se encontram. O valor acrescentado bruto não é suficiente para absorver os encargos e as amortizações na maioria das empresas.

E Sousa Marques acrescentou: **O nível tecnológico dos equipamentos e dos processos de fabrico é bastante baixo, sendo a produtividade duas a três vezes menor do que a de empresas concorrentes estrangeiras.**

Passando a analisar o sector do vidro de embalagem, o deputado comunista referiu a existência de inúmeros problemas de ordem estrutural, embora as perspectivas de desenvolvimento sejam boas. A maioria das empresas — adiantou — está igualmente descapitalizada, havendo prejuízos elevados em algumas como consequência da deficiente estrutura económico-financeira e técnico-industrial.

Depois de ter referido que a produção de vidro de embalagem já não satisfaz as necessidades de consumo interno, Sousa Marques defendeu uma política coordenada e selectiva de financiamento para o sector, de modo a impedir o seu crescimento anárquico.

Dando exemplos vivos e reais da situação, Sousa Marques referiu os casos das empresas CIVE, Dâmaso, da Fábrica Escola Irmãos Stephens e da Manuel Pereira Roldão.

A primeira, que conta com 52 por cento de capital estatal, sofre as consequências dos seus planos de reestruturação repousarem no fundo das gavetas, sem que se ouçam os trabalhadores; a segunda, continua a aguardar um mínimo de apoio suficiente por parte do Instituto de Apoio às Pequenas e Médias empresas, enquanto a Fábrica-Escola espera a necessária reconversão, a Manuel Pereira Roldão, abandonada pelo patronato, está entregue à sua sorte, sem um mínimo de apoio por parte do Governo, que apenas parece preocupado em a devolver ao ex-patrão sabotador.

Abordando outro aspecto do problema, Sousa Marques denunciou o facto de se ter concedido facilidades de crédito e outras a uma empresa de capitais alemães que despediu 60 trabalhadores, enquanto que a indústria nacional não tem tido acesso a essas facilidades de crédito.

Mais adiante, o deputado comunista disse: **Os trabalhadores já reivindicam há muito medidas para o sector e a criação de um organismo permanente que, contando com a sua participação activa e criadora, elabore um plano de acção que contemple questões como as seguintes: estudo das necessidades de consumo interno e previsão do desenvolvimento dos mercados externos no vidro e no cristal; planificação da produção a realizar pelas diferentes unidades produtivas com uma grande redução dos modelos existentes de forma a especializar o mais possível a produção; reestruturação tecnológica de acordo com o dimensionamento das empresas, dos meios humanos existentes e dos tipos de produção a realizar; avaliação da situação financeira das empresas, estabelecendo-se programas de saneamento e financiamento equilibrados e articulados com as necessidades da produção global; regulamentação de contingentes e condições de importação.**

Iniciativas legislativas do PCP

O Grupo Parlamentar do PCP apresentou à Mesa da Assembleia da República dois projectos de lei: um sobre cooperativas e outro sobre a participação das organizações dos trabalhadores na elaboração da legislação de trabalho.

O primeiro destina-se a revogar expressamente legislação com a qual o regime fascista pretendia adulterar as características do movimento cooperativo.

O segundo projecto de lei tem por objectivo responder a direitos dos trabalhadores claramente consagrados na Constituição da República.

lei foram apresentados, procedeu-se ainda à votação final global do projecto relativo ao Serviço do Provedor de Justiça, que foi aprovado por unanimidade.

No período de antes da ordem do dia, a Assembleia aprovou um voto proposto por deputados dos quatro partidos no qual se recomendava vivamente que **por acordo entre o Ministério dos Assuntos Sociais e os médicos, seja encontrada uma solução para a questão da continuidade da carreira médica que tenha designadamente em atenção a definição da carreira de generalista e a garantia da idoneidade técnica da formação dos especialistas, em ordem a um progresso na organização das carreiras médicas e do Serviço Nacional de Saúde.**

Editorial

ACORDO POLÍTICO — NÃO CHEQUE EM BRANCO

(Continuação da pág. 1)

Necessárias fórmulas de transigência política aliadas à firmeza quanto às questões essenciais, têm podido até agora defender em condições extremamente difíceis as conquistas fundamentais dos trabalhadores e da Revolução.

No terreno concreto das negociações com os socialistas para a solução da actual crise de governo pode-se dizer que se avançou na superação de obstáculos e pontos de vista aparentemente irreductíveis, o que é positivo.

Mas, até ao momento em que escrevemos, os avanços conseguidos carecem de concretização e sem ela nenhuma conclusão definitiva pode ser tirada acerca de um possível acordo entre os dois partidos.

Sem um acordo político claro, firme e preciso não é possível contar com a concordância e a vontade do PCP.

Tal como as coisas estão nada ainda pode ser garantido. O PCP é um velho partido, com uma direcção politicamente experiente, provada em mil batalhas. Seria falacioso e utópico pensar que o PCP poderia subscrever um acordo na base de generalidades não assegurando nenhuma linha de orientação essenciais e prestando-se ulteriormente a interpretações controversas.



Necessárias fórmulas de transigência política para defender as conquistas fundamentais da Revolução não são o mesmo que fórmulas de transacção ideológica que conduziram na prática à defesa dos interesses da grande burguesia exploradora e dos inimigos da Democracia contra os interesses do povo trabalhador e da independência nacional.

O PCP nunca dará o seu aval a uma política de direita, contrária aos interesses dos trabalhadores.

Da mesma forma, um governo, com peso determinante dos partidos da direita reacçãoária, ainda que sob o véu do "despartidarismo" levaria infalivelmente à prática uma política de direita, não seria idóneo para respeitar e aplicar qualquer acordo com o PCP e lançar a economia e a sociedade

portuguesa numa fonte permanente de conflitos e de instabilidade política e social.

Constituiria além disso um perigo permanente para a democracia em Portugal e até para o próprio Partido Socialista.

Não compreender esta firme posição de princípio e este imperativo categórico dos comunistas portugueses é dar mostras de irrealismo e de limitada visão política.

A direita reacçãoária, os seus pasquins, a sua máquina de propaganda, procuram confundir as massas tentando fazer acreditar que «o PCP está por tudo, aceita tudo!» na solução da crise governativa actual.

Em estranha consonância com as forças da reacção, os grupelhos pseudo-revolucionários falam como em colza assente numa coligação PS/PPD/CDS... e PCP. Uns com a linguagem de classe que lhes é própria, outros com a sua costurada fraseologia ultra-esquerdista procurando deformar e denegrir o PCP e a sua política consequente.

É um esforço inútil que esbarra com a crescente audiência de massas do PCP, com o seu enraizamento no que há de mais genuíno e progressivo no nosso Povo, com a sua política séria ao serviço dos trabalhadores e do País.



Os que pensam que o PCP se deixará enredar na tela de interesses do grande capital ou deslizar para uma política sem princípios podem tirar daí o sentido.

Na presente solução da crise governativa aglremos com a mesma consequência que aglmos na situação que levou à derrota da moção de confiança do Governo do PS em Dezembro passado na Assembleia da República.

Como disse Álvaro Cunhal numa recente entrevista a um matutino:

«Tal como não assinámos um cheque em branco ao Governo do PS quando da moção de confiança, muito menos o assinaríamos a um governo PS colgado aos partidos da direita, para uma política que consumaria o desastre nacional e para o qual a política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista nos tem vindo a conduzir».

Uma política limpa como a água limpa das montanhas...

Os problemas dos moradores dos bairros camarários do Porto

As conclusões de um Encontro de Comissões de Moradores dos Bairros Camarários do Porto, recentemente realizado naquela cidade, foram levadas na passada semana ao plenário da Assembleia da República através da intervenção do deputado comunista Joaquim Felgueiras, que começou por focar a gravidade dos problemas que afectam os moradores desses bairros.

Revelando que o Encontro teve a participação de 12 Comissões de Moradores das 18 existentes nos 26 bairros camarários do Porto, Joaquim Felgueiras indicou sumariamente algumas das dificuldades e carências que afectam os mais de 50 mil moradores desses bairros.

Quanto às condições de habitação — disse o deputado comunista — concluiu-se e propôs-se que a atribuição de casas devolutas só seja realizada com a participação das Comissões de Moradores e Junta de Freguesia da área dos moradores interessados; defendeu-se que idêntica participação se verificasse em relação a qualquer aumento de rendas.

Indicando mais alguns dos graves problemas dos moradores desses bairros, Joaquim Felgueiras acrescentou: **Constatou-se que a maioria dos bairros foram construídos com materiais de péssima qualidade que em muitos casos já ultrapassaram a duração que lhes foi atribuída e que todos os bairros (mesmo os mais novos) precisam de obras de conservação interior e exterior. Desta situação resultam más (e, em muitos casos, degradadas) condições de habitação.** Aquil dá-se o insólito — acrescentou o representante do PCP

— a Câmara limita-se a atribuir verbas para esta conservação, mas não as movimenta, transferindo-as de ano para ano. Entretanto, as casas dos bairros vão caindo aos bocados. As Comissões de Moradores, reunidas no Encontro, exigem que a Câmara realize as obras indispensáveis à conservação e beneficiação, dando aos bairros condições de habitabilidade suficientes e acabando para sempre com o marasmo a que o assunto tem vindo a ser votado.

Depois de ter ainda focado os aspectos sanitários, nomeadamente as condições de saneamento e limpeza — cujo estado chega a ser deplorável — Joaquim Felgueiras abordou ainda as questões relativas à cultura, recreio e desporto, bem como outras de carácter social.

Acabo de dar uma ídela sucinta de alguns resultados do Encontro das Comissões de Moradores dos Bairros Camarários do Porto. Por formação, convicção e representação, estamos do lado dos que lutam pelo pleno funcionamento das autarquias locais e organizações populares de base, em ordem à resolução dos problemas e anseios das populações. A importância dessa actividade não se esgota na resolução dos problemas e carências locais. O seu êxito contribui também para a elevação da consciência cívica e política das populações, para alargar e reforçar a base social das forças patrióticas que se opõem ao regresso ao passado, para a defesa da liberdade e da democracia, no quadro definido pela Constituição da República.

Interesses das cooperativas de habitação económica

A sujeição a ratificação do decreto-lei que reformulou o regime de crédito à habitação, solicitada pelo Grupo Parlamentar do PCP, teve lugar na sessão plenária da passada terça-feira e terminou com a aprovação do mesmo decreto por maioria — apenas o PPD se absteve.

No entanto, o PCP requer a baixa do decreto à Comissão de Economia, Finanças e Plano e anunciou a intenção de apresentar várias alterações ao texto, alterações que, conforme salientou o deputado Sousa Marques em declaração de voto, são necessárias à salvaguarda do movimento cooperativo.

A discussão da ratificação iniciou-se com uma intervenção do deputado do PCP Cavalheira Antunes que, depois de se ter

referido com especial detalhe ao direito que todos os portugueses têm a uma habitação condigna, passou a analisar o decreto, acusando-o de confundir as cooperativas de habitação económica com as cidadãs cujos rendimentos lhes permitem ainda recorrer ao mercado de promoção privada, pois que a ambos, cooperativas e individuais, trata de igual forma.

Cavalheira Antunes, como aliás o deputado Veiga de Oliveira, em intervenção posterior, defendeu a necessidade de as cooperativas de habitação económica serem satisfeitas as suas necessidades de financiamento em condições que, permitindo viabilizar os seus programas de habitação, contribuam para, a resolução de uma das mais graves carências da população.

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

ASSINATURAS
(NOVA TABELA DE PREÇOS)

Continente e Ilhas:
50 números 375\$00 (via normal)
50 números 485\$00 (via aérea)

Angola, Cabo Verde, Guiné, Guiné-Bissau, Moçambique, S. Tomé e Brasil.
50 números 435\$00 (via normal)
50 números 410\$00 (via aérea)

Espanha:
50 números 435\$00 (via normal)
50 números 485\$00 (via aérea)

Europa:
50 números 625\$00 (via normal)
50 números 725\$00 (via aérea)

Outros países:
50 números 625\$00 (via normal)
50 números 975\$00 (via aérea)

NOME

MORADA

LOCALIDADE Profissão

(assinalar a modalidade de assinaturas, enviar cheque ou vale de correio para Departamento de assinaturas, Av. Santos Dumont, n.º 50 — Lisboa-1.

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Propriedade
Partido Comunista Português
Av. António Sérgio, 26-2.º Dt.º — Lisboa 1. Tel.: 769896/7

Administração
Editorial Avante, SARL
Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º — Lisboa 1. Tel.: 769744/769751

Direcção e Redacção
Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º — Lisboa 1. Tel.: 769725/769722

Distribuição
CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL
Central: Rua Pedro Nunes, 9-A — Lisboa 1. Tel.: 769744/769751
Centro Distribuidor de Lisboa: Rua do Século, 80 — Lisboa 1. Tel.: 769705
Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 — Lisboa 2. Tel.: 372238
Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 — Porto. Tel.: 28938
Casa de Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq. — Porto. Tel.: 310441
Centro Distribuidor do Centro: Tenreiro da Enxa, 6 — Coimbra. Tel.: 28394
Centro Distribuidor de Santarém: R. Pedro de Santarém, 41 — Santarém. Tel.: 24564
Centro Distribuidor de Setúbal: Rua de Angola, 29-A — Setúbal. Tel.: 29493
Centro Distribuidor do Alentejo: Alcarrova de Baixo, 13 — Évora. Tel.: 26361
Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 — Faro. Tel.: 24417

Assinaturas
CDL, Departamento de Venda Directa
Av. Santos Dumont, 50 — Lisboa 1, tel.: 763701

Publicidade
Lisboa: R. Pedro Nunes, 9A — Lisboa 1. Tel.: 41787

Composto e impresso na Heeka Portuguesa — R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — Amadora

Tiragem média do mês de Dezembro: 85 083



A mesa que presidiu à reunião de secretariados de células do PCP em empresas nacionalizadas

CABE DE NOVO AO PCP UMA TAREFA NACIONAL

A Conferência das Organizações do PCP para a Dinamização do Sector Nacionalizado entra numa fase de preparação intensa. Numa reunião de secretariados de células de empresas nacionalizadas o camarada Carlos Costa elucida aspectos relevantes daquela iniciativa do Partido

«É justo ou não realizar uma Conferência cujo objectivo é aumentar a eficiência económica do sector nacionalizado? O nosso Partido acha que sim» — frisou o camarada Carlos Costa, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP, ao intervir na reunião a que presidiu, na última quinta-feira, no Centro de Trabalho de Alfama, e à qual assistiram cerca de 150 camaradas de secretariados de células de empresas nacionalizadas abrangidas pelo Comité Local de Lisboa do PCP.

Promovida pelo CLL com o objectivo de impulsionar a preparação da Conferência das Organizações do PCP para a Dinamização do Sector Nacionalizado, a reunião, repleta de intervenções vivas e muito esclarecedoras, foi aberta pelo camarada Aurélio Santos, membro do CC, que fazia parte da mesa juntamente com os camaradas Jaime Félix, do CC, Manuel Judas, da DORL, e Carlos Grilo, Taveira Mendonça e António Cunha do CLL. Participaram também membros dos grupos de trabalho, já formados na preparação da Conferência, e outros trabalhadores.

Além das intervenções dos camaradas Carlos Costa e Aurélio Santos (este último aludiu aos objectivos daquela iniciativa do PCP e ao seu enquadramento no momento político actual), intervieram vários secretariados, nomeadamente das células da banca, seguros, petróleos, sector alimentar e metalurgia. Estavam ainda representados na reunião os sectores das pescas e dos tabacos.

A grande jornada patriótica de dinamização do sector nacionalizado, activamente preparada por todo o País, foi caracterizada pelo camarada Carlos Costa como «tarefa do Partido» integrada na luta geral do PCP pela «defesa global das conquistas da revolução».

«NENHUM PAR DE OLHOS PODE SUBSTITUIR 50 MIL»

A preparação da Conferência, aberta a todos os técnicos, a todos os trabalhadores, foi altamente enriquecida por esta reunião na qual, como frisou o camarada Carlos Costa, «as intervenções prenunciam já a riqueza que vai ter a Conferência».

Referindo-se ao êxito duradouro da Conferência Económica do PCP, realizada em Junho do ano findo e cujos resultados são hoje motivo de estudo até para os inimigos do Partido, o camarada Carlos Costa recordou que esse êxito

«foi possível devido ao papel que nela desempenharam os trabalhadores».

«Nenhum técnico no seu gabinete — acrescentou — poderá chegar a conclusões como chegaram os cerca de 25.000 trabalhadores que deram a sua contribuição para a Conferência Económica de Junho. Nenhum par de olhos pode substituir 50 mil» — frisou.

Por isso, recordando ainda a experiência adquirida naquela Conferência, o camarada Carlos Costa, depois de salientar que a participação dos técnicos e dos restantes trabalhadores tem de se conjugar para se alcançarem os objectivos da iniciativa do PCP que agora se prepara, salientou que aquela Conferência «trouxo ao nosso Partido técnicos de grande valor», muitos que hoje são nossos camaradas e outros, que não o sendo, passaram a ter por «normal trabalhar com o PCP».

MOTIVAÇÃO PARA A CONFERÊNCIA

«Que Governo vamos ter? Que política se vai seguir? Naturalmente as pessoas estão preocupadas com estas questões», disse o camarada Carlos Costa, mas essas preocupações não podem impedir a sua mobilização para a Conferência sobre a dinamização do sector nacionalizado. «Temos de fazer um esforço muito sério para levarmos por diante a organização da Conferência», sublinhou.

«É preciso trabalhar também nas empresas não nacionalizadas, nas intervenções, mistas e participadas dos sectores nacionalizados». Estes têm de ser defendidos, mesmo que uma nova política e um novo governo não sejam favoráveis aos interesses dos trabalhadores e aos interesses do País. «Com grande abertura a toda a gente que queira contribuir para a solução dos problemas nacionais», o papel activo e indispensável do nosso Partido na resolução desses problemas, e que não poder ser negado por ninguém, tem de sair reforçado da Conferência das Organizações do PCP para a Dinamização do Sector Nacionalizado.

CAPITALISMO MONOPOLISTA NÃO EXISTE EM PORTUGAL

«Vivemos num País profundamente diferente dos países capitalistas da Europa», salientou o camarada Carlos Costa, acrescentando que, ao contrário do que sucede naqueles países, «o capitalismo monopolista de Estado não tem curso em Portugal».

«Aquele grupo que

comandava a economia, que impunha os seus pontos de vista a nível do aparelho do Estado, no tempo do fascismo, foi afastado. No nosso País não há um comando centralizado do capitalismo monopolista», afirmou o camarada Carlos Costa, que ilustrou esta afirmação lembrando como a direita se espalha por vários partidos com interesses que provocam fricções e desaguiados.

Depois de salientar que «o que nós andámos no capítulo das nacionalizações foi muito mais do que, no mesmo número de anos, em países socialistas», o camarada Carlos Costa referiu que, apesar da contra-revolução legislativa, apesar de todas as manobras e ataques a essa conquista dos trabalhadores, que a Constituição considera irreversível, «até agora, a recuperação capitalista não conseguiu entrar no sector nacionalizado» e sem ele o capitalismo monopolista não pode reconstruir-se, pois é nesse sector que estão as produções-chave da economia do País.

O PARALELO COM AS SEMEITEIRAS

Traçando um paralelo com a Reforma Agrária onde «se tratou de produzir e não de diminuir a produção», Carlos Costa acrescentou que foi «essa justa táctica que permitiu a defesa daquela conquista de Abril», como irá permitir a defesa das nacionalizações aumentando a sua rentabilidade «com os pressupostos da defesa global das conquistas da Revolução».

As empresas nacionalizadas não estão nas mãos dos trabalhadores, mas também não estão em poder dos Mellos e dos Champallimads, diria ainda o camarada acrescentando que «a nossa batalha nem de longe nem de perto está perdida», pois os ataques dos inimigos da Revolução, que têm utilizado até o aparelho do Estado, conseguiram alguns êxitos, mas não conseguiram «o êxito» e o essencial é que não o consigam.

A propósito, o camarada Carlos Costa citou as grandes

vitórias alcançadas no campo da unidade e do fortalecimento do movimento sindical, apesar dos ataques que tem de enfrentar para impedir que as forças reaccionárias consigam aquilo que conseguiram em muitos países da Europa capitalista onde o movimento sindical está dividido em várias centrais.

Com um trabalho amplamente aberto e com a participação activa dos trabalhadores, nas próprias empresas, levaremos a cabo esta tarefa patriótica que a Constituição nos aponta e que o nosso Partido é o único capaz de realizar em Portugal.

UMA SABOTAGEM COLOSSAL

Nas intervenções dos camaradas dos secretariados das células foram adiantados elementos de muito valor para a organização da Conferência. A «sabotagem colossal» que tem sido feita ao sector nacionalizado foi ilustrada com n.ºs e factos que constarão dos documentos a discutir e a aprovar em plênários abertos a todos os trabalhadores das empresas e na própria Conferência.

Nota saliente da reunião foi a preocupação de acelerar o trabalho já adiantado em numerosas empresas onde funcionam ou funcionarão brevemente grupos de trabalho e comissões para a preparação de documentos e para o estabelecimento de contactos que levem a uma participação maciça na Conferência ao nível de empresa e de sector.

Ficou bem claro, nas intervenções dos camaradas, que as soluções para a recuperação económica só podem ser conseguidas com a participação activa dos trabalhadores, com a sua capacidade criativa e o seu conhecimento concreto dos males que afectam as empresas nacionalizadas e que foram documentados com casos concretos sobretudo pelos camaradas da banca e dos seguros onde a reestruturação se faz sentir cada vez mais como tarefa inadiável para a verdadeira recuperação económica nacional.

NOTÍCIAS • NOTÍCIAS

Uma festa de recepção dos 100 novos militantes realizou-se em São Domingos de Rana, no passado dia 6 do corrente. Com a presença de cerca de 250 pessoas a festa contou com a intervenção política do camarada Albano Nunes, membro do Comité Central, tendo seguidamente havido debate.

Depois actuou o grupo coral alentejano de Tires e foi ainda projectado o filme «Os Comunistas de Portugal».

Registaram-se mais 5 inscrições durante a festa.

Os camaradas da Célula dos Táxis solicitaram a divulgação, através do «Avante!» do número premiado com um serviço de chá, no sorteio realizado no Centro de Trabalho Vitória. O n.º é 608.

No âmbito da Campanha dos 500 contos que a DORAL promove, vai realizar-se um almoço no próximo sábado dia 14, pelas 13 horas, no Centro de Trabalho de Faro.

Com a mesma finalidade se realiza no mesmo dia, pelas 19 horas, um jantar de convívio no Centro de Trabalho de Portimão. No final haverá projecção de filmes e de «slides».

Realizou-se no passado dia 6, em Santo André, Barreiro, uma sessão de esclarecimento para encerramento da Campanha de Promoção, que teve a participação do camarada António Gervásio, da Comissão Política do CC e ainda

dos camaradas Carlos Ramilides e Carlos Humberto.

Na próxima 6.ª feira, dia 13, em Portimão, terá lugar no respectivo Centro de Trabalho, uma reunião geral de militantes, pelas 21.30 horas, a fim de se proceder à entrega de cartões para 1978/79.

Em Ermidas-Sado, Santiago do Cacém, realizou-se a festa da passagem do ano no Centro de Trabalho. Estiveram presentes 80 camaradas. Cada um levou o seu farnel, houve confraternização e uma pequena intervenção política.

«o diário»

DOIS ANOS CUMPRIDOS SOB O SIGNO DA VERDADE

Nascido sob o signo da Verdade, como um direito a defender todos os dias, «o diário», completou dois anos em 10 do corrente. Adulto como já nascera, adulto tem crescido nas lutas deste tempo, no meio dos trabalhadores e na frente de combate pelos interesses do País. Não se limitando à palavra — função onde é impar na imprensa matutina — «o diário» é parte interessada e activa na vida colectiva dos seus leitores. No activo do seu balanço sob a linha da unidade, que nas suas páginas ganha força com todas as forças que na verdade a defendem, milhares de páginas ali estão a atestar a vida de um jornal que se propôs e tem conseguido ser um instrumento de luta pela verdade a que temos direito.

VISITA DE LUÍS CABRAL AO NOSSO PAÍS ESTREITARÁ A AMIZADE LUSO-GUINEENSE

Encontra-se desde ontem no nosso País uma delegação ao mais alto nível da República da Guiné-Bissau, chefiada pelo próprio Presidente do Conselho de Estado, camarada Luís Cabral

Este acontecimento reveste-se de máxima importância para as relações entre os dois países e, certamente, virá contribuir para o reforço e estreitamento dos laços de amizade e de cooperação mutuamente vantajosa entre Portugal e a jovem República da Guiné-Bissau.

É a primeira vez que um Chefe de Estado dos países que se libertaram do colonialismo português visita oficialmente a nossa terra e tal facto assume uma importância política que é desnecessário realçar. As relações entre Portugal e as suas ex-colónias devem crescer legítima e naturalmente preferencialmente no quadro das relações internacionais entre Estados, não só pelos antiquíssimos laços culturais que os unem, mas também por todos serem países que lutam pela sua emancipação económica e por uma via de progresso e liberdade, numa identidade de objectivos que tem por denominador

comum a paz, a independência nacional e o desenvolvimento.

O camarada Luís Cabral veio acompanhado por uma comitiva que é considerada a mais importante que, até hoje, acompanhou o estadista guineense nas suas deslocações ao estrangeiro. Seis membros do Governo da Guiné-Bissau fazem parte da delegação presidencial: os comissários de Estado, Vítor Saúde, dos Negócios Estrangeiros, Manuel dos Santos, da Informação, Fidelis Cabral Almada, da Justiça, João Costa, da Saúde, Armando Ramos, do Comércio e Artesanato e Mário Cabral, da Educação Nacional. A delegação, de cerca de 40 pessoas, que acompanha o Presidente da Guiné-Bissau, inclui também a presidente do Comité de Estado da região de Bolama/Bijagós, Francisca Pereira.

O alargamento do número de membros do Governo que inicialmente deveriam fazer parte da

comitiva presidencial, sugere a possibilidade de serem concluídos mais acordos do que se previa. Entretanto, recorde-se que já se encontra em Portugal,

que, não querendo deixar de assinalar o facto histórico que constitui a visita oficial ao nosso País do incontestado líder africano, camarada Luís



Luís Cabral, Presidente do Conselho de Estado da República da Guiné-Bissau

desde o dia 4 deste mês, uma delegação da Guiné-Bissau, que tem integrado a comissão mista luso-guineense para discutir os projectos dos novos acordos bilaterais entre os dois países.

Entretanto a Associação de Amizade Portugal/Guiné-Bissau divulgou uma saudação ao camarada Luís Cabral onde afirma

Cabral, saúda na sua pessoa o Povo Irmão Guineense e a sua heróica luta travada na conquista da sua independência, sob a bandeira do prestigioso PAIGC, formulando os mais sinceros votos para a concretização de uma efectiva cooperação entre os dois Países, unidos por indestrutíveis laços de amizade e solidariedade.

Um documento revelador da CGTP-IN

NO ESPELHO DA UNIDADE A IMAGEM VERDADEIRA DOS TRABALHADORES

A CGTP-Intersindical Nacional toma uma vez mais uma posição firme perante o actual momento político. Num documento distribuído em conferência de imprensa, a Central única dos trabalhadores portugueses defende «uma política de acordo com os interesses dos trabalhadores e do País». O documento contém uma análise crítica da política do Governo demissionário, um apelo à urgente resolução do impasse político, um balanço muito significativo da actividade do Movimento Sindical depois do Congresso de Todos os Sindicatos, uma reafirmação das posições e tarefas fundamentais da CGTP-IN, uma lista das reivindicações cuja satisfação é imprescindível à mobilização do Povo Português e, por último, um apelo e um alerta a todos os trabalhadores portugueses.

As reivindicações de carácter político e económico que a CGTP-IN destaca são as seguintes:

- «Garantia do respeito absoluto pela Constituição e pelo ordenamento político-jurídico que dela resulta, consolidando-se as nacionalizações, a Reforma Agrária e o controlo operário, e reforçando-se a participação efectiva dos trabalhadores na definição das grandes medidas de política económica e social»;
- «Defesa do poder de compra dos trabalhadores e das camadas de mais baixos rendimentos (reformados, pensionistas, etc.) e melhoria das condições sociais de vida. Dado o facto da deterioração dos salários reais, reconhecido oficialmente em mais de 12% no ano em curso, a CGTP-IN não dará o seu aval a qualquer política salarial que vise baixar ainda mais o poder de compra dos salários»;
- «Reconhecimento e garantia do exercício efectivo dos direitos dos trabalhadores»;
- «Reconhecimento e garantia do direito ao trabalho e à segurança no emprego e combate aos despedimentos».

Como se vê, a tónica é colocada mais uma vez no estrito respeito pela lei fundamental do País, nas conquistas da revolução que ela consagra e nos direitos concretos dos trabalhadores com relevo para os salários e a segurança do emprego. «A CGTP-IN considera — realma o documento — que qualquer que seja a solução política que se venha a encontrar, governo de plataforma, ou eleições gerais e consequente governo de gestão, terão de ser resolvidos com urgência os problemas mais prementes dos trabalhadores».

A CGTP-IN revela que, de Janeiro a Outubro de 1977, os Sindicatos detectaram mais 32 000 despedimentos. Entre o segundo semestre de 1976 e o primeiro do ano findo, desapareceram 85 000 postos de trabalho. Com uma política económica virada para uma diminuição do emprego e mais facilidade nos despedimentos, o subsídio de desemprego não

abrange mais de 30 000 trabalhadores.

Depois de sublinhar que os preços subiram mais do dobro do que aquilo a que o Governo se tinha comprometido, que os salários continuaram congelados e que a exploração dos trabalhadores se intensificou,

parte respeitadas e o arbitrio e a repressão do patronato manifestou-se impunemente perante a complicidade ou, pelo menos, a escandalosa paralisia do aparelho de Estado — do Ministério do Trabalho, da Inspeção do Trabalho, dos Tribunais de Trabalho, dos órgãos judiciais e policiais em geral — acrescenta o documento da CGTP-IN salientando que, ao contrário do que era anunciado demagogicamente, esta política não conduziu, nem poderia conduzir, à melhoria da situação económica e financeira do País.

Após ter assinalado que o défice da Balança Comercial deve atingir mais de 100 milhões de contos em 1977, enquanto a dívida externa aumenta, estando o País mais dependente do imperialismo, o documento sublinha os ataques contra as conquistas dos trabalhadores e refere que «o que se verificou não foi a recuperação económica, foi sim o aumento escandaloso dos lucros,

Justas e actuais é como a CGTP-IN caracteriza as posições fundamentais, definidas no plenário nacional de 8 de Outubro findo e reafirmadas depois. Perante a evidência dos números e dos factos que apresenta no documento divulgado na última sexta-feira, a CGTP-IN, deixando bem clara a sua disposição de lutar contra soluções que não satisfaçam os interesses dos trabalhadores e do País, afirma que «não avaliará um governo cuja política a composição não demonstrem quer respeitar o projecto consagrado na Constituição nem satisfazer as reivindicações mais sentidas pelos trabalhadores».

Firme condenação dos sindicatos paralelos

Num apelo final ao debate franco e aberto, o documento da «Inter» chama todos os trabalhadores

Um quadro esclarecedor

A CGTP-Intersindical Nacional, provando como são falsas as afirmações daqueles que dizem haver uma «crescente desmobilização dos trabalhadores face à vida sindical» para justificar as suas acções divisionistas ou para escamotear o repúdio dos trabalhadores pela sua política de direita, salienta no documento «a crescente participação dos trabalhadores nos actos eleitorais, superior em mais de 100 por cento em relação à participação em quaisquer eleições anteriores realizadas nos mesmos sindicatos» e apresenta o seguinte quadro sucinto dos resultados obtidos depois do Congresso de Todos os Sindicatos realizado em fins de Janeiro de 1977:

«Após a realização do Congresso de Todos os Sindicatos aderiram à CGTP-IN mais 16 sindicatos e participam regularmente nas suas estruturas (Plenário Nacional, Conselho Geral, Plenários e Secretariats das União Distritais) cerca de 80 sindicatos não filiados, só do Continente, os quais representam mais 350 000 trabalhadores — o que prova a prática unitária que preside à actividade da CGTP-IN».

«Em 1977, realizaram-se 6 Plenários Nacionais nos quais participaram (no total das sessões) 896 organizações sindicais. Na sua preparação fizeram-se milhares e milhares de plenários de empresa e de zona — o que demonstra inequivocamente

o carácter democrático de funcionamento da CGTP-IN, a amplitude do debate interno, a representatividade das suas posições.

«Durante o ano de 1977, realizaram-se eleições em 111 sindicatos que representam cerca de 685 000 trabalhadores, ou seja, cerca de 30 por cento dos trabalhadores sindicalizados.

«Desse total de eleições resultaram, em 86 sindicatos, vitórias de listas que expressamente se identificaram com a CGTP-IN, os quais representavam 82 por cento dos trabalhadores envolvidos nestas eleições, participando, neste momento, nas estruturas da CGTP-IN pelo menos 5 dos restantes sindicatos».

o crescimento das especulações em benefício de uma minoria de parasitas».

Maturidade e Consciência

As diligências para sair do impasse político são referidas pela «Inter» a par da seriedade (que não significa passividade), maturidade e consciência dos trabalhadores portugueses, que tendo rejeitado «provocações e aventuras», exigem de pleno direito a formação de um governo que dê garantias de realizar uma nova política conforme aos interesses dos trabalhadores e do País, ao mesmo tempo que demonstram «indesmentível capacidade organizativa e de mobilização» para encontrarem com as suas organizações formas de luta adequadas a uma resposta firme «às manobras do grande capital e do imperialismo que, nas empresas e no plano político, tentam tirar proveito da situação existente».

A CGTP-IN considera — sublinha o documento — que é urgente a resolução do actual impasse político, querendo o seu prolongamento por mais tempo adia a satisfação das necessidades mais urgentes dos trabalhadores, constitui factor de instabilidade social e pode comprometer o regime democrático.

a combater o sectarismo e o oportunismo e «denuncia o carácter antidemocrático e cisionista das organizações que, derrotadas democraticamente pelo voto dos trabalhadores nas eleições sindicais às quais concorreram em igualdade de circunstâncias, procuram fomentar a criação de sindicatos paralelos. Estas acções — acrescenta a CGTP-IN — porque constituem traição aos trabalhadores, deverão ser desmascaradas em cada caso e combatidas com vigor e firmeza.

Por último, o documento «alerta os trabalhadores para o carácter divisionista das posições assumidas por forças políticas que, frustradas as suas tentativas de empurrarem os trabalhadores para perigosas aventuras, lançam de forma despouradamente caluniosa, ataques à Central sindical, tentando minar a confiança dos trabalhadores nos órgãos de direcção do Movimento Sindical e assim enfraquecer a sua força e coesão».

O documento termina com a confiança da CGTP-IN na unidade e na combatividade dos trabalhadores que «criarão condições para a concretização do Programa de Acção e do Caderno Reivindicativo aprovados no Congresso de Todos os Sindicatos e para o cumprimento do projecto constitucional que aponta para a construção da sociedade socialista».

«GOVERNO PS-PCP»

A SIP do PCP divulgou anteontem a seguinte nota: «1. Um pretensão «Movimento» que se diz a favor de um Governo PS-PCP» tem vindo, na propaganda de um comício, a anunciar a «participação de militantes do PCP» em tal realização, ao mesmo tempo que procura criar infundada expectativa a propósito de um convite que no mesmo sentido dirigiu à direcção do PCP.

2. Sendo conhecida a opinião negativa que o PCP tem formulado sobre os verdadeiros objectivos dos promotores de tal iniciativa, a SIP do PCP entende oportuno salientar por um lado, que o PCP é completamente estranho à realização do anunciado comício e por outro, que as referências à «participação de militantes do PCP» e ao convite formulado a dirigentes do PCP constituem uma forma abusiva de propaganda visando deliberadamente confundir a opinião pública».

Começaram as jornadas de luta dos professores

RESPOSTA SINDICAL À RECUSA DO MEIC EM NEGOCIAR PROPOSTA REIVINDICATIVA

Iniciou-se anteontem, com a divulgação de um autocolante contendo a palavra de ordem «professores têm razão, exigem negociação», uma série de jornadas de luta dos docentes de todos os ramos de Ensino, aprovada num plenário nacional realizado em Dezembro passado.

Estas jornadas de luta, que além de mobilizar os professores, vão alertar e intensificar a informação da opinião pública sobre as consequências da desastrosa política do MEIC de Cardia, são a resposta sindical às sucessivas recusas, por parte do mesmo Ministério, em negociar com as organizações representativas dos professores...

todos os trabalhadores do nosso País não ser possível um ensino eficiente e democrático sem os professores, contra os professores, contra os sindicatos, contra os sindicatos, que têm dado sobras de provas de serem capazes de apresentar propostas válidas e realistas, e em tempo oportuno, para solucionar os problemas.

estagiários dos ramos educacionais optar entre o estágio e o serviço docente. De igual modo constituíram remendos a suspensão do concurso de efectivos do Ensino Primário e o compromisso, parcialmente cumprido, de resposta por escrito a todas as reclamações apresentadas pelos Sindicatos relativos a professores lesados por erros dos Serviços de Colocações...

Sindicato ao MEIC, são a causa de um agravamento sem precedentes das condições de vida e de trabalho de muitos professores. Por todos os meios ao seu alcance, o Sindicato da Grande Lisboa tem procurado resolver problemas então criados. Na maior parte das escolas, apoiados pelas estruturas sindicais, os professores organizam-se para debater a situação e propor soluções...

CALENDÁRIO DAS JORNADAS

Os pontos básicos da luta dos professores, além da abertura de negociações com o MEIC, residem em três reivindicações fundamentais: «colocações automaticamente renováveis», «contagem de todo o tempo de serviço» e «descongelamento e regulamentação das fases».

Subordinadas a estas reivindicações, decorrerão neste mês diversas jornadas de luta, entre as quais se destacam: no próximo dia 18, a colocação, nas entradas das escolas, de painéis e disticos alusivos à luta; no dia 20, colóquio sobre o tema «Pela integração do horário de estudo no horário de trabalho»; entre 20 e 25, recolha de assinaturas entre a população, em apoio à luta dos professores...

ALGUNS RECUSOS DO MEIC

Além de autotitular e desleal, a política dos (ainda) responsáveis pelo MEIC, é também caracterizada por um estranho tipo de «demonstração». Tal como denunciou um dos elementos da direcção do Sindicato da Grande Lisboa presente na conferência de Imprensa, este «demonstracionismo» do MEIC — que tem servido para fugir às suas responsabilidades — contrasta, no entanto, com a publicação de legislação e a adopção de medidas que atingem os direitos e interesses dos professores.

A LUTA PELA NEGOCIAÇÃO

As acções programadas — sublinha um documento distribuído no decorrer de uma conferência de Imprensa promovida na passada segunda-feira pelo Sindicato dos Professores da Grande Lisboa — visam impor a negociação entre o MEIC e os sindicatos, passo decisivo para a concretização dos justos direitos dos docentes. Na verdade, os professores não estão dispostos a continuar a ver desrespeitados os seus direitos de trabalhadores e a tolerar a incapacidade de diálogo do MEIC.

Por outro lado, a luta até agora levada a cabo pelo Sindicato obrigou o MEIC a alguns recuos, através de medidas de remendo que, não resolvendo nenhum dos problemas dos professores, são, contudo, prova significativa das contradições e do fracasso total de uma política antidemocrática e antipedagógica cujas consequências continuam a afectar milhares de docentes e de alunos.

Depois de referir que muitos dos erros, incongruências e ineficácias do MEIC poderiam ter sido evitadas, e que a degradação constante da situação do Ensino poderia ter sido estancada, aquele documento salienta: A recusa e a incapacidade do MEIC em negociar com os Sindicatos é responsável por toda a série de atropelos à letra e ao espírito da Constituição, quer no que respeita aos direitos dos trabalhadores, quer no que respeita à política de ensino.

São disso exemplos recentes os despachos que regulamentam o pagamento dos subsídios de Natal e de Férias, dos meses de Agosto e Setembro a todos os professores, em função do tempo de serviço prestado; a manutenção do vínculo contratual dos professores com 5 anos de serviço ou a um dos cônjuges quando a ambos não colocados e a revogação na prática da portaria que mandava os

garante contra o despedimento. Há injustiças e irregularidades nos concursos e colocações — tanto entre professores profissionalizados como entre os professores eventuais — e o MEIC não promove a sua correcção integral. Há professores sem tempo de serviço — no oficial como no particular — contado. Há professores a quem não são atribuídas as fases a que têm direito. A política de mão-de-obra barata assume novas modalidades.

E mais adiante, refere o documento. Entretanto, a Direcção-Geral do Ensino Secundário manda suspender, cerca de uma semana depois, a execução de tal sentença, provavelmente para tentar «regularizar» a situação. O Sindicato não pode deixar passar em claro este flagrante atentado aos mais elementares direitos de trabalhadores de três dos seus associados, um dos quais delegado sindical em exercício, e denunciar publicamente a arbitrariedade cometida, ainda para mais, invocando legislação fascista que devia há muito estar revogada.

O RECURSO À REPRESSÃO

Segundo refere, mais adiante, aquele documento sindical, as condições desastrosas em que se iniciaram as actividades do ano lectivo, apesar das advertências do

No final da conferência de Imprensa, foi ainda tocada a situação actual do Conselho Directivo da Escola Preparatória Gaspar Correia, de Sacavém, suspenso por ordem do MEIC.



LUTAS E TAREFAS DO MOVIMENTO SINDICAL

Combater a repressão

Sindicatos reúnem-se para combater a repressão na firma intervençadada J. Pimenta. Comissão Intersindical, União dos Sindicatos de Lisboa e mais cerca de uma dezena de associações sindicais «manifestam a sua vontade de tudo fazerem» para que, através de intimidações e da repressão da CA, a empresa não venha a ser devolvida ao ex-patrão sabotador.

Pela defesa do sector nacionalizado

Um Grupo de trabalhadores da seguradora Império (nacionalizada como todas as empresas nacionais do ramo) afirma num comunicado que tudo leva a crer que venham a ser pagas chorudas gratificações (as «surdas» de antigamente) a directores de serviços daquela companhia. Um deles já reclamou a gratificação a título de «reposição do seu salário». Três dos seus colegas apresentaram a mesma «reclamação». Enquanto isso, tenta-se dividir os trabalhadores, promovendo e pagando mais a alguns deles, e preterindo outros, contra o nivelamento. Segundo o comunicado, existe o perigo de surgir, assim, «um processo reivindicativo comprometedor da própria estabilidade da nossa empresa» à semelhança do que sucede na TAP, em prejuízo evidente «da recuperação económica, da reestruturação do sector e da defesa das nacionalizações».

Contra os despedimentos

No último plenário da Federação dos Metalúrgicos, foram divulgados números preocupantes sobre despedimentos no sector. Em pouco mais de 20 dias, desde 15 de Dezembro findo, foram despedidos cerca de 30 trabalhadores, sem inclusão dos distritos de Lisboa e Setúbal, onde ainda não há números apurados. Dirigentes e delegados sindicais, bem como membros das comissões de trabalhadores são os principais atingidos pela repressão patronal. Esta continua a jogar na insegurança do emprego, que ameaça de momento 1070 trabalhadores metalúrgicos. Entretanto, o Sindicato dos Jornalistas, marcava para hoje nova reunião de trabalho, a fim de estudar medidas de combater o desemprego que afecta centenas de profissionais da Informação. Ainda no campo da luta contra os despedimentos, merece todo o apoio a posição do Sindicato dos Trabalhadores Gráficos e Afins do Minho que protesta contra o despedimento de todos os trabalhadores da Tipografia Viúva José de Sousa, de Viana do Castelo e apela à solidariedade para evitar a concretização dessa medida.

Pela unidade

Uma das razões pela qual a Assembleia Geral do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Escritórios do Distrito de Leiria não aprovou o orçamento para 1978 foi a não inclusão de verba para pagamento das quotas à CGTP-IN de que o Sindicato é membro por vontade expressa da maioria dos trabalhadores. Na proposta que reprova o orçamento, refere-se a «grande apreensão com que largo número de trabalhadores vê e sente a política isolacionista da actual direcção do seu Sindicato, tanto em relação aos trabalhadores como ao Movimento Sindical Unitário».

Contra a má gestão

A Comissão de Trabalhadores da SNAPA (Sociedade Nacional dos Armadores da Pesca de Arrasto) afirma que

Pela constituição

O Sindicato da Hotelaria tenciona levar a tribunal a administração do Casino do Estoril por esta ter contratado trabalhadores «extra», numa tentativa para neutralizar a greve na empresa durante a passagem do ano.

SOREFAME: FIRMEZA E UNIDADE CONTRA UM ATENTADO ÀS LIBERDADES SINDICAIS

A unidade e a firmeza dos trabalhadores da Sorefame fez gorar uma tentativa anticonstitucional e desestabilizadora da parte da Administração no sentido de limitar os direitos sindicais nos locais de trabalho. A suspensão de cinco trabalhadores por se insurgirem, na última quinta-feira, contra a decisão das chefias de mandarem arrancar das paredes cartazes de propaganda das listas candidatas às eleições para o Sindicato dos Metalúrgicos, foi anulada pela Administração depois dos protestos generalizados dos restantes trabalhadores através da Comissão Intersindical, da Comissão de Trabalhadores e da Célula do PCP na empresa. A instauração de um «inquérito» à Comissão Intersindical ordenada pela Administração, na sequência dos acontecimentos, não tem qualquer base concreta a não ser os termos de um comunicado que a Administração considera «injuriosos» e que os trabalhadores não terão dificuldades em provar que não.

Este tipo de conflitos — afirma a CT — «só pode interessar a alguém que pretenda criar uma imagem falsa e externa da Sorefame, diferente da real, no sentido de imputar aos trabalhadores responsabilidades» que não lhes cabem, numa altura «decisiva para o acordo de resolução do problema financeiro da empresa». Por seu turno, a Célula do PCP na Sorefame, condenando a medida da Administração, sublinha que «este caso (a suspensão e posterior inquérito) tem como objectivo apalpar o pulso aos trabalhadores para ver se é possível ou não avançar com outras práticas desestabilizadoras e criar um ambiente social propício a culpar e responsabilizar os trabalhadores pela má situação financeira da empresa — facto este que todos devemos repudiar, pois ser os termos de um comunicado que a Administração considera «injuriosos» e que os trabalhadores não terão dificuldades em provar que não.

POLICLÍNICOS DECIDEM MANTER-SE EM FUNÇÕES

Mantendo a sua «disposição ao diálogo para a pronta resolução do



No passado dia 29, os Pioneiros dos Olivais estiveram em festa, na sequência de dezenas e dezenas de outras iniciativas organizadas nas últimas semanas, de Norte a Sul do país, pelos diversos organismos de pioneiros. Na animada festa dos Olivais colaboraram também os Pioneiros de S. Bernardo, Alhandra e Sacavém

conflicto», os 620 médicos policlínicos que o Ministério dos Assuntos Sociais

mandou suspender, decidiram, no último sábado, em Coimbra, «manter-se em funcionamento nos Serviços Hospitalares onde trabalham». No comunicado de Coimbra, os médicos, cujo conflito gira à volta de dois problemas (a especialidade de generalista e o mapa de vagas) sublinham as consequências do seu «despedimento colectivo» para funcionamento dos hospitais e remetem para o MAS as responsabilidades dessa medida e dos seus efeitos na comunidade.

Na reunião de Coimbra, que se prolongou sem interrupções por mais de 18 horas, os 620 médicos policlínicos, além da decisão de se manterem em funções, resolveram «impugnar judicialmente nas instâncias competentes o concurso para o internato da especialidade que o Ministério dos Assuntos Sociais deu por concluído, por o mesmo enfermar de irregularidades» e exigir «a realização imediata de novo concurso, após prévia discussão das vagas para as especialidades a cujo internato têm direito».

CAMARADAS FALECIDOS

- MARIA ALFREDINA DOMINGUES: Faleceu em Luanda, onde se deslocara por ocasião do Congresso do MPLA, juntamente com o seu marido, a camarada Maria Alfredina Domingues. Artista plástico, casada com o nosso camarada António Domingues, era membro do Comité Dias Coelho e militava na Célula dos Artistas Plásticos. Nos últimos anos colaborou activamente com o Partido em trabalhos da sua especialidade, nomeadamente em serigrafia, tendo sido professora desta arte na Escola António Arroio. Na capital da República Popular de Angola, onde se deslocara por motivos profissionais, organizou, juntamente com o seu marido uma exposição de artes plásticas.
- JÚLIO SILVESTRE MARTINS: No passado dia 6 veio a falecer no Hospital Curry Cabral, onde tinha sido internado em Abril do ano passado, o camarada Júlio Silvestre Martins, natural de Estremoz e de 49 anos de idade. Este camarada residia em Olivais, ali militando activamente enquanto a saúde lho permitiu.
- FERNANDO NASCIMENTO: Faleceu no passado dia 1 de Janeiro o camarada Fernando Nascimento, que contava 49 anos de idade. Este camarada era membro da organização local do Partido em Faro.

Na Cinco UM ASSALTO FRUSTRADO

«Quando a empresa estava quase falida, o patrão fugiu. Agora que os trabalhadores, com o seu suor e sacrifício, a mantiveram de pé, ele tenta o regresso com capitães recrutados por todo o País», denuncia a comissão de trabalhadores da CINCO num documento divulgado pouco depois de o ex-patrão acompanhado por marginais e drogados, ter assaltado as instalações daquela cooperativa de produção de móveis em Gondomar. Na sequência de contactos estabelecidos com o Governo Civil do Porto, pela direcção da CINCO e dirigentes da USP/CGTP-IN, aquela entidade reconheceu a ilegalidade da acção do ex-patrão, Silva Neto, garantindo a devolução das instalações aos cooperantes que, na sua esmagadora maioria,

Ambar PELA INTEGRAÇÃO DOS 27

O dinheiro do povo não pode, nem deve, ser utilizado para pagar as arbitrariedades do patrão Barbosa, declarou o «Avante!» um dos 27 trabalhadores da Ambar que se encontram os desocupados desde 1 de Agosto do ano passado, após a entidade patronal ter iniciado um processo de despedimento selectivo de 53 operários, aproveitando a reabertura daquela empresa gráfica, destruída por um incêndio meses atrás.

ONDE ESTÁ A ESPINHA QUE GONELHA QUERIA PARTIR?

Está na garganta da direita e faz tossir os esquerdistas. UDP, FDT (uma «força democrática» pró-PPD, parente chegada da ex-«Carta Aberta»), um sr. Luís Barbosa no «Jornal Novo» (9 do corrente) umas mais declarações aqui e ali (confidenciais pelo total muito escasso de quem as ouve) pretendem — todos na mesma linha — que a CGTP-IN cal na «concliação» que é «crescente a desmobilização dos trabalhadores», que «absentismo» nas eleições sindicais para aqui, «falsamento da vontade das massas» para acolá...

Têxteis OS CONTRATOS DE VIABILIZAÇÃO SÃO CONTRATOS DE DESEMPREGO?

Finalmente o que se pretende com a aplicação dos contratos de viabilização? — pergunta o Comité de Classe dos Têxteis do Porto do nosso Partido, num comunicado em que refere a situação difícil de numerosas empresas do sector. O que se pretende, afirmam — é o aumento da produção forçada, o abajamento de salários, a diminuição dos postos de trabalho, contribuindo para o desemprego. Depois de referir a situação económica e técnica degradada de numerosas empresas têxteis, muitas das quais, neste momento, não cumprem a PTE e ainda não pagaram o décimo terceiro mês — como acontece na Raiocent, Ribeirão, Alma, Lordele, etc — os camaradas do Comité dos Têxteis afirmam: «A necessidade urgente de reestruturação destas empresas passa pelo financiamento para equipamento tecnológico, o controlo dos gastos improdutivos e assegurando a plena utilização das máquinas e não tentar impor como solução

ELEIÇÕES SINDICAIS

Em 19 do corrente, quinta-feira da próxima semana, os filiados do Sindicato Nacional dos Cobradores e Profissões Similares elegerão os seus corpos gerentes. Num comunicado, a lista unitária anuncia que as mesas de voto funcionarão apenas na sede, em Lisboa, e na delegação do Norte, no Porto, pelo que os sócios poderão votar por correspondência ao abrigo do n.º 3 do artigo 93.º dos Estatutos. A Comissão Eleitoral do Sindicato dos Trabalhadores de

1.º Congresso da UEC

SOLUÇÕES OBJECTIVAS E COERENTES PARA OS PROBLEMAS DOS ESTUDANTES

Prossegue em todo o País o trabalho preparatório do 1.º Congresso da União dos Estudantes Comunistas (UEC), que se realizará nos próximos dias 21 e 22, no Pavilhão dos Desportos de Lisboa, subordinando ao lema "A Escola e a Vida no caminho de Abril". A actividade preparatória da jornada, que tem decorrido num ambiente de grande entusiasmo, determinação e confiança, mobiliza,

Tal como sublinha o documento distribuído aos jornalistas, o Congresso da UEC tem por objectivo responder aos problemas que tocam milhares de estudantes, fazendo uma análise da situação actual, e apresentando propostas concretas no sentido de, com todos os estudantes, se encontrarem soluções objectivas para a crise e a consequente degradação pedagógica que se vive actualmente no Ensino.

Deverá, igualmente, responder aos problemas de ordem social e cultural que condicionam a vida da juventude estudantil, quer no que respeita aos problemas económicos-sociais, quer no que respeita a problemas de ocupação dos tempos livres, do desporto e convívio.

Por outro lado, o Congresso tem ainda como objectivo avançar propostas para o reforço, revitalização e dinamização das estruturas associativas, de forma a que o Movimento Associativo (MA) assumia um papel importante

no alcançar e impor de soluções para os problemas estudantis. Culminando todo um vasto trabalho de análise e balanço da organização, o Congresso elegerá a nova Comissão Central da UEC, cuja composição será atargada.

77 ASSEMBLEIAS EM NOVEMBRO E DEZEMBRO

Sobre o trabalho preparatório, o documento que temos vindo a citar sublinha que tem avançado num bom ritmo, tanto na discussão dos documentos preparatórios e seu enriquecimento pela organização (que tem reunido em Assembleias, por todo o País), como nas tarefas de carácter técnico, de implantação e propagação.

Depois de salientar a realização, durante os passados meses de Novembro e Dezembro, de 77 Assembleias Regionais e de Academia, promovidas pelas organizações do Ensino Secundário e Superior, e nas quais

presentemente, largas centenas de jovens, militantes e simpatizantes da UEC.

Entretanto, na passada semana, o Secretariado da Comissão Central da UEC promoveu uma conferência de Imprensa, no decorrer da qual foram divulgados os objectivos do Congresso e os aspectos mais salientes do trabalho preparatório.

estiveram presentes cerca de 600 delegados, tendo a preparação do Congresso sido um dos pontos debatidos, o documento do Secretariado da CC da UEC revela que estão a ser organizadas excursões de todo o País a fim de permitir que um maior número de estudantes (comunistas e não só) possa assistir aos trabalhos do Congresso.

No decorrer da conferência de Imprensa, seria também sublinhado o êxito da campanha de recrutamento promovida pelos estudantes comunistas, no âmbito da actividade de preparação e mobilização para o Congresso, campanha essa que teve como meta a aderência de mais 1500 novos militantes. No entanto, a mais de um mês do Congresso, já se tinham inscrito na UEC 1511 jovens, o que permite encetar com segurança a possibilidade de, até à data do Congresso, aderirem à organização mais 2000 membros.

Este dado — sublinhá

o documento — revela bem o empenhamento com que as organizações da UEC se lançaram na preparação do 1.º Congresso, e a crescente confiança que os estudantes depositam nos comunistas, como força essencial para garantir a defesa da democracia e das conquistas de Abril, e para se encontrar uma solução que permita sair da crise salvaguardando os interesses populares e juvenis, e abrir caminho para o Socialismo.

CONVIDADAS DELEGAÇÕES DE 26 PAÍSES

Segundo foi revelado durante o encontro com os jornalistas — em que estiveram presentes as camaradas Pina Moura, suplente do CC do PCP, Domingos Oliveira, Maria Eugénia, João Leal e Virgílio Rocha, todos membros do Secretariado da CC da UEC —, assistirão aos trabalhos do Congresso, além de 700 delegados eleitos a nível nacional, e de milhares de convidados, representantes de diversas organizações juvenis nacionais e internacionais. Na verdade, foram convidadas 26 delegações da juventude comunista dos países socialistas e capitalistas, da juventude dos movimentos e partidos dos novos países africanos libertados do colonialismo português, e ainda a Federação Mundial da Juventude Democrática (FMJD) e a União Internacional de Estudantes (UIE). Assim, foram convidadas representantes da URSS, RDA, Bulgária, Polónia, Checoslováquia, Jugoslávia, Roménia, Cuba, Vietnam, Mongólia, Coreia do Norte, França, Itália, Espanha, Grécia, RFA, Finlândia, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, S. Tomé e Príncipe, Chile e Brasil.

Entretanto, estão ou vão ser convidadas delegações de várias organizações portuguesas de juventude, a nível partidário (entre as quais a Juventude Socialista) e unitário (Associações de Estudantes e Trabalhadores-Estudantes, departamentos de juventude dos sindicatos, colectividades, etc.).

Estão também presentes uma delegação do CC do Partido e outra da CC da UJC.

A encerrar o Congresso, na tarde do dia 22, está previsto a realização de uma grande festa, em que actuarão artistas nacionais e estrangeiros.

Segundo foi revelado aos jornalistas, o 1.º Congresso da UEC está aberto a todo o estudante que queira assistir ao seu desenrolar, bastando para tal dirigir-se às sedes da organização a fim de obter o seu convite.

No final do encontro com os jornalistas, a Comissão de Imprensa do Congresso tomou posição sobre a ausência da RTP e da RDP naquele encontro, considerando que a acção daqueles dois órgãos de

Comunicação Social tem sido discriminatória, deixando passar despercebidas grandes iniciativas das forças progressistas, como é o caso do 1.º Congresso da UEC, dando cobertura, por exemplo, a reuniões das comissões nacionais da JSD e da Juventude Centrista.

Na próxima edição, o "Avante!" publicará uma "mesa-redonda" com camaradas do Secretariado da Comissão Central da UEC, onde serão abordadas importantes questões ligadas ao Congresso.



Carlos Brito em Santarém

COMÍCIO-FESTA EM SANTARÉM COM A PRESENÇA DE MIL PESSOAS

O camarada Carlos Brito, membro da Comissão Política do Comité Central do Partido e presidente do grupo parlamentar comunista, deslocou-se no passado dia 7 (sábado) a Santarém, onde esteve presente num grandioso comício-festa que teve lugar no Teatro Rosa Damasceno.

A sessão, a que assistiram cerca de mil pessoas, enchendo por completo a sala, assinalou o termo da Campanha "Promoção Conquistas de Abril", cuja meta na Organização Regional do Oeste e Ribatejo (a aderência de 700 novos militantes) foi largamente ultrapassada, à semelhança do que aconteceu noutras organizações. Na verdade, o nosso Partido registou naquela zona a aderência de 2 499 novos camaradas, número que, por si só, fala do significativo êxito da campanha de recrutamento no Oeste e Ribatejo, do importante reforço do Partido e da grande vitória política dos comunistas, vitória que reafirma a justiça da sua orientação e o seu fortalecimento a todos os níveis.

Num ambiente de entusiasmo e de confiança — que caracterizou toda a sessão — o camarada Rui Cachado, da Comissão Concelhia de Santarém do PCP, tomou por chamar para a mesa os seguintes camaradas: Francisco Landinha, Carlos Pinhão, Raimundo Cabral e Osvaldo Castro, todos do CC do Partido; Mário Figueiredo Pereira, da Comissão Concelhia de Alparça; José João Ferreira, da Concelhia da Chamusca; Virgolino Santos, da Concelhia de Salvaterra de Magos; Ricardo Manuel Duarte, da Concelhia de Benavente; Francisco Manuel, da Concelhia de Almeirim; Domingos Catarino, da Concelhia de Coruche; e Manuel Carvalho e Fernando Oliveira, ambos da Concelhia de Santarém.

Os camaradas das Comissões Concelhias chamados para a mesa do comício foram os que, nas respectivas organizações, mais se destacaram ao longo da campanha de recrutamento.

Antes de ser dada a palavra ao camarada Carlos Brito, que ao entrar na sala seria calorosamente aplaudido por todos os presentes, registaram-se as intervenções de Francisco Landinha e de Ricardo Manuel Duarte. Entre outros aspectos, foi salientado o trabalho do camarada Domingos Catarino, que recrutou durante a campanha

94 novos camaradas; e a aderência de outros 14 em Rio Maior.

"UM ACTO DE CORAGEM"

Aludindo aos êxitos da Promoção Conquistas de Abril, Carlos Brito sublinhou que a campanha foi decidida quando acabava de ser consumada a contra-revolução legislativa. E afirmou:

Decidi nestas condições, o sucesso da Promoção Conquistas de Abril terá de ser compreendido como a afirmação do protesto popular contra a política de recuperação capitalista, agrária e imperialista. Constitui a clara afirmação da vontade do nosso povo de defender as conquistas da revolução.

Mas não só. Decidiu num momento que o Comité Central do PCP considerou marcar a abertura de uma nova e perigosa fase da democracia portuguesa, o sucesso da Promoção Conquistas de Abril representa ainda um acto de coragem de todos os homens e mulheres que nestas condições de perigo decidiram aderir ao Partido que corajosamente lhes fala a linguagem da verdade. O sucesso da campanha do PCP tem de ser compreendido como um acto determinado dos trabalhadores, das camadas mais esclarecidas do povo português em defesa das liberdades, da democracia, da independência nacional, da Constituição da República, para assegurar a realização integral do projecto que ela encerra.

E mais adiante, após ter historiado brevemente

o processo que conduziu à queda do Governo PS aliado de facto à direita e depois de resumir as razões do voto do PCP na Assembleia da República no termo do debate da moção de confiança apresentada pelo Governo, Carlos Brito declarou:

Tal como sucedera antes da queda do Governo, o PCP tem negociado, tem desenvolvido todos os esforços para acelerar o processo de negociações que conduzam à elaboração de uma plataforma.

É verdade que à mesa das negociações e em relação a vários pontos tem havido aproximações de pontos de vista.

Mas não com a rapidez, não com a prontidão que seriam necessárias. No processo de negociações com o Partido Socialista as conclusões estão atrasadas.

Tal atraso preocupa-nos. Continuaremos, naturalmente a fazer esforços para que se

chegue a um acordo, mas o tempo urge. É necessário encontrar uma saída para a crise muito rapidamente.

E que não haja nenhuma ilusão: tal como quando da votação da moção de confiança apresentada pelo Governo na Assembleia da República, o Partido Comunista não dará cheques em branco.

Tal como sempre, tal como ao longo dos 16 meses do Governo PS, o PCP não dará cobertura, o PCP decididamente não avallará alianças, coligações (formalizadas ou disfarçadas) do Partido Socialista com a direita.

Que não haja ilusões. O PCP jamais será muleta de qualquer fórmula governativa, de qualquer acção governamental que não vise claramente a defesa dos interesses dos trabalhadores portugueses, da democracia, das conquistas da revolução, da independência nacional.

FREGUESIA DO ALGUEIRÃO REUNIU-SE EM ASSEMBLEIA

No decorrer da II Assembleia da Organização da Freguesia do Algueirão do PCP, que se realizou no passado dia 7, foi aprovado o relatório de actividades, que abordava as seguintes frentes de trabalho: Organização, Autarquias, Trabalho Sindical, Informação e Propaganda e Trabalho Unitário.

Participaram nos trabalhos da Assembleia 58 delegados, assistindo mais de 100 convidados. Entre as intervenções verificadas ressaltam as de camaradas das principais empresas da freguesia — Seica, Messa e Adorata — que locaram essencialmente os problemas

internos.

A nova Comissão de Freguesia, que integra 18 camaradas, foi eleita, no fim da Assembleia, por unanimidade.

Assistiram à Assembleia diversos membros da Comissão Concelhia e, em representação do Comité Central, o camarada Albano Nunes, que encorreu os trabalhos da Assembleia de Freguesia fazendo a síntese do seu funcionamento e analisando a presente situação política.

Estiveram também presentes na Assembleia, como convidados, duas delegações partidárias, uma do MDP e outra do PS.

COMÍCIOS E SESSÕES

Dia 13 — Salvaterra de Magos — Comício com o camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do CC do PCP. Este comício terá lugar pelas 21 horas no Celeiro dos Arcos. No final actuarão José Barata Moura e os Pioneiros de Salvaterra de Magos.

Dia 13 — Alto de Campolide — Sessão de esclarecimento. Esta sessão, que terá lugar pelas 21 horas no Campolide Atlético Clube, Rua Marquês da Fronteira, 163-1.º, é especialmente dedicada a membros do Partido e a democratas dos Açores e Madeira.

Dia 13 — Seixal — Sessão de esclarecimento com o camarada Jaime Serra, membro da Comissão Política do CC. A sessão, com início pelas 21.30, terá lugar na Sociedade Filarmónica Amorense.

Dia 15 — Avelro — Comício com o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido. Este comício realiza-se pelas 16 horas no Pavilhão do Beira-Mar. Durante o comício haverá Canto Livre com a participação de cantores e agrupamentos do distrito: Grupo Estrela, da Branca, Grupo Unidade, de Águada, Manuel Dias, de Espinho e Pinto de Oliveira, da Feira.

Dia 15 — Matosinhos — Comício com o camarada Dias Lourenço. Promovido pela Comissão Concelhia de Matosinhos, o comício terá lugar pelas 10.30 da manhã no cinema Constantino Nery.

Dia 15 — Castelo Branco — Sessão de esclarecimento com o camarada Carlos Brito, da Comissão Política do CC. A sessão, com início às 21 horas, realiza-se no Centro Artístico Albitransense. Adriano Correia de Oliveira participa no Canto Livre.

Dia 15 — Coimbra — sessão de esclarecimento com Álvaro Cunhal, às 21 e 30 horas, no Pavilhão dos Olivais.

Documento preparatório

"DAR MAIS FORÇA AO MOVIMENTO ASSOCIATIVO"

Tal como divulgámos em anteriores edições, a Comissão Central da UEC elaborou, para a discussão preparatória do Congresso, quatro importantes documentos, que representam um vasto trabalho de análise e definição de posições dos estudantes comunistas face aos inúmeros problemas com que se debate a juventude estudantil.

Em relação a estes documentos — "Um Ensino para a vida no Portugal de Abril", "Por uma vida melhor e mais feliz para a juventude estudantil", "Dar mais força ao Movimento Associativo" e "A UEC, vanguarda revolucionária da luta dos estudantes portugueses" — serão apresentadas pelas organizações, por grupos de militantes, ou só por militantes individualmente, diversas propostas de alteração, para completar alguns dos aspectos ali abordados.

E, pois, em torno destes documentos que se desenrola, a nível nacional, uma ampla preparação teórica do Congresso, acompanhada pelo debate aberto e produtivo.

A crescente deterioração das condições de vida da juventude estudantil, os problemas que ensoambram o seu futuro e comprometem o futuro, suscitam, cada dia que passa, fundadas preocupações em sectores cada vez mais largos dos estudantes. Não é com impossibilidade e muito menos com conformismo que as dezenas de milhares de jovens dos liceus, das escolas técnicas e da Universidade encaram esta situação. Bem pelo contrário, a vontade colectivamente assumida de lhe pôr termo, conquistando uma escola e uma vida melhores, marca a consciência de um número cada vez mais importante de estudantes.

É no quadro do Movimento Associativo que se tem afirmado e concretizado este enorme potencial de descontentamento e impaciência transformadoras de luta e intervenção criadoras da juventude estudantil — começa por referir o texto introdutório do documento "Dar mais força ao Movimento Associativo", que, mais adiante, sublinha.

Tendo como base essencial as AAE e assentando ainda noutras estruturas intermédias e em amplas reuniões de massas, desenvolvendo a sua actividade em torno de todos aqueles problemas, interesses, aspirações, objectivos e reivindicações capazes de unir as mais amplas massas estudantis, postulando os princípios da unidade, democracia, representatividade, o MA representa a mais importante conquista dos estudantes no campo da sua unidade, organização e luta.

Nas condições de liberdade abertas pelo 25 de Abril — lê-se, em seguida — pesem embora as readaptações sofridas quanto ao seu conteúdo e formas de organização, os erros, incorrecções e desvios cometidos e as dificuldades verificadas, o MA consolidou-se e o movimento dinâmico e interveniente movimento de massa de características democráticas e unitárias.

No entanto, persistem debilidades: O MA que hoje temos não é ainda o MA que queremos e podemos ter.

A sua expansão organizativa não corresponde ainda uma actividade associativa suficientemente regular e estável, diversificada e atraente.

Se é certo que muitos milhares de estudantes participam hoje nos grandes momentos e decisões da vida associativa, não é menos verdadeiro que outros tantos milhares encaram com indiferença e até com receio as actividades das AAE e do MA.

Considerando o reforço do MA como a principal direcção da acção e luta dos estudantes portugueses, no presente momento, o documento da CC da UEC sublinha que este reforço deve ser encontrado em todos os problemas, interesses, actividades, aspirações e reivindicações que unam a massa dos estudantes e não naquilo que os divide, e nesta perspectiva, propõe aos estudantes um conjunto de direcções imediatas de trabalho para o MA, num contexto geral, e em separado, no Ensino Superior e no Secundário.

No capítulo dedicado ao Superior, o documento desenvolve os seguintes pontos: "a luta contra o decreto antidemocrático da gestão", "a luta pela reabertura da Universidade de Coimbra", "a luta contra a restrição brutal do acesso à Universidade", "a luta pela reabertura do ISCS", "a luta dos estudantes de Psicologia do Porto", "a luta contra o aumento de preços nas cantinas".

Em relação ao Ensino Secundário, destacam-se os seguintes pontos: "a luta contra os exames nacionais" e "a luta em defesa da gestão democrática".

No último capítulo do documento — "alargar a corrente unitária-saliente", a dado passo, que na sua acção diária nas escolas,

nas turmas, nos cursos, nas secções e outras comissões, nas direcções associativas, os estudantes comunistas empenharão o melhor do seu esforço no fortalecimento e alargamento desta já ampla corrente unitária.

No próximo número do "Avante!", abordaremos os dois últimos documentos: "Por uma vida melhor e mais feliz para a juventude estudantil" e "A UEC, vanguarda revolucionária da luta dos estudantes portugueses".

U. da Juventude Comunista

REUNIÃO DE MILITANTES DO DISTRITO DE LEIRIA

Decorreu recentemente, na Marinha Grande, uma reunião alargada de militantes da UJC, do distrito de Leiria, em que estiveram presentes 50 camaradas.

Da ordem de trabalhos, faziam parte três pontos: a situação política, frentes de trabalho e organização.

Durante a sessão, que se desenrolou num ambiente de entusiasmo e de viva participação, foi apresentado um Relatório sobre organização, que salienta a dado passo: É necessário que em cada concelho se formem organismos responsáveis de modo a que estes sejam os impulsionadores e dinamizadores de toda a actividade da UJC em cada localidade, em cada fábrica ou local de trabalho. Responsabilizar os camaradas novos na organização, dar-lhes tarefas que os mobilizem — devem ser uma preocupação constante. É com trabalho do dia-a-dia e na luta da juventude que se formam os quadros da juventude, quadros abnegados, capazes, e dispostos a sacrificar um bocadinho do seu bem-estar para o reforço e avanço da organização.

E mais adiante, refere: Nos locais onde ainda não temos organização e há contactos, devem ser os concelhos maiores e mais organizados a dar o apoio necessário (...). O Executivo distrital deve funcionar regularmente e ter camaradas responsáveis por todas as frentes de trabalho e também por alguns concelhos.

Ao sublinhar a importância de que se revestem os encontros concelhios, o Relatório revela que, neste momento, está em preparação um encontro da organização da Marinha Grande.

Ao longo da reunião, registaram-se várias intervenções, nomeadamente sobre actividade geral, agitação e propaganda, fundos, trabalho sindical e empresas, trabalho unitário, raparigas, alargamento da organização e trabalhadores-estudantes.

Na intervenção sobre as raparigas, foi referido que este tem sido um dos problemas a que a organização do distrito não tem

Englobando trabalhadores da panificação, sapateiros, maleiros e luveiros, pequenos e médios empresários, barbeiros e cabeleiros, pescadores, agentes comissionistas, vendedores ambulantes e ainda os organismos de deficientes e dos retornados, realizou-se em 18 de Dezembro último uma Assembleia da Organização do Sector «Vários», do Comité Local de Lisboa.

Os trabalhos da Assembleia, que ocuparam todo o dia, realizaram-se nas instalações do Instituto Superior Técnico (Anfiteatro de Electricidade) terminando com uma festa de convívio preenchida por uma sessão de canto livre.

Esta Assembleia, marco fundamental na vida da Organização, permitiu que, colectivamente, todos os camaradas se debruçassem em balanço sobre as actividades do sector, discutindo os erros e apontando soluções para melhorar todo o trabalho

e reforçando, ao mesmo tempo, a coesão do Partido e a sua ligação às massas.

Este sector, jovem no Partido pois nasce em fins de 1974, princípios de 1975, e embora não tenha tradições de luta conta, no entanto, com algumas classes nele organizadas que as têm e bastante ricas, como é o caso dos pescadores, panificação, pequenos e médios empresários, etc.

O sector «vários» agrupou-se em redor do então recente organismo de Hotelaria e forma-se como sector devido à necessidade que o Comité Local de Lisboa sentiu de acompanhar algumas lutas pontuais desenvolvidas por classes não organizadas como tal, o que provocava dificuldades de acompanhamento.

O sector tem uma importância económica e, logicamente, política — como se pode ler no relatório aprovado — devido às classes nele representadas.

Sector «Vários» do CLL

I ASSEMBLEIA ANALISA TRABALHO DESENVOLVIDO

é fundamental como um dos sectores básicos da nossa economia. Acresce ainda que a Organização do Partido de Lisboa se baseia no sector nacionalizado com cerca de 4500 trabalhadores, sector que se torna urgente reestruturar.

Os pequenos e médios empresários, camada média organizada no sector, têm uma importância económica transcendente, pelo número — 200 000 a nível nacional — e pelo número de trabalhadores que emprega — 75 por cento da mão-de-obra nacional. Estes números e o lugar que ocupa na produção/distribuição mostram que se esta camada não é fundamentalmente importante para se fazer a Revolução, sem ela é impossível avançar.

A panificação, com 120 empresas em Lisboa, que emprega 5 000 trabalhadores, é outra classe organizada no sector. Se economicamente não é das mais importantes, já

o sector da Pesca

o sector da Pesca

ROGÉRIO DE CARVALHO NO BENIN

A convite do governo e do Partido da Revolução Popular do Benin encontra-se desde o passado dia 6 em Cotonou, capital daquele país, Rogério de Carvalho, membro do Comité Central do PCP.

Rogério de Carvalho participará de 9 a 16 de Janeiro na «Semana de Solidariedade aos Povos e Países em Luta pela sua Libertação» e na Conferência Internacional sobre Mercenato.



Uma delegada intervém

o é politicamente, pois os problemas do pão são sempre muito sentidos pela população.

Mesmo menos importantes economicamente têm também a sua importância os sapateiros, cabeleiros, vendedores ambulantes, retornados, deficientes e uma empresa como é a UCAL.

A esta importância económica deve corresponder uma firme orientação política que consiga dar resposta aos muitos problemas que se põem a cada um dos sub-sectores.

Após a eleição do novo Organismo de Direcção, que passa a contar com 20 elementos, e antes do encerramento da Assembleia, o camarada Jerónimo de Castro, membro do Comité Central, fez um balanço dos trabalhos realizados referindo-se depois à situação política.

Seguidamente, o Relatório de Actividades, analisa a composição do sector, detendo-se em particular na actividade do anterior Organismo de Direcção, a política financeira do sector, a informação e propaganda e,

III Assembleia de Loures

«É NECESSÁRIO AUDÁCIA E NÃO TER RECEIO DE ERRAR»

Reforçar a Organização, alargar o Partido, defender as conquistas de Abril foram as palavras de ordem que orientaram os trabalhos da III Assembleia da Organização Concelhia de Loures do PCP, realizada no domingo passado nas instalações do Ginásio Sacavenense, que albergaram durante todo o dia os 374 delegados eleitos e mais de 600 convidados

O camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, que acompanhou, desde o início, a Assembleia, participaria, no final, num comício onde, de improviso se referiu à presente situação política.

Entretanto, o conhecimento de que o secretário-geral do Partido Comunista participaria no comício de encerramento da III Assembleia, deu origem a uma grande concentração popular que, muito antes da

reuniões preparatórias, que deram origem a alterações no Relatório e que proporcionaram um trabalho exaustivo de análise da situação do concelho, não só no que diz respeito à actividade do Partido, mas também no que se refere à situação das empresas, carências das populações e outros aspectos focados no decorrer das dezenas de intervenções verificadas.

Podemos dizer que, de uma maneira geral, são as nossas deficiências que explicam muitos dos nossos insucessos e dificuldades em alguns aspectos da actividade do nosso concelho e, consequentemente, na actividade mais geral do nosso trabalho.

Sallentando, mais adiante que cada freguesia tem as suas características próprias e diversificadas; numa redução implantada de grandes e médias fábricas e empresas, noutras ausência quase total de fábricas e empresas, noutras ainda uma grande influência de pequenos agricultores, de comerciantes e industriais, o orador recordou a importância dos quadros, em especial quadros intermédios

de acordo com as suas possibilidades e capacidades. É necessário audácia na sua promoção e não ter receio de errar uma ou duas vezes. Por certo acertaremos muitas mais.

No decorrer dos trabalhos verificaram-se intervenções das Comissões de Freguesia de Sacavém, Odivelas, Loures, Camarate, Tojal, Apelação, Caneças, Bucelas, Moscavide, S. João da Talha e Santa Iria de Azoia.

Importantes, na medida em que traçaram um quadro de todo o concelho, impossível se torna, no entanto, referir pormenorizadamente cada uma delas. As deficiências e os sucessos foram ali relatados com espírito crítico. Exemplo disto a intervenção do representante da Comissão de Freguesia de Caneças.

Referindo-se à crise organizativa que afecta naquela região o trabalho do Partido e que coincidiu com o desaparecimento da casa que servia de Centro de Trabalho provisório, aquele camarada terminaria com o seguinte voto:

Queremos voltar aqui, no futuro, e trazer-vos a notícia que a nossa Organização estará a trabalhar para responder às tarefas que o Partido nos apresenta, o que representará uma vitória do nosso sector para reforçar as vitórias do nosso povo.

O ultrapassar da crise em Caneças certamente que não demorará, até porque, segundo informou, os comunistas de Caneças tomaram real o que ainda há pouco tempo parecia impossível: a construção do novo Centro de Trabalho, que em breve inauguraremos e que tem sido fruto de longos e penosos sacrifícios, pois de uma casa completamente em ruínas temos conseguido reconstruir outra, com o mínimo de condições para realizarmos o nosso trabalho.

Mas sendo um concelho com importante implantação industrial não poderiam deixar de se fazer ouvir, no decorrer dos trabalhos da Assembleia, as intervenções das respectivas células de empresas.

Esses quadros existem, estão no Partido, fazem parte dos mais de 5000 membros que compõem as nossas fileiras no concelho. É necessário encontrá-los, auxiliá-los, ganhá-los para que realizem e concretizem tarefas



Álvaro Cunhal conversando com participantes na Assembleia

hesitou em devolver aos mesmos exploradores.

Ali se provou, com dados concretos, que através da participação dos trabalhadores a produção aumentava, os salários eram pagos, se criavam novos postos de trabalho e que se mais não era feito, isso se devia muitas das vezes às dívidas astronómicas que o patrão legou ou à política de recuperação capitalista

promovida pelo ex-Governo PS. Noutro local damos conta do trabalho desenvolvido pelos trabalhadores das principais empresas do concelho na recuperação das mesmas em comparação com a actividade sabotadora do patronato.

A nova Comissão Concelhia integra mais elementos do que a anterior de modo a poder corresponder às inúmeras frentes de trabalho e ajudar

a encontrar soluções para inúmeros problemas que, até aqui, por falta de tempo para serem tratados nos poucos organismos existentes com poderes para tal, se arrastavam e não eram resolvidos.

No respeitante à composição social, a actual Comissão Concelhia conta com 21 operários, 14 empregados, 4 técnicos e 4 de

várias profissões. Da Comissão Concelhia fazem parte 7 mulheres.

Para além do camarada Álvaro Cunhal, assistiram aos trabalhos da Assembleia em representação do Comité Central os camaradas Georgete Ferreira, Armando Morais e Severiano Falcão.

Revelando organização exemplar, o aparelho técnico de apoio à III Assembleia funcionou praticamente sem falhas. Logo que um dos oradores subia à tribuna para ler a intervenção imediatamente logo um grupo de rapazes e raparigas, muitos deles com o lenço dos Pioneiros, distribuía pelos delegados uma cópia da intervenção.

Foram impressos cerca de 11000 exemplares de documentos.

Durante a Assembleia foram lidas numerosas saudações, das quais destacamos a dirigida a todos os povos em luta contra o fascismo, o colonialismo, o racismo, e o imperialismo, a saudação aos trabalhadores da Reforma Agrária e a saudação à direcção do Sport Grupo Sacavenense.

Foram ainda aprovadas duas moções, a primeira das quais se solidariza fraternalmente com os trabalhadores das empresas desintervencionadas do concelho, nomeadamente os trabalhadores da Copam, Joaquim Francisco dos Santos e Luis Pedro Mendonça, e a segunda propugnando o reforço do Movimento Sindical unitário.



Delegados à Assembleia seguindo atentamente os trabalhos



Relativamente à produção dizemos que os trabalhadores nos seus dias de descanso e fora das horas de serviço, sem qualquer retribuição, conseguiram recuperar uma máquina produtora de papel, que estava condenada a ir para a sucata e que hoje produz 2500 toneladas de papel por ano.

Em 1976 a produção da fábrica foi de 13 000 toneladas de papel, devendo este ano atingir 17 000 toneladas; o pagamento de 30 dias por inteiro em cada ano civil em caso de doença, a melhoria substancial nos complementos de reforma e tantas outras.

FAPAJAL

Em Janeiro de 1973 o grupo Champallimaud coloca no desemprego os 440 trabalhadores da Fábrica de Papel da Abelheira. Desencadeou-se então uma luta em que os trabalhadores saíram vitoriosos recebendo as indemnizações a que tinham direito.

O relatório apresentado informa o que se passou posteriormente: Com o encerramento da fábrica da Abelheira constituíram-se então uma sociedade de credores a que foi dada o nome de Fapajal e a fábrica reiniciou a sua actividade em Janeiro de 1974. Os principais accionistas são, depois das nacionalizações em 1975, empresas nacionalizadas, sendo 96 por cento do capital social pertença do Estado.

Quando a fábrica reabriu, portanto já Fapajal, a dívida ao Banco de Fomento Nacional era de 44 mil contos e ao Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa 31 mil contos, o que totaliza um encargo para a nova firma de 75 mil contos. Ora sendo o seu capital social de 60 mil contos, a Fapajal já nasceu tecnicamente falida.

E mais adiante: Mas voltando ao caso dos encargos podemos afirmar que a dívida que em 1974 era de 75 mil contos está neste momento em 32750 contos, resultado de amortizações na ordem dos 42 250 contos, além dos 12 mil contos, aproximadamente, que já pagamos de juros.

Os pagamentos a fornecedores são feitos por cheque dentro dos prazos normais e não temos, felizmente, letras aceites.



Aspecto da mesa que presidiu aos trabalhos

hora, aguardava a oportunidade de entrar no Ginásio. A sala, então, revelou-se pequena.

A Comissão Concelhia foi eleita por unanimidade dos delegados presentes. O mesmo sucedera com a aprovação do Relatório de Actividades e o Projecto de Resoluções. Anteriormente, realizaram-se numerosas

O reforço da Organização foi um dos temas dominantes. A este respeito diria um dos oradores:

Analizarmos a nossa influência nas diferentes freguesias ou nas diversas empresas concluiremos que tal influência está directamente, se não mesmo profundamente, ligada ao estado da Organização do Partido.

que liguem eficazmente a base do Partido aos Organismos de Direcção. Sobre este assunto acentuou:

Esses quadros existem, estão no Partido, fazem parte dos mais de 5000 membros que compõem as nossas fileiras no concelho. É necessário encontrá-los, auxiliá-los, ganhá-los para que realizem e concretizem tarefas

O QUE OS PATRÕES DESTRUÍRAM OS TRABALHADORES ERGUERAM

A III Assembleia da Organização Concelhia de Loures do PCP revelou um trabalho pormenorizado sobre as empresas da região onde o esforço dos trabalhadores procurou — e na maior parte dos casos conseguiu — remediar os prejuízos causados pelo patronato sabotador.

O que se passou não constitui novidade. Mas nunca é demais recordar a experiência positiva da participação dos trabalhadores nos destinos das empresas onde laboram. Os exemplos que a seguir apresentamos são a prova de que com os trabalhadores é possível erguer a economia nacional e melhorar as condições de vida, aumentar os postos de trabalho.

COPAM

A intervenção da Célula da Copam refere o seguinte: Os trabalhadores da Copam viveram durante os dois anos de intervenção uma grande experiência do que pode ser a recuperação económica com os trabalhadores.

Com uma gestão da sua confiança, com os trabalhadores empenhados na recuperação da empresa, dispendo-se a diversos sacrifícios, abdicando de aumentos salariais, foi possível transformar uma Copam quase na falência numa empresa com grandes perspectivas, tendo-se aumentado a produção de 13 mil toneladas (mais de 25 por cento); as vendas de 58 mil contos; criando-se 40 novos postos de trabalho e obtendo-se o maior lucro de toda a vida da empresa (20 mil contos).

Foi possível, apesar da total falta de apoio dos órgãos governamentais, fazer uma planificação de desenvolvimento da empresa a 5 anos, que tinha em conta, por um lado, as necessidades do país e, por outro, as suas dificuldades, procurando-se o aproveitamento dos nossos recursos, a diminuição de desperdícios e em cuja perspectiva seria possível diminuir as importações, substituindo-as por produtos de fabrico da Copam, manter preços controlados na empresa sem causar efeitos nas indústrias que dela dependem, permitir o próprio florescimento da Copam, criando melhores condições aos trabalhadores.

O ex-governo PS restituiu a empresa ao patrão

sabotador. E o que é que sucede presentemente:

Os planos feitos, o aumento de produção, os verdadeiros resultados da empresa não voltarão a aparecer.

Os trabalhadores estão já a perder regalias, a ser explorados, reprimidos e perseguidos. Sete trabalhadores (5 da Comissão de Trabalhadores e um delegado sindical encontram-se despedidos). Dez estão suspensos e mais três têm processos disciplinares com o objectivo de justificar os despedimentos. Tenta-se o clima de terror para mais facilmente voltar a explorar e sabotar.

Prefere-se importar o lucro para o capitalismo não for compensador. Prefere-se mesmo levar a empresa à falência se as condições de exploração não forem suficientemente favoráveis.

JOAQUIM FRANCISCO DOS SANTOS

O relatório apresentado à III Assembleia Concelhia recorda:

Encerrada no dia 2 de Dezembro de 1974 e intervenida em meados de Fevereiro de 1975, praticamente só no mês de Julho do mesmo ano a empresa se aproximou da sua actividade normal.

A fuga da entidade patronal deixara também aos trabalhadores a responsabilidade, sem qualquer contrapartida, de cerca de 15 mil contos que recebera pouco tempo antes,

no acto da entrega de algumas empreitadas. Isto quer dizer que ficamos obrigados a construir com 35 mil contos o que valia 50 mil contos.

Depois de terem fechado a empresa e não possuírem responsabilidade na sua gestão, os patrões ainda levantaram de clientes cerca de 600 contos.

De Abril de 1975 a Março de 1976, os trabalhadores tiveram que liquidar os salários de Dezembro de 1974, de Janeiro e Fevereiro de 1975 e o décimo terceiro mês, além da concessão de 10 dias de subsídios de férias, traduzindo-se isto em mais de treze mil e quinhentos contos, sem qualquer contrapartida na produção, que seria de 24 mil contos.

De 1 de Abril a 7 de Maio de 1976, o ex-ministro Eduardo Pereira mandou encerrar a empresa durante 37 dias, causando um prejuízo de 15 mil contos. (...)

As condições difíceis em que os trabalhadores se viram, não impediram que chegassem a Outubro de 1977, mês da restituição da empresa com 220 mil contos de trabalhos em carteira e nunca abalaram a sua unidade ou enfraqueceram a sua vontade (...)

Para entregar a empresa sem escândalo, o ex-ministro impôs por último um referendo.

Apesar de ter proibido que os nossos companheiros cabo-verdeanos votassem, só 47 trabalhadores se pronunciaram pelo regresso do patrão.

Mesmo assim, o ex-ministro e o ex-Governo não hesitaram em devolver a Joaquim Francisco dos Santos. (...)

Com o regresso do patrão voltou a repressão.

LUIS PEDRO MENDONÇA

Assinalando a forte consciência de classe e unidade dos trabalhadores, em que mais de 60 por cento são mulheres, o que tem demonstrado que os trabalhadores unidos têm força para impedir o regresso ao passado. O relatório apresentado refere a luta travada, recordando:

Apesar de não receberem salários há 7 meses.

Apesar do ex-Governo, para prosseguir a sua política de recuperação capitalista, agrária e imperialista, não ter hesitado em recorrer a meios de intimidação e repressão sobre os trabalhadores, nomeadamente aqueles que mais se destacaram, dos quais 8 já foram presos ilegalmente pela GNR por 8 vezes.

Apesar do claro desrespeito do Governo pelas leis que elaborou e aprovou na Assembleia da República, nomeadamente a Lei da Greve, que os trabalhadores decretaram legalmente; os trabalhadores da L.P. Mendonça afirmam que não é com uma política como a que foi desenvolvida pelo ex-Governo do PS que se resolvem os problemas nacionais.

CORAME

O patronato sabotador ameaça encerrar a empresa e colocar no desemprego cerca de 300 trabalhadores. A intervenção lida explica o que se passou depois:

Nesta fase os trabalhadores tiveram que ocupar a empresa e impedir a entrada do patronato como forma de garantir a sua laboração. Os trabalhadores e a sua Comissão de Trabalhadores tiveram que pegar na direcção da empresa. Tiveram que procurar trabalho, tiveram que fazer as cobranças, tiveram que trabalhar voluntariamente

para cumprir prazos. Enfim, tiveram que assumir a gestão da empresa até à nomeação de uma Comissão Administrativa por parte do Estado. Foram horas difíceis que nessa altura os trabalhadores passaram. Foi necessário deixar a família e dormir na empresa durante mais de sete meses. Apesar de tudo conseguiu-se uma nova imagem da empresa e uma melhoria razoável das condições de vida dos trabalhadores. Foi um relatório com referências a preços acessíveis, quando até então apenas era aquecida a comida a alguns trabalhadores. Foi a criação de duchas com água quente quando antes só havia água fria.

Já com a Comissão Administrativa a empresa conseguiu resultados até então nunca alcançados. Nesta altura existe em marcha um plano de reequipamento que atingiu cerca de 40 mil contos.

Durante todo este período de intervenção, até agora os salários foram sempre pagos a tempo e os CCT cumpridos. Frisando uma certa sabotagem que se faz sentir por parte de outras empresas que não entregam encomendas mesmo que a Corame apresente melhores preços, o relatório acrescenta:

Os resultados deste ano (1977) serão o consequentemente diferentes dos do ano de 1976, mas apesar disso as perspectivas são boas dado que existe uma razoável carteira de encomendas, cerca de 80 mil contos.

COVINA

A informação lida na III Assembleia Concelhia revela: A Covina, antes do 25 de Abril funcionava como monopólio ao serviço de uma dúzia de parasitas que nunca se preocuparam com

a situação de quantos nela trabalhavam. Salários de miséria, repressão, ganância do lucro fácil era a preocupação dos Fátima, Bordalos e tantos outros. Ao levantar da voz dos trabalhadores reivindicando melhores salários apresentavam-nos a PIDE e a GNR, como aconteceu em Fevereiro de 1969, data que jamais poderemos esquecer, tal foi a repressão que se abateu sobre os trabalhadores da Covina.

Não podemos esquecer que cerca de 200 camaradas de trabalho foram despedidos sem qualquer indemnização. (...) Depois de nacionalizada e ao contrário do que dizem os defensores do capitalismo, a Covina sempre deu lucro como comprovam os relatórios de contos de 1975 e 1976, cerca de 50 e 60 mil contos respectivamente. Para tal, camaradas, têm os trabalhadores da Covina contribuído em larga escala. O aumento da produção em alguns sectores foi significativo. Para tal não podemos deixar de focar a importância do exercício do controlo operário com a colaboração de muitos trabalhadores.

Sallentando mais adiante que a Covina não tinha quadros técnicos e que estes foram admitidos, que não existia qualquer plano de investimento à data da nacionalização e que hoje já existe tendo em conta a realidade nacional, que foi reparado um forno que vai aumentar a produção diária de vidro em 30 toneladas e que outros fabricos vão ser remodelados aumentando a respectiva produção, o relatório acrescenta:

Para além das já citadas transformações há também que realçar outras conquistas dos trabalhadores, nomeadamente a implantação de uma creche para os filhos dos trabalhadores,

«O PCP VIVE, TRABALHA E LUTA PARA SERVIR O POVO PORTUGUÊS»

No encerramento da III Assembleia da Organização Concelhia de Loures, a cujos trabalhos assistiu, o camarada Álvaro Cunhal proferiu, de improviso, o seguinte discurso:

Camaradas e amigos:
Como já foi dito, este comício tem lugar no encerramento da III Assembleia da Organização Concelhia de Loures do PCP. Trata-se de um importante acontecimento na vida, não apenas dos comunistas, mas também de todo o povo trabalhador deste concelho. Na verdade, o PCP é um partido que se distingue dos outros partidos por uma característica muito especial: enquanto os outros partidos procuram servir-se do Povo, o PC vive, trabalha, luta para servir o Povo do nosso País. E a vida e a luta dos comunistas e a vida e a luta dos trabalhadores estão tão intimamente ligadas que, falando-se da actividade do nosso Partido, tem de falar-se obrigatoriamente da vida e da luta dos trabalhadores. E falando-se da vida e da luta dos trabalhadores portugueses, tem de falar-se obrigatoriamente da vida e da actividade do nosso Partido. Por isso neste comício de encerramento da Assembleia da nossa organização do concelho, não numa mesma saudação do Comité Central do Partido tanto os comunistas como a classe operária e todos os trabalhadores do concelho de Loures, expressando a profunda confiança em que continuará as gloriosas tradições já vindas do tempo do fascismo.

O fracasso da política de recuperação capitalista e a crise actual

Camaradas:
Esta Assembleia realiza-se num momento em que as atenções do nosso País, e podemos dizer, também as atenções da opinião pública internacional, estão voltadas para a crise política criada em torno da queda do Governo e da formação de um novo Governo. Para ter uma opinião quanto à solução necessária para a crise, é indispensável ter em conta duas lições essenciais da queda do Governo PS sozinho, aliado de facto à direita.

Quais foram as causas profundas da queda do Governo? Elas foram duas: foi o fracasso da política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista, e foi o fracasso da própria fórmula de governo, ou seja, dum governo PS aliado de facto à direita. Por isso se tornou necessária uma nova política e um novo governo.

Há quem diga que a expressão «política de recuperação capitalista, agrária e imperialista», é apenas uma expressão propagandística do nosso Partido. Quando nós insistimos em usá-la logo dizem: «lá estão eles sempre com a mesma frase». Mas nós temos de repeti-la, porque não há nada mais verdadeiro do que dizer: durante 16 meses, o Governo PS sozinho aliado de facto à direita não fez praticamente outra coisa que não fosse uma política de recuperação capitalista, agrária e imperialista.

Se se entregam aos antigos patrões fábricas e empresas, que foram sabotadas por esses mesmos patrões e foram salvas pelos trabalhadores (e aqui neste concelho conhecem-se vários exemplos citados na Assembleia da nossa organização), que é isto senão recuperação capitalista?

E se se entregam terras apropriadas aos antigos agrários, terras que estavam abandonadas e foram cultivadas pelos trabalhadores, que passaram a pertencer a Unidades Colectivas e Cooperativas, e se entregam aos agrários muitas vezes para ficarem de novo abandonadas, que é isto senão recuperação agrária ou latifundista?

E se são dadas novas facilidades ao capital estrangeiro, e se se dão milhões de contos de indemnização à ITT, que deve entregar centenas de milhares de contos à banca portuguesa nacionalizada, e se se contraem empréstimos externos em condições gravosas para a nossa independência, que é isto senão recuperação pelo imperialismo das velhas posições que tinha no nosso País?

Não se trata portanto de uma frase de propaganda do nosso Partido, trata-se de uma realidade e é a partir das realidades que nós analisamos a situação política no nosso País.

Quando se procura fazer pagar aos trabalhadores todo o peso das dificuldades e da crise económica e financeira e se dão milhões de contos aos capitalistas, isto não é outra coisa senão o caminho não apenas para a recuperação de posições pelo grande capital, mas a restauração do poder económico e também do poder político daquelas classes que durante quase 50 anos, após a vitória da ditadura fascista, exploraram, tiranizaram e oprimitam o nosso Povo.

Há que ter bem presente no momento actual que a política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista não resolveu nenhum dos grandes problemas nacionais. Antes pelo contrário: agravou todos os problemas existentes.

Todos nos lembramos, camaradas, de que o Governo afirmou ser seu objectivo prioritário a diminuição dos défices externos, e com esse objectivo congelou os salários, aumentou os preços, estabeleceu um «cabaz de compras» quando era melhor que tivesse dado a possibilidade das compras mesmo que não houvesse o cabaz, provocou despedimentos com toda uma série de perseguições das comissões de trabalhadores e delegados sindicais, e a tirou o primeiro pacote, e a tirou o segundo e na altura da queda já estava a preparar o terceiro. Decidiu a desvalorização do escudo que afirmou que conduziria a um aumento das exportações e à diminuição das importações, o que se viu afinal? Conforme o nosso Partido previa e prevenira, conduziu precisamente ao resultado contrário: ainda se pagou mais pelas importações e não se aumentaram muito as exportações.

E no fim de tudo, o défice externo, que se queria reduzir, aumentou mais, hipotecou-se o ouro e ficámos à beira da bancarrota.

Uma política contrária aos interesses do nosso Povo e do nosso País, uma política antipopular, uma política antipovo, para ser realizada, para ser levada a cabo, não pode ser por métodos democráticos. Uma tal política, para ser aplicada, porque defronta as realidades, porque defronta a vontade, os interesses e a luta do nosso Povo, recorre de forma crescente a medidas repressivas. Vêmo-la bem ao longo de 16 meses de administração do Governo PS.

Essa violência para a aplicação duma política antipopular e antipovo conhecem-na bem os trabalhadores da zona da Reforma Agrária que viram as medidas arbitrárias e ilegais da concessão de reservas e da desanexação de terras às UCPs e Cooperativas serem executadas com o emprego de grandes forças militares ou militarizadas com blindados, com armas automáticas, com espingardas, com cavalgadas sobre os trabalhadores, com a queda a espécie de violências. E muitas vezes temos dito, camaradas, que se foi necessária tanta força para arrancar as terras às UCPs e às Cooperativas, no dia em que seja feita justiça e essas terras voltem para a posse dessas UCPs e Cooperativas não será necessário um único homem armado.

O que significa o emprego da força para aplicar medidas antipopulares conhecem-no também os operários das empresas intervencionadas, onde as decisões dos Ministérios foram aplicadas com o uso da força, da violência, de mercenários e de gorilas patronais. E podemos igualmente afirmar que, se foi necessária a utilização da força para aplicar essas decisões, no dia em que sejam reexaminadas, e, como esperamos, rectificadas essas decisões arbitrárias e ilegais, os trabalhadores, para aplicarem justas decisões, não precisarão tão pouco da presença de um único homem armado. Tudo isto significa que, se nós queremos sair da situação em que nos encontramos, a política de recuperação capitalista, agrária e imperialista não serve. É necessária uma nova política.

As receitas que já conhecemos do VI Governo Provisório, depois agravadas em 16 meses de administração do Governo PS sozinho aliado de facto à direita, essas receitas não poderão resolver os problemas que hoje defrontamos. É necessária uma outra política, mas uma política democrática, uma política que vise a recuperação económica, a partir das novas realidades que foram criadas na sociedade portuguesa através das transformações democráticas revolucionárias, e particularmente da Reforma Agrária, das nacionalizações, do controlo de gestão, das formas múltiplas de intervenção dos trabalhadores na solução dos problemas nacionais.

O acordo político a composição do Governo e as negociações

Muitas vezes temos insistido em que o nosso Partido defende a necessidade de uma plataforma, de um acordo político com o Partido Socialista. Por vezes aparecem camaradas que perguntam: «mas será possível um tal acordo? Será possível um acordo com um partido que durante os 16 meses que esteve no Governo conduziu a política que todos conhecemos, uma política que serve não os trabalhadores mas os interesses dos capitalistas, dos agrários e do próprio imperialismo?». Nós respondemos a esta pergunta partindo não tanto falando da

possibilidade de um tal acordo como da sua necessidade. Ao nível dos órgãos do Poder, Assembleia da República e amanhã a formação dum governo, se queremos uma solução democrática na base das instituições, se queremos um governo que tenha o apoio de que necessita na Assembleia da República, esse governo não pode ser apenas com o apoio nosso, dos comunistas, necessita também do apoio dos socialistas. Nós temos 40 deputados. Não chega. Nas instituições não chega. Por isso, e não apenas por isso, já na campanha eleitoral para a Assembleia da República defendemos uma orientação que visava primeiro a derrota dos partidos reaccionários, PPD e CDS, que nessa altura pretendiam conquistar a maioria, segundo, o triunfo das forças democráticas, considerando entre as forças democráticas os dois partidos que vinham do tempo do fascismo, o Partido Comunista e o Partido Socialista, terceiro, uma grande votação no Partido Comunista que permitisse um Grupo Parlamentar o mais forte possível para que tornasse também possível uma maioria de esquerda. Se esta maioria não teve lugar não foi porque não houvesse na Assembleia da República número suficiente de deputados comunistas e socialistas. Ainda hoje os comunistas e socialistas têm a maioria na Assembleia da República. Também não foi porque nós, os comunistas, não tivéssemos insistido para que se formasse essa maioria, mas foi sim porque a direcção do Partido Socialista, em vez de procurar a aliança com os comunistas, respeitando o sentido do voto popular nas eleições para a Assembleia da República, preferiu fazer uma aliança de facto com a direita, com o CDS e com o PPD.

Continuamos e continuamos a insistir na necessidade de uma plataforma, de um acordo, e faremos tudo quanto estiver ao nosso alcance para chegarmos a ela.

Como os camaradas sabem têm-se realizado negociações, têm-se encontrado delegações do nosso Partido e do Partido Socialista, ontem houve novo encontro. São em geral, encontros demorados. O nosso Partido procura um acordo político, mas naturalmente não é um acordo político para uma política de recuperação capitalista. É um acordo político para defender as conquistas da Revolução. Com o Partido Comunista não é possível um acordo político que não seja para defender a Reforma Agrária, as nacionalizações, o controlo operário, os direitos conquistados pelos trabalhadores depois do 25 de Abril.

Para aqueles que não estiveram na Assembleia de Organização, poderá ter interesse dizer que vários camaradas sublinharam a disposição dos trabalhadores em participarem num grande esforço nacional para a recuperação económica. E sublinharam a disposição dos trabalhadores, para fazerem sacrifícios, se necessário, para a recuperação económica do País. Mas não sacrifícios, como um camarada dizia, para encher a burra dos capitalistas. Isso não. Não sacrifícios para que continuem a ser entregues as empresas ao patronato sabotador e para que continuem a ser entregues as terras aos agrários. Não sacrifícios para que sejam dados milhões de contos de indemnizações aos capitalistas, milhões de contos, parece, aos próprios Melos.

E também, camaradas, nós temos dito que na situação em que nos encontramos precisamos de créditos externos, é certo, precisamos. Mas há outras linhas de crédito e pensamos como portugueses, mesmo que tivéssemos que passar muitas dificuldades, teríamos forças para encontrar as soluções desses problemas sem aceitarmos ajeitarmos-nos aos pés do imperialismo.

Nestas bases essenciais o nosso Partido fez propostas concretas ao PS e ao Primeiro-Ministro indigitado. Estas são a desistir propostas concretas e faremos esforços para que se chegue ainda a um acordo.

Estamos a negociar, há inquietação, e vemos um tal frenesim, tais andanças do CDS e do PPD, tantas horas que eles estão reunidos com o PS, que, além daquilo que sabemos das negociações conosco, porque muitas interrogações acerca das negociações com eles, porque uma coisa é negociar com um partido que representa os interesses dos trabalhadores, outra coisa é negociar com partidos que representam os interesses do grande capital. Para que possamos ter uma ideia dos acordos a que o PC possa chegar com o PS temos também que fazer uma ideia dos acordos a que o PS possa chegar com o CDS e com o PPD. Não haja um acordo conosco que depois seja destruído pelo acordo com outros. Se há um acordo conosco tem que ser um acordo preciso e bastante claro.

E então o que é que se pode dizer acerca do andamento das negociações? Em que pé é que se encontram? Podemos dizer, camaradas, que houve progressos e houve passos positivos. Não entender dos nossos camaradas que têm participado nesses encontros, e entre esses camaradas também me conto, pois tenho participado em alguns encontros com o Primeiro-Ministro indigitado, deram-se passos positivos, há progressos nas negociações. Este o primeiro ponto. Agora o segundo: não há acordos concretos. Por isso, relemos que se esteja a criar uma situação semelhante àquela que existia quando da moção de confiança do Governo no dia 8 de Dezembro. É que havia muito boas palavras («podemo-nos entender, podemos chegar a um acordo»), mas não havia um acordo concreto. E os camaradas lembram-se que, quando foi da moção, quase que nos diziam: «votem na moção, deem confiança ao Governo, depois se verá», depois nos podemos entender, podemos chegar a um acordo... E talvez alguém também agora esteja a pensar que nós podíamos dar o acordo para a constituição de um governo, porque as negociações estão adiantadas, porque se deram passos, o deram, porque se fizeram progressos, e fizeram, e portanto devíamos desde já passagem a um governo e depois se concretizavam os acordos.

Quando foi da moção nós dissemos: «chegemos a um acordo primeiro, a um acordo político, a uma plataforma, e então consideraremos a questão da moção».

Não nos podíamos dar a confiança a um governo sem ter na mão algo de muito concreto, um compromisso político muito concreto. Não podíamos votar a confiança para que esse Governo, passando com os votos comunistas, no dia seguinte se fosse aliado com o PPD e o CDS contra os trabalhadores e contra os comunistas.

E agora dizemos também: «chegemos a um acordo e então veremos a questão do Governo. Mas queremos esclarecer que, tal como não demos um cheque em branco ao Governo PS sozinho aliado de facto à direita, não vamos tão pouco agora dar qualquer cheque em branco, nem em branco, nem em preto, a um Governo do PS com o CDS e o PPD. E se nós dissemos que nunca estivéssemos dispostos a ser, e que nunca seríamos uma mula do PS para praticar a sua política, muito menos seremos uma mula do PS aliado ao CDS e ao PPD para praticarem a sua».

Mas isto não quer dizer que não continuemos (e vamos continuar) as negociações enquanto eles quiserem. Estamos abertos às negociações até ao último minuto.

Estamos convencidos que não só os comunistas, mas os trabalhadores socialistas, estarão de acordo com o nosso esforço para chegarmos a um acordo político com o seu partido. E se os socialistas presentes neste comício, peço que transmitam aos seus camaradas e aos seus amigos. Se não se chegar a um acordo entre o PS e o PCP não é porque o PCP não queira. É porque a direcção do PS o não quer.

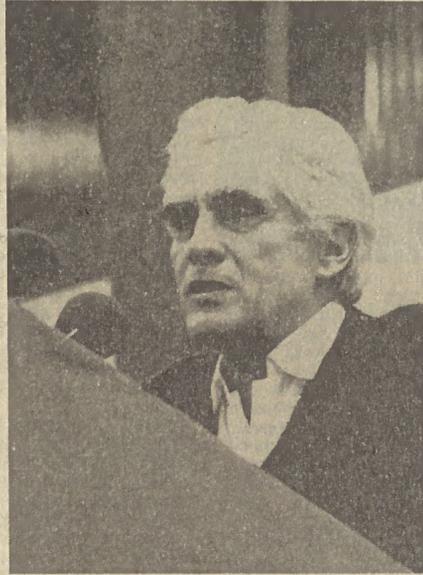
Um acordo político é fundamental. Mas o PCP não se pode desinteressar das soluções para um governo, para a composição de um governo. Há uma coisa, que dificilmente se pode imaginar: que um possível acordo do Partido Comunista com o Partido Socialista, possa ser executado por ministros do CDS, que se possa realizar uma política democrática melhor que a do PS sozinho aliado de facto à direita com um governo PS recauchutado com o CDS ou o PPD. Não é de acreditar que um tal Governo estivesse em condições de aplicar uma plataforma acordada entre o PS e o PCP. Diz afirmamos que, além da plataforma, temos uma palavra a dar acerca da composição do governo.

Temos que ver qual o Governo ao qual caberá aplicar essa plataforma. Estamos prontos a examinar numerosas soluções, mas o Governo deve estar em condições de aplicar a plataforma que for acordada.

A agressividade da reacção e as coacções sobre o regime democrático

Todos temos visto nos últimos dias, nas últimas semanas, a crescente agressividade da reacção. Como tínhamos previsto e prevenido em relação à aliança com o Governo PS, foram-se mostrando muito mansos, davam o seu acordo, davam o seu apoio, faziam elogios, e iam encostando o Governo à parede até ao momento em que pensaram que as condições estavam maduras, para se colarem ao Governo, para entrarem no Governo. Mas que não se iluda o PS. Se o PS fosse para uma solução com o CDS e o PPD, na primeira altura o CDS e o PPD, que não se caracterizam muito pelo respeito pelas normas democráticas, se pudessem, passavam uma rastrera ao PS para o PS cair. Não tínhamos a menor dúvida.

Se o PS, a direcção do PS, em vez de procurar uma aliança com a esquerda, que neste caso significa com o PC, se afunda



numa aliança com o CDS e o PPD, pode fazer correr sérios riscos para a democracia portuguesa, mas também certamente sérios riscos ao próprio PS. Continuamos a não acreditar que nesta situação o PS se empenhe num governo de coligação com o CDS e com o PPD e por isso continuamos a esforçar-nos para chegar a um acordo com o PS, que permita uma solução para os graves problemas que Portugal defronta.

Nos últimos tempos tem-se muitas vezes falado na impossibilidade de uma solução democrática, ou seja, de um governo assente num acordo de socialistas e comunistas, pelo facto de que haveriam forças obscuras no nosso País que impediriam um tal Governo. Também temos ouvido dizer (os jornais da direita todos os dias o dizem) que, se fosse resolvido pelos órgãos do Poder competentes que o Governo fosse substituído por um governo de gestão, que fosse dissolvida a Assembleia da República e fossem convocadas eleições gerais antecipadas, não se chegaria a essas eleições porque as mesmas forças obscuras impediriam que se chegasse a elas.

Ora nós pensamos que não é de aceitar que num regime democrático se tenha como possível um governo que se baseie na aliança com um partido (neste caso com o CDS), que votou contra a Constituição, que afirma cada dia estar contra a Constituição e que tem, podemos dizer, uma parte acima da água que é a parte democrática, respeitadora das normas democráticas e tem duas partes abaixo da água que são aquelas partes que não respeitam a democracia e que estão metidas em ligações com os tais meios obscuros da conspiração reaccionária, que se diga que é possível um governo na base de um acordo com o CDS e se diga, em democracia, na democracia portuguesa, que não é possível um acordo na base do PS e PCP porque haveria forças obscuras que impediriam um tal governo de governar.

Não é de aceitar tão pouco que se diga que não são possíveis eleições porque os partidos de direita têm em com razão uma nova derrota e por isso a reacção daria um golpe.

(Todos têm medo das eleições menos os comunistas. Na verdade não temos receio das eleições. E creio que aqui no concelho de Loures se respira precisamente esse ambiente: se houvesse eleições nós, os comunistas, não perderíamos votos, iríamos aumentar.)

Não se pode aceitar que a democracia portuguesa esteja cogida por essas tal forças antidemocráticas de tal forma que não é permitida uma alternativa democrática com o PC e que não se podem também realizar eleições em condições normais. A nosso ver se sobre a democracia portuguesa (como já temos dito), está suspensa a machada das tais forças obscuras o dever dos democratas não é capitular, o dever dos democratas é lutar para que seja tirada essa machada, para que deixe de existir essa ameaça sobre o regime democrático português. Isto é aceitar que os democratas podem temer as coacções e pôr a cabeça do regime democrático no cetro para que venha o machado da reacção e a corte não é a posição do PCP. Pode ser de capituladores mas não de um partido revolucionário como o nosso que já lutava no tempo do fascismo pela liberdade e pela democracia e que hoje continua a ser o mesmo intrépido e consequente lutador.

Pela unidade dos trabalhadores e dos democratas

A reacção mordeu nas conquistas da Revolução mas ainda não se conseguiu destruir. E se não o conseguiu foi porque os trabalhadores se mantiveram unidos e combativos e confiantes e porque neste País ainda há forças para defender as conquistas da Revolução. Se os trabalhadores continuarem unidos, combativos, lutadores, temos condições para continuar defendendo as conquistas da Revolução. Temos condições para continuar defendendo o regime democrático, temos condições para encontrar uma saída democrática para os problemas actuais, uma saída para a crise que não é uma saída que ponha em causa aquilo que o nosso Povo com tanto sacrifício, com tanta luta alcançou, mas ao contrário consolide as conquistas revolucionárias e designadamente a Reforma Agrária, as nacionalizações, o controlo operário e os direitos e liberdades dos cidadãos portugueses.

Nesta situação, a unidade dos trabalhadores é decisiva e o nosso Partido tem sempre defendido uma política de unidade e continuamos a defendê-la como condição para a defesa do próprio regime democrático.

Talvez em nenhum outro sector de luta mais do que no sindical se tem manifestado a alta consciência dos trabalhadores portugueses acerca da importância da unidade. Apesar de todos os esforços da reacção, apesar dos esforços da social democracia com as suas várias forças representativas, os seus vários partidos, apesar da Carta Aberta que se foi fechando tanto, tanto que daqui a pouco desapareça e ninguém mais a vê, apesar de toda essa ofensiva contra o movimento sindical vemos que dia a dia se reforça a unidade do movimento sindical. Em eleições atrás de eleições são as listas unitárias que ganham e são os divisionistas que vão perdendo.

O movimento sindical é um movimento unitário. É completamente falso dizer-se que o movimento sindical, a gloriosa CGTP-Intersindical, é (como eles dizem) uma corria de transmissão do PC. Há homens de todas as tendências políticas nos sindicatos e na Intersindical. Mas os comunistas, além do mais por serem do Partido dos trabalhadores, do partido da classe operária, têm obrigações muito particulares no movimento sindical português, e têm o dever de apoiar em toda a parte, com o seu esforço e com a sua consciência, as listas unitárias. É importante neste momento considerarmos, os comunistas, as consequências que podem resultar das vitórias ou das derrotas das listas unitárias em grandes sindicatos, onde brevemente vai haver eleições. Daí a necessidade de uma grande concentração de esforços ao nível das empresas e das classes respectivas, para que não seja por carência da militância dos comunistas que as listas unitárias não consigam vencer nas próximas eleições sindicais. Nos tempos próximos, nos dias próximos, todas as organizações do Partido e todos os militantes daqueles sindicatos onde vai haver eleições se empenharão a fundo para que seja possível a vitória das listas unitárias.

Devemos ter presente e todos os camaradas o têm certamente, que precisamente onde a luta é mais complexa, há listas que desaparecem — dantes havia três apoladas por três partidos agora já desistem uns para ficarem com mais votos contra a lista unitária. E ao contrário, há listas que aparecem, sobretudo listas apoladas por agrupamentos esquerdistas, que não têm outra função que não seja retirar votos às listas unitárias. Isto mostra, em alguns casos, toda a complexidade da batalha. É necessário que, os comunistas, assim como todos os trabalhadores que estão conscientes da necessidade da unidade do movimento sindical, vamos para a luta e consigamos as vitórias nas próximas grandes eleições sindicais.

Da mesma forma é importante, camaradas, a unidade de todos os democratas, a unidade de todos os antifascistas. Creio que os trabalhadores socialistas particularmente, assim como os trabalhadores de outras tendências, estarão de acordo na necessidade de nos unirmos todos em defesa da democracia. É bem sabido que, em qualquer empresa, em qualquer sindicato, em qualquer local de trabalho, os comunistas estão sempre prontos a encontrar-se com os trabalhadores de outras tendências e a discutir com eles a possibilidade de acordo e entendimento. Têm sempre luz verde do CC para emprenderem diligências no sentido da unidade. Se os trabalhadores democratas de outras tendências tiverem a mesma posição não haverá dificuldades, estamos certos, para que a nível de empresas, dos sindicatos, das autarquias, onde quer que seja, os comunistas se encontrem com trabalhadores de outras tendências, particularmente socialistas, e se ponham de acordo para a acção comum. Estamos também certos que os socialistas apoiarão os esforços dos comunistas para chegarem a um acordo com o seu partido. Uma vez mais quero aqui afirmar a nossa disposição de chegarmos a esse acordo.

O PCP grande baluarte da democracia

Quando nós falamos do reforço do Partido Comunista pode haver pessoas que não sendo comunistas pensam que nós temos em vista objectivos sectários. O reforço do nosso Partido, como um fim em si mesmo, para servir o próprio Partido. Nós, camaradas, naturalmente queremos servir o Partido, porque este é o nosso Partido. Mas ele é necessário ao trabalhador, é necessário ao nosso Povo. E o reforço do nosso Partido não é apenas necessário para nós os comunistas não é mais necessário para os trabalhadores comunistas do que é necessário para os trabalhadores socialistas ou trabalhadores de outras tendências. Também a eles serve o reforço do PCP, porque em grande parte trabalhando para o reforço do Partido Comunista defendem as conquistas da Revolução e a própria democracia portuguesa.

Os trabalhadores de outras tendências, os democratas de outras tendências, os próprios militantes socialistas ou eleitores socialistas, ou simpatizantes do PS, têm consciência do que seria o enfraquecimento do Partido Comunista, o que seria para a democracia se este Partido não fosse o Partido vigoroso e combatente que é. Podemos dizer que a reacção tinha o caminho aberto para avançar e para triunfar. Um dos grandes obstáculos, senão o maior, que a reacção hoje encontra por diante a nível das forças políticas é o nosso Partido. Disso todos têm consciência.

Sabe-se que procuraram marginalizar da vida política o nosso Partido. Mas o Partido Comunista não é uma força que se possa marginalizar. Só quem queira ignorar as realidades pode não ver que a intervenção do Partido Comunista Portuguesa na vida política é uma condição, hoje, para a própria existência da democracia portuguesa. E por isso sectores cada vez mais amplos compreendem que não se pode encontrar uma solução para os problemas nacionais nem sair da crise sem o Partido Comunista e muito menos contra o Partido Comunista.

Procuraram também isolar o Partido Comunista Português dos outros democratas, das massas trabalhadoras e também não conseguiram esse resultado. Sectores cada vez mais vastos aproximam-se do Partido Comunista. Perfilham, em muitos aspectos dos nossos pontos de vista e procuram cooperar com o nosso Partido. Contra a expectativa da reacção o ano que findou foi um ano de extraordinário reforço da organização, da actividade e da influência de massas do nosso Partido.

Basta lembrar as grandes realizações do Partido e a acção decisiva do nosso Partido para o êxito de grandes iniciativas unitárias do ano que findou para se ver como é verdade aquilo que acabo de dizer: Naí nossa Assembleia, foram referidas como grandes iniciativas a Conferência Nacional do nosso Partido para os assuntos económicos, a Campanha dos 50 mil contos (uma soma enorme para um Partido operário, e que entretanto foi ultrapassada até se atingirem quase 70 mil) a Festa do Avante, que quiseram enterrar no Jamor, (diziam que o Partido se ia enterrar porque aquilo era tão grande, estava tão cheio de matos que o Partido se iria afundar no Jamor, mas com o esforço, a combatividade dos comunistas transformou a Festa numa grande festa nacional com a participação de mais de meio milhão de pessoas. E a «Promoção», a «Promoção Conquistas de Abril», a que pusemos como meta 10 mil novos militantes até ao fim do ano e no fim de contas os 10 mil passaram, passaram os 15 mil, passaram os 20 mil foi-se até aos 27 mil e se continuássemos chegávamos certamente aos 30 mil dentro de pouco tempo.

A organização do Partido no concelho de Loures teve destacada participação na actividade do Partido para o êxito destas grandes realizações no ano que findou.

E a III Assembleia da Organização Concelhia foi uma magnífica e rica afirmação do papel do Partido na defesa dos interesses dos trabalhadores, na defesa dos interesses do campesinato e da população laboriosa, na defesa das conquistas da Revolução. E também na defesa da economia nacional, não apenas através de posições gerais ou de campanhas de propaganda, mas da intervenção através do trabalho, como aqui vimos em empresas nacionalizadas (como é o caso dos nossos camaradas da Covina) e nas empresas nacionalizadas como bem provaram também os comunistas da COPAM, da Joaquim F. dos Santos, da Coram, da Omisse, da Sanimar, da Luis Pedro de Mendonça e de outras empresas. Estes camaradas são bem o orgulho do nosso Partido, lutando em condições das mais adversas para manterem não apenas as empresas em elaboração, para manterem os postos de trabalho e para manterem a contribuição dessas empresas para a solução dos problemas económicos do nosso país. Eu creio, camaradas, que se houvesse um governo animado pelo espírito nacional para defender os interesses nacionais, reconheceria essa contribuição riquíssima dos trabalhadores portugueses nas empresas intervencionadas e nacionalizadas para impedir que a economia nacional fosse arrastada para o abismo para o qual o tem arrastado a política de recuperação capitalista. Estamos à beira de negociações com FMI sem se conhecerem devidamente as condições, mas sabemos sim por aquilo que se conhece que essas condições são gravosas da própria independência da nossa Pátria.

As organizações do Partido do concelho de Loures estão tão profundamente radicadas na vida dos trabalhadores, na vida das empresas, em todos os locais de trabalho, vivem tão intimamente todos os problemas de interesse das populações que a contribuição tão viva para a sua solução que a população do concelho dá cada vez mais confiança aos comunistas. Na Assembleia que hoje se realizou discutiram-se e tomaram-se resoluções que certamente contribuirão para a solução dos problemas dos trabalhadores e da população do concelho. Aqui também, no que respeita à «Promoção» vimos que no concelho de Loures houve cerca de mais mil novos militantes do Partido, inscritos na «Promoção Conquistas de Abril». Encontrei nos intervalos dois camaradas que se tinham inscrito no Partido na «Promoção Conquistas de Abril». Era um casal jovem. E quando disseram que se tinham inscrito, os olhos brilhavam-lhes de alegria. Via-se bem a felicidade que sentiam por terem decidido nesta altura entrarem no Partido. O nosso Partido é um Partido já antigo, com mais 50 anos de luta, um Partido que tem grandes tradições e tem militantes com muitos e muitos anos de Partido. Mas este nosso Partido dá plena confiança aos novos militantes que se inscrevem agora no Partido, a estes 27 mil novos militantes, e estamos certos que eles cumprirão os seus deveres de comunistas tal como cumprem todos os outros militantes do Partido.

A organização do concelho está mais forte, todo o nosso Partido está mais forte.

Na situação de crise económica, financeira e política que Portugal atravessa para a saída da crise e uma alternativa democrática, o reforço do Partido é uma condição indispensável.

E é indispensável porque hoje mais do que nunca, no quadro dos partidos políticos, o nosso Partido é o único grande baluarte da defesa dos interesses da classe operária e de todos os trabalhadores e da defesa das conquistas da Revolução. Hoje mais do que nunca o PCP é digno do nome de partido da classe operária e de todos os trabalhadores, do partido da Reforma Agrária e dos pequenos e médios agricultores, do partido de uma nova economia rumo ao Socialismo, do partido da instrução e da cultura ao serviço do Povo, do partido da liberdade e da verdade que sempre respeitará, do partido da esperança que pela luta mantém bem viva no nosso Povo, e de partido do futuro, que pertence (que temos a certeza pertencerá) aos que trabalham.

VIVA A UNIDADE DA CLASSE OPERÁRIA E DE TODOS OS TRABALHADORES!
VIVA A UNIDADE DOS DEMOCRATAS!
VIVA PORTUGAL DEMOCRÁTICO A CAMINHO DO SOCIALISMO!
VIVA O PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS!

Com a Reforma Agrária, o Natal de 1977 foi mais feliz em terras do Alentejo

Sob o lema «Com a Reforma Agrária, um Natal mais feliz para todos» realizou-se na semana do Natal, por todos os distritos e na maior parte dos concelhos do Alentejo, uma venda gigantesca de produtos alimentares organizada pelos Secretariados das UCPs e Cooperativas Agrícolas. Por toda a parte, as populações alentejanas puderam comprovar que «com a Reforma Agrária se compra mais com menos dinheiro» e, por isso mesmo a afluência a esta realização foi extraordinária. Na Vidigueira foram vendidos 400 contos de produtos, enquanto em Plas o volume de vendas atingia os 700 contos. Como exemplo dos preços praticados, citamos alguns produtos: as couves eram vendidas entre 4\$00 e 5\$00; a batata entre 5\$00 e 6\$00 o quilo; a laranja a 10\$00; a cebola de 8\$00 a 10\$00; o azeite a 65\$00 o litro; o vinho a 80\$00 o garrafão de 5 litros; o grão de 25\$00 a 37\$50 o quilo; o feijão frade a 30\$00; o carvão a 3\$00 o quilo; o mel a 70\$00 o quilo; o borrego entre 100\$00 a 120\$00 o quilo; o vitelo entre 150\$00 a 120\$00 o quilo; o peru entre 55\$00 e 60\$00 o quilo.

Aconteceu ainda em muitos concelhos, que as UCPs puderam oferecer alguns produtos à população. Assim em Marmelar, quem comprasse um quilo de carne tinha como oferta laranjas e em Figueira dos Cavaleiros eram dadas couves assim como em Canhestros.

Como conclusão unânime dos trabalhadores das UCPs e cooperativas e da população salienta-se a convicção de que este tipo de iniciativas reforça intensamente a unidade do povo alentejano em torno da Reforma Agrária, a vontade de que esta grande conquista dos trabalhadores se consolide e avance. Por isso mesmo, é idêntica a geral de que, sempre que possível, é de incentivar realizações deste género.

Provocadores atacam a Cooperativa Fetal do Sorraia, em Coruche

Durante a noite, elementos contrários à Reforma Agrária, recrutados entre os provocadores que no distrito de Santarém continuam a gozar de total impunidade, arrombaram o cadeado do portão do barracão onde os trabalhadores desta cooperativa aguardavam o óleo, o gasóleo e a massa consistente, roubando 3 bidões de gasóleo, 1 bidão de óleo, 1 lata de massa consistente de 50 kg, e 2 latas de outros lubrificantes.

Este é mais um dos muitos atentados contra a Reforma Agrária.

Acompanhando a ofensiva geral do MAP contra os trabalhadores das UCPs e Cooperativas, e como consequência desta mesma ofensiva, marginais, parasitas roubam, saqueiam sem que sejam tomadas medidas concretas para os deter. Perante tal situação, os trabalhadores têm de reforçar a vigilância na defesa da Reforma Agrária, conscientes de que são muitos e variados os métodos da reacção, dos inimigos do povo trabalhador.

Mais uma vez se revela a face dos agrários: terrorismo contra trabalhadores desarmados

Em Évora, no Alandroal, na Cooperativa de Santa Clara sucedeu que o agrário Américo Martins Godinho, numa clara demonstração dos métodos da sua classe, disparou contra trabalhadores desarmados, vindo a ferir o trabalhador José Fortunato Martins que recebeu tratamento hospitalar na cidade.

O agrário, que recebeu recentemente uma reserva em terras desta Cooperativa, pretendia apoderar-se de 300 ovelhas que por terem crias pertencentes à Cooperativa, o próprio Centro Regional da Reforma Agrária havia decidido só serem devolvidas na altura oportuna. O agrário fazia-se acompanhar por um filho, também este armado de caçadeira. A GNR compareceu na Cooperativa a pedido dos trabalhadores, tendo retirado os assaltantes. Resta saber agora qual a sanção que será aplicada. Os trabalhadores exigem severa punição do criminoso.

Mais de 500 agricultores da ria de Aveiro processam a Portucel

Num plenário de agricultores do Baixo Vouga foi decidido que a fábrica de celulose Portucel, instalada em Cacia, será processada em virtude de nunca a sua administração ter tomado medidas para diminuir a poluição que tem originado uma grave quebra nas sementeiras e nos volumes da produção. A principal produção atingida é o arroz, seguindo-se o milho, o feijão e os pastos. Mais de cinco mil hectares de terras deixaram de produzir devido à poluição e noutros a produção sofreu baixas consideráveis. No referido plenário, um agricultor denunciou que onde, de 1955 a 1960, se atingia anualmente uma produção de 100 vagões, no ano passado não se alcançou mais de dois vagões.

A situação plorou recentemente devido à subida das águas do Rio Novo do Príncipe, ficando os terrenos e sementeiras marginais completamente inundados e destruídos. Segundo os agricultores, estas inundações ocorreram em virtude da barragem, que existe no rio para travar a invasão das águas salgadas, ter sido completamente abandonada.

Ainda o problema do escoamento da batata a preocupar o campesinato

A aproximação das novas sementeiras da batata vem apanhar, em muitas zonas, os pequenos e médios agricultores ainda com a quase totalidade da batata da anterior campanha por escoar. Por exemplo, no ex-Grémio da Lavoura do concelho de Pinhal encontram-se inscritas, à espera da intervenção da Junta Nacional das Frutas, 2500 toneladas de batata, enquanto uma quantidade aproximada se encontra ainda nas mãos dos produtores. A Junta Nacional das Frutas considera que não existe o perigo da batata por escoar apodrecer. Razões para tanto optimismo não tem a maior parte dos produtores que se vêem a braços com o grave problema do escoamento além de enfrentarem um preço de intervenção da JNF que consideram inferior aos custos de produção na medida em que estes foram significativamente agravados com a subida dos preços dos adubos, pesticidas, insecticidas e das taxas de juro agrícola.

Trabalhadores de Cascais em jornada de apoio à Reforma Agrária

No passado fim-de-semana, a UCP «Paz e Trabalho» da Amareleja, do concelho de Moura, distrito de Beja, recebeu a visita de 110 trabalhadores democratas do concelho de Cascais. Durante os dois dias, a palavra de ordem foi de trabalho e reforço da aliança entre os trabalhadores da cidade e do campo. Como resultado da jornada de apoio, os trabalhadores democratas de Cascais deixaram nestas terras do Alentejo 3500 quilos de azeitona apanhada e deram 3000\$00 à Cooperativa «Paz e Trabalho».

O CORTE DO CRÉDITO: QUEM DEVE A QUEM?

Agrava-se a situação das UCPs e Cooperativas atingidas pelo corte do Crédito Agrícola de Emergência (CAE). Havíamos divulgado dados segundo os quais se encontravam nestas condições 25 UCPs do distrito de Beja e mais de 22 no distrito de Évora. Actualmente a situação é a seguinte:

Distrito de Évora: cerca de 40 UCPs e Cooperativas têm o crédito agrícola cortado;

Distrito de Beja: são 35 as UCPs e Cooperativas com o crédito cortado;

Distrito de Portalegre: 31 UCPs e Cooperativas, mais de 50% das do distrito, encontram-se também sem crédito agrícola.

Ao corte sistemático do CAE somam-se as dívidas de milhares de contos às UCPs que entregaram cortiça, gados, trigos e outros produtos aos organismos estatais (a dívida do Estado às UCPs atinge 235 mil contos). Soma-se ainda a continuação da ofensiva contra a Reforma Agrária que assume o aspecto de extorsão de terras, de roubos de diversos meios de produção às UCPs e Cooperativas, a falta de apoio técnico e financeiro.

O MAP, tentando justificar o corte do crédito às UCPs, argumenta com o facto de estas terem dívidas ao CAE ainda não liquidadas e já vencidas. Mas vejamos onde teve de ser aplicada parte das verbas alcançadas ao abrigo do CAE.

Vejamos, como exemplo, o que se passa em algumas das UCPs do distrito de Beja. Em 28 das 35 UCPs atingidas pelo corte do crédito, as dívidas ainda não liquidadas ao CAE somam 89 376 contos. Entretanto, o volume de investimentos realizados

por estas UCPs unicamente em gados, maquinarias, benfeitorias e outros atingem 412 850 contos! Analisemos agora a situação por alguns concelhos do distrito de Beja:

Concelho de Mértola: as dívidas ao CAE somam 2392 contos; o volume de investimentos é de 50 720 contos;

Concelho de Odemira: as dívidas das UCPs ao CAE atingem 18 306 contos; o montante de investimentos é de 40 590;

Concelho de Serpa: as UCPs devem ainda ao CAE 14 673 contos; o volume de investimentos é de 74 940 contos;

Concelho de Aljustrel: as dívidas ao CAE são de 741 contos; os investimentos nas cooperativas e UCPs somam 25 480 contos;

Concelho da Vidigueira: o único onde o volume de investimentos é menor: 28 364 contos de dívidas ao CAE; 21 180 contos de investimentos;

Concelho de Beja: 5586 contos de dívidas ao CAE; 57 650 contos de investimentos;

Concelho de Moura: 14 907 contos de dívidas ao CAE; 53 680 contos de investimentos;

Concelho de Ferreira do Alentejo: 1824 contos de dívidas ao CAE; 27 410 contos de investimentos.

Estes investimentos representam parte do enorme contributo das UCPs e Cooperativas "para

tem sido "o volume de benfeitorias e investimentos realizados que tem vindo a melhorar o fundo de fertilidade dos campos do nosso distrito, os índices de

investimentos foram realizados sem qualquer apoio do Estado, como o Estado nunca definiu uma política de crédito a médio e a longo prazo (crédito de

UCPs e Cooperativas por este facto. Mas se os trabalhadores, num grande esforço patriótico, não tivessem tomado medidas capazes de permitir



«Os adubos que muitas UCPs no Alentejo não têm dinheiro para comprar por falta de crédito agrícola: os adubos indispensáveis ao sucesso das sementeiras de Outono»

o aumento da produção nacional, aumento dos efectivos pecuários, do número de máquinas e de alfaias, de postos de trabalho, das áreas semeadas e produção de inúmeras barragens e albufeiras, etc." Como estes

mecanização, o nível de equipamento das explorações agrícolas, o aproveitamento e alargamento de regadios pela construção de inúmeras barragens e albufeiras, etc." Como estes

investimento), as UCPs viram-se obrigadas a aplicar as verbas conseguidas ao abrigo do CAE na compra de gados, de maquinaria, nas benfeitorias, etc. O MAP e os sectores da reacção atacam ferozmente as

melhores produções numa agricultura que os agrários descapitalizaram por completo, qual teria sido a sorte do país durante estes anos?

Posto isto é de perguntar: Quem deve a quem? A resposta não é difícil.

MAU TEMPO PREJUDICA AS SEARAS

Nas terras do Alentejo crescem as searas das maiores sementeiras de Outono desde sempre realizadas. Até onde o esforço dos trabalhadores era decisivo tudo se fez para que destas sementeiras resultassem campos fartos, boas colheitas. Da parte do MAP, como vem sendo hábito, não chegou nem auxílio nem conselho técnico. O esforço e a vontade dos trabalhadores supriu a falta de apoio do MAP, pelo menos até que as adubações se iniciem em força, altura em que então os Centros Regionais da Reforma Agrária, directamente dependentes do MAP terão de tomar outra política em relação às UCPs com crédito agrícola cortado sob risco de se perder parte das sementeiras. Mas que podem os trabalhadores fazer se o tempo continuar a não ir de feição, se as chuvas persistirem, se as geadas tardarem e o sol permanecer escondido?

As searas do maior esforço de todos os Outonos desenvolvido pelos trabalhadores estão lá em terras alentejanas: são 250 000 hectares de terras semeadas. Mas está lá também, nas terras baixas, a água acumulada por sucessivas chuvas, asfixiando as raízes, para desanimar, os prender as searas à terra. Está lá o traço da falta de tempo frio e seco. E embora o aspecto geral não seja de desanimar, os trabalhadores sentem legítimas preocupações e ansiam por dias de frio e sol.

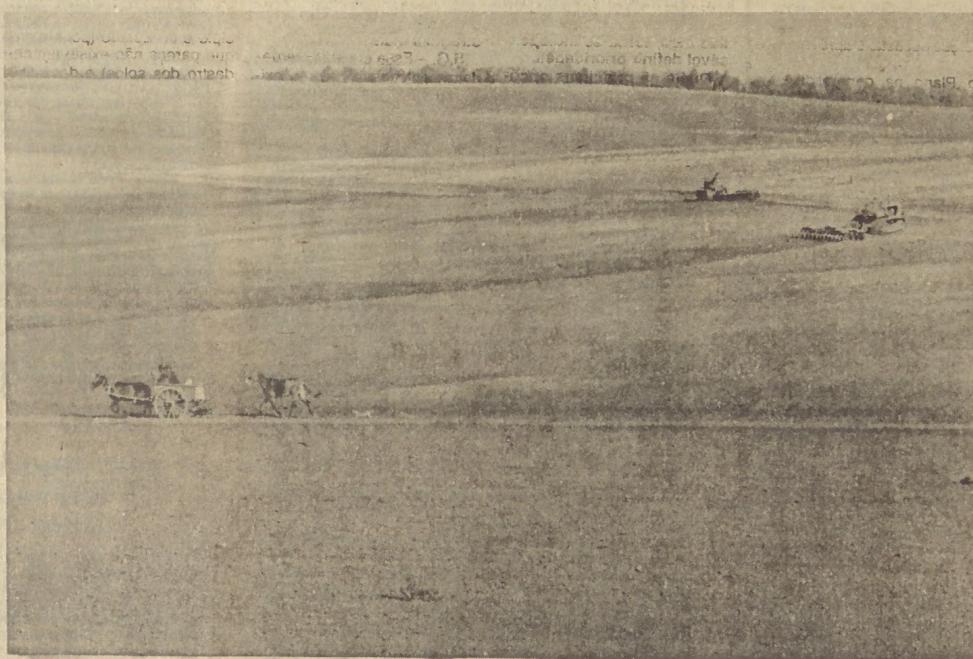
NEM O MAP DEU APOIO NEM O TEMPO VAI DE FEIÇÃO
Destas preocupações dão-nos conta,



LÉNINE E A QUESTÃO AGRÁRIA

Uma colectânea onde se apresentam de forma sistematizada as ideias de Lénine sobre a questão agrícola.

Código n.º 1201 • Preço 60\$00



«Por parte dos trabalhadores tudo foi feito por boas searas, mesmo faltando totalmente o apoio do MAP. Irá agora o tempo prejudicar os efeitos desta enorme sementeira?»

trabalhadores dos distritos de Portalegre, de Santarém e de Évora.

— No distrito de Portalegre — diz-nos um trabalhador de Avis (Portalegre), — semeou-se a totalidade do compromisso assumido pelos trabalhadores em diversos plenários. Depois de todas as sementeiras, feitas, os trigos estão muito adiantados e ainda mais os de ciclo curto, porque o MAP distribuiu as sementes sem planeamento, entregando primeiro as sementes de trigos temporários. A nossa preocupação maior é com o muito que tem chovido. Nas zonas baixas e nas terras fracas, o trigo está a apodrecer e as searas aqui e ali aparecem amarelas. Se o tempo levantar, pode ainda ser um grande ano de trigo. Se continuar a chover, o ano pode ser mais ruim e não valerá a pena realizar as adubações de cobertura nas zonas onde o trigo está a apodrecer, devendo-se acudir com força às zonas poupadas aos efeitos do mau tempo. No que respeita aos trabalhadores, eles não

pouparam trabalhos nem os pouparão para que o ano seja o melhor possível.

Um trabalhador de Santarém deu-nos também um testemunho sobre o estado das searas no distrito:

— As águas em excesso têm prejudicado ultimamente as searas. Embora tenham bom aspecto, temos receio de que não calam geadas e que aquilo não afilhe como deve ser. Por outro lado não se tem podido adubar porque o tempo não tem permitido. Mas tão depressa o tempo levantar, começaremos com as adubações. Entretanto começamos já em força a trabalhar para as searas da primavera, fazendo os respectivos planeamentos de culturas, especialmente do milho, do arroz, do tomate e dos pimentos. Também se pensa fazer análise dos terrenos para ver qual o tipo de adubo a aplicar porque empregam adubos ao acaso acaba por prejudicar as searas em vez de as beneficiar. Este trabalho é difícil porque no que toca a assistência técnica que deveria ser

prestada pelo MAP, aqui no distrito ela é nula. Por sua vez, não é demais dizê-lo os trabalhadores não pouparão esforços para que se consiga um bom ano agrícola.

Um trabalhador do concelho de Évora falou-nos igualmente do estado das searas no seu distrito:

— Este ano fez-se uma campanha de sementeiras de Outono de 250 000 hectares. As searas neste momento têm um aspecto bom. Contudo há algumas preocupações sobretudo quanto às adubações. As primeiras dificuldades foram para se conseguirem crédito e adquirir os adubos para as adubações. Depois verificou-se que o estado de algumas das searas se encontra já muito adiantado. Isso deve-se a diversos factores. Um deles foi o MAP ter fornecido sementes de ciclo vegetativo curto em primeiro lugar quando deveria ter fornecido as sementes de ciclo vegetativo longo, o que obrigou os trabalhadores a semear em primeiro lugar as de ciclo vegetativo curto, contrariamente ao que

deveria ter sido feito. Outro aspecto foi que em alguns casos não foram fornecidas as variedades pedidas a tempo e os trabalhadores tiveram de recorrer às variedades que tinham sem

SINDICATOS AGRÍCOLAS CONTRA DIVISIONISTAS E CALUNIADORES

Num comunicado "sobre os divisionistas", divulgado na última terça-feira, os Sindicatos Agrícolas dos Distritos de Beja, Évora, Santarém e Portalegre, reunidos em 9 do corrente, depois de saudarem e apoiarem vivamente a CGTP-Intersindical Nacional, repudiam "as acusações divisionistas e caluniosas feitas pela UDP" ao Movimento Sindical Unitário.

Numa manifestação de apoio à orientação seguida pela CGTP-IN "em defesa dos interesses dos trabalhadores e dos interesses nacionais", os Sindicatos subscritores do documento condenam "as manobras divisionistas, as intrigas e calúnias de que os trabalhadores agrícolas e os seus Sindicatos têm sido vítimas por parte da reacção", incluindo os srs. Casqueiro

possibilidades de escolha. Isso originou que as searas estejam adiantadas. Agora tem chovido muito o que não permite que se avance nas adubações. Por tudo isto surgem algumas preocupações entre os trabalhadores. Os secretariados distritais e concelhos estão a fazer todos os esforços para que logo que o tempo levante se façam as adubações no sentido de se procurarem obter as mais altas produções que for possível. Por parte dos trabalhadores e das suas organizações foi feito tudo para que as produções fossem boas. Da parte do aparelho do Estado não se verificou nenhum apoio, nem na questão da distribuição das sementes, como até agora na questão das adubações de cobertura que urge fazer. Houve mesmo boicote na medida em que a ofensiva contra as UCPs prosseguiu com o Governo demitido, quer na aplicação de reservas quer na continuação do corte do crédito agrícola de emergência. Os trabalhadores têm pois contra si o MAP e neste caso ainda mais o tempo. Veremos como um e outro se portarão daqui para a frente.

e Barreto e "passando pelos esquerdistas e divisionistas da UDP e afins".

Depois de acusarem a UDP de fazer o mesmo que o CDS, o PPD e o grupelho neonazi MRPP, o comunicado afirma que "todos os elementos daquele partido divisionista" (a UDP) têm causado "grandes prejuízos à unidade dos trabalhadores e à Reforma Agrária". Nas cooperativas e UCPs onde estão infiltrados, "procuram dividir os trabalhadores e estabelecer a indisciplina, nomeadamente fomentando a preguiça e a anarquia", tentando "causar quebras na produção e iniciando reivindicações demagógicas e irrealistas".

AUTARQUIAS DE NORTE A SUL

Jornadas de trabalho voluntário rasgam novos caminhos

No concelho de Odemira, nomeadamente na zona do interior, muitos são os lugares onde os carros não chegam e onde as pessoas têm dificuldade em passar, mesmo a pé. Este panorama, herdado do fascismo, vem sendo pouco a pouco modificado pelo trabalho conjunto dos responsáveis autárquicos com as populações locais. Se é verdade que os meios financeiros escasseiam, outro tanto já não se poderá dizer do trabalho voluntário. Com o que entre todos se consegue recolher, mais as máquinas e os meios cedidos pela Câmara de Odemira, as populações vão rasgando novos caminhos, novos arramentos e valas, melhorando na medida do possível as suas difíceis condições de vida, quebrando o isolamento a que tinham sido votadas.

Foi a trabalhar na abertura de caminhos que os moradores das Portas do Transval iniciaram o ano. Seguindo o exemplo da população da Casa Nova da Cruz, do Castelhão e de tantas outras.



Em um dia, um dia que se aproxima na certeza de todos, as crianças deixarão de ir a pé para a escola, os professores não se irão embora por falta de condições mínimas para trabalhar e viver, os mortos não terão de ficar dias e dias à espera que as ribeiras baixem para serem enterrados, os autocarros chegarão a todos os pontos do concelho. Para isso trabalham as populações e os homens honestos em quem confiaram para defender os seus direitos nos órgãos de poder local.

Plano de actividades de Oeiras aprovado na generalidade na AM

Prossegue na Assembleia Municipal de Oeiras a discussão na especialidade do Plano de Actividades e respectivo Orçamento para 1978 apresentado pelo município, onde as diferentes forças políticas o aprovaram por unanimidade.

Aquando da votação do Plano na generalidade, a FEPU fez na Assembleia Municipal uma declaração de voto em que, salientando embora o carácter positivo do Plano, chama a atenção para alguns aspectos negativos, nomeadamente no que se refere aos problemas relacionados com a cultura, planeamento, desenvolvimento económico e reestruturação dos serviços, abordados numa forma muito superficial e mesmo, no caso das actividades culturais, perspectivadas numa orientação de elitismo e segregação.

O orçamento para 1978, de cerca de um milhão de contos, ultrapassa em mais do dobro a verba utilizada pela Câmara de Oeiras em 77. Chamando a atenção para a responsabilidade que advém deste facto para os responsáveis autárquicos do concelho, a FEPU fez notar que só com um grande dinamismo de todos e em especial da Câmara (donde terá de ser banida a passividade e burocracia que predominaram no ano findo) será possível levar à prática as actividades programadas.

A FEPU sublinhou ainda que a concretização do Plano não será possível sem a participação das organizações populares, e em especial das Comissões de Moradores, lamentando e criticando que este aspecto não tenha merecido qualquer referência no Plano de Actividades.

Em relação à distribuição das verbas para as diferentes actividades, não se pode deixar de criticar o facto de às questões do ensino (construção e reparação de escolas), saúde, segurança social, cultura e desporto ser atribuído menos de 1% das verbas orçamentais. Ainda que se saiba que estes sectores poderão vir a ser financiados directamente pelos serviços dos diferentes ministérios, não deixa de ser preocupante que, desde já, lhes seja dedicada tão pouca importância.

A Assembleia Municipal de Oeiras aprovou ainda o Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados, que passa a ser constituído por dois elementos do PS e um da FEPU. Em relação à designação dos vereadores a tempo inteiro aquele órgão autárquico aprovou o número máximo que por lei o município pode ter (três), devendo o presidente da Câmara Municipal indicá-los à vereação em próxima reunião pública.

Autarquias exigem legislação sobre finanças locais

A inexistência de legislação sobre finanças locais continua a constituir um grande obstáculo ao cumprimento das atribuições e competências das autarquias. A elaboração dos planos de actividade para o corrente ano veio acentuar a necessidade de tal legislação, pois o planeamento não poderá passar de plano de intenções enquanto não forem conhecidas as verbas de que os órgãos de poder local poderão dispor.

Fazendo sentir a sua grande preocupação por este estado de coisas, inúmeras autarquias têm feito chegar à Assembleia da República moções (como é o caso da Câmara Municipal de Aljustrel; Assembleia Municipal do Barreiro; Câmara Municipal de Valongo; Câmara Municipal de Faro) chamando a atenção dos deputados e do Presidente da assembleia para a necessidade urgente da publicação de uma lei de finanças locais que permita a satisfação efectiva das necessidades das populações.

ENCONTRO DE QUADROS DAS COLECTIVIDADES DO CONCELHO DE LISBOA

Realizou-se no passado domingo, no Centro de Trabalho Vitória, um Encontro de Quadros das Colectividades do concelho de Lisboa.

O Encontro, cujas conclusões analisaremos oportunamente com o destaque que merecem, analisou a actividade dos comunistas nesta frente de trabalho unitário, considerada da maior importância para a mobilização e incentivação da participação das populações nas actividades culturais, recreativas e desportivas.

O Encontro foi encerrado pelo camarada Octávio Pato, do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central, que fez um balanço do trabalho realizado e sublinhou a importância do trabalho unitário dos comunistas nesta frente de trabalho do movimento popular.

Silva Graça ao «Avante!»

PLANO DE ACTIVIDADES DE LISBOA É POSITIVO E REALISTA - POR ISSO A DIREITA VOTOU CONTRA

A Assembleia Municipal de Lisboa aprovou no final de Dezembro passado o Orçamento e o Plano de Actividades trienal do município lisboeta.

Com um Orçamento para o corrente ano superior a quatro milhões de contos e com as despesas para o triénio calculadas em mais de treze milhões de contos, o Plano de Actividades da Câmara Municipal aponta como seu objectivo principal a "identificação e quantificação temporal dos problemas prioritários, por áreas de actuação, segundo os factores sociais, económicos, políticos e culturais".

Como se procedeu ao planeamento da acção do município, quais as principais opções do Plano e com que meios irá ser levado a cabo, foram algumas das questões a que respondeu o camarada Silva Graça, militante comunista eleito pela FEPU para a CM, (onde recentemente passou a exercer funções de vereador a tempo inteiro) em entrevista concedida ao «Avante!».

«Avante!» — O Plano de Actividades da Câmara Municipal de Lisboa para o triénio 1978/80 foi aprovado na Assembleia Municipal com os votos favoráveis do PS e da FEPU, a abstenção do PPD e os votos contra do CDS e dos GDUPS. Que conclusões podem ser tiradas desta votação?

Silva Graça — A principal conclusão que podemos extrair daquele resultado é que o Plano de Actividades é, na generalidade, positivo, com um carácter progressista, embora nalguns aspectos fundamentais (como política de solos, habitação e outros) não seja suficientemente explícito. O mesmo não sucede, por exemplo, no que se refere às actividades culturais a desenvolver e à reestruturação dos serviços da Câmara, pontos em que o Plano é bastante claro e preciso.

A REESTRUTURAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS É FUNDAMENTAL

«Avante!» — Numa cidade como Lisboa, que se debate com tão graves carências, e cujo município não dispõe de meios para atender a todas elas, torna-se indispensável definir prioridades.

Quais as principais opções do Plano e que possibilidades reais existem de as concretizar?

S.G. — Embora o desenvolvimento anárquico da cidade, acentuado na época fascista e a partir dos anos cinquenta, tenha criado uma situação extremamente complexa e de difícil resolução, foi possível reunir um largo consenso quanto à definição de prioridades, tanto no que respeita à sua relevância para a melhoria das condições de vida da população, como no que diz respeito à viabilidade de desenvolver uma actuação eficaz para a sua resolução ou, pelo menos, para o começo da sua solução.

O planeamento urbanístico de Lisboa no quadro da área metropolitana; a definição de uma política de gestão de solos; a recuperação de habitações e zonas degradadas e melhor gestão do parque habitacional a cargo do município; a supressão de carências habitacionais e a luta construtiva contra a construção clandestina e bairros de barracas; a intensificação das acções

culturais recreativas e desportivas por parte do município, são algumas das principais opções do plano, ainda que nem todas tenham sido tratadas com a necessária profundidade, como já te referi.

Mas para que seja possível desenvolver uma acção eficaz nestes diversos sectores, uma condição se impõe, como aliás o Plano claramente define: a reestruturação dos serviços municipais.

Com efeito, a actual organização dos serviços não está apenas desactualizada mas, sobretudo, evadida de profundas deficiências herdadas do fascismo que a tornam inoperante e excessivamente burocrática. A sua reestruturação deverá pois ser feita de imediato, recorrendo se necessário a uma empresa especializada, exterior à CML, conforme foi proposto pela FEPU e aprovado na Assembleia Municipal.

Os serviços, para além da racionalização e modernização dos seus métodos de trabalho, deverão também ser urgentemente dotados com instalações adequadas às suas necessidades e com condições de trabalho e de comodidade para o público, pois actualmente estão instalados em mais de 300 edifícios (!!!) com todas as desvantagens óbvias.

«UMA CASA LEGAL É OUTRA VIDA»

«Avante!» — Como tu já referiste, o planeamento urbanístico e o combate à construção clandestina são aspectos que o Plano considera prioritários. Nesta medida, qual achas que deverá ser a actuação da Câmara face ao financiamento, por organismos oficiais como é o caso do IARN, de construções clandestinas?

S.G. — Essa questão, verdadeiramente escandalosa, exige sem dúvida que a CML tome urgentemente medidas energias por todos os meios legais ao seu alcance. Não se

pode permitir a proliferação im-pune de casos como os do "Casal Vistoso" e do "Casal dos Machados", junto à Quinta das Laranjeiras, onde em terrenos municipais destinados a habitação social, já com arruamentos e infra-estruturas, se construíram vivendas clandestinas de luxo avuladas (superficialmente) em mais de mil contos. Que tenham sido construídas por retornados ou não pouco importa. O que importa é que este tipo de clandestinidades (de luxo) não tem nada que ver com os motivos que levaram ao aparecimento do fenómeno da habitação clandestina. O que importa é apurar se de facto essas luxuosas vivendas clandestinas foram construídas com subsídios oficiais, levemente atribuídos (no mínimo) sem a apresentação da respectiva licença de construção.

Desnecessário será dizer que, no caso presente, a expropriação se impõe. Quanto ao planeamento urbanístico, importa salientar das acções programadas a revisão do Plano Director da cidade de Lisboa. Nessa revisão deverão participar as Juntas de Freguesia e, segundo a FEPU, as Comissões de Moradores e organizações populares de base territorial, que certamente terão uma palavra a dizer sobre o futuro desenvolvimento da cidade.

Directamente ligado com esta questão surge a da política de gestão de solos. Numa cidade como Lisboa, onde os terrenos disponíveis são já tão poucos, impunha-se que este aspecto fosse tratado no Plano de Actividades de forma aprofundada. Tal não sucede. Para além de programar a inventariação dos solos que são propriedade do município e do Estado (por incrível que pareça não existe um cadastro dos solos) e da definição das necessidades nesta matéria para efeitos de urbanização e infra-estruturas, habitação e equipamento social, este



Silva Graça falando ao «Avante!»

ponto refere apenas a necessidade de planeamento da política a seguir para a obtenção de terrenos particulares ou de entidades públicas necessários ao desenvolvimento urbano.

Sem fazer uma única referência à aplicação da Lei dos Solos.

«Avante!» — E quanto ao problema da habitação?

S.G. — O problema da Habitação, que é sem dúvida o de maior importância para a população, é um dos aspectos do Plano que peca por falta de desenvolvimento. Não obstante, é positivo o facto de se fazer referência ao lançamento de inquéritos especializados, através dos Serviços de Habitação, a fim de se ter um conhecimento preciso das necessidades da população, quer no aspecto qualitativo quer quanto à distribuição geográfica. Os dados que assim forem recolhidos, acrescidos e confrontados com os que forem obtidos através das Juntas de Freguesia e das Comissões de Moradores, permitirão à Câmara orientar a sua actuação.

De salientar, por outro lado, a decisão de utilização máxima da capacidade de produção de habitação do GTH para acabar rapidamente os fogos em construção (cerca de 4000) e o lançamento de novos programas, bem como a criação dos Serviços Municipais de Habitação. Ainda que sem definir como (o que é de lamentar), o Plano refere também a cedência de terrenos às cooperativas de habitação a fim de permitir a dinamização e expansão deste importante sector.

Da máxima importância, também, é a criação de condições para levar à prática o que se preconiza quanto à recuperação de habitação e zonas degradadas, nomeadamente através do lançamento efectivo, programado e sistemático do programa de recuperação de imóveis degradados (PRID) a fim de evitar o agravamento da situação actual, bem como o desenvolvimento e/ou criação de áreas de construção de alternativas para a contenção da proliferação indiscriminada de "barracas" e definição das medidas indispensáveis para acabar com a construção clandestina, o que pressupõe a adopção de uma política de solos corrente, a reavaliação dos programas de alojamento e realojamento de pessoas que vivem nos bairros degradados (e a demolição destes, evidentemente) e ainda uma acção concertada dos Serviços na desincentivação à construção clandestina.

«Avante!» — A forma pouco profunda do Plano de Actividades foram tratados assuntos tão importantes como os que já referiste não irá prejudicar a sua resolução?

S.G. — Poderá prejudicar, e muito. Procurando ultrapassar esse óbice, a FEPU propôs e a Assembleia Municipal acitou (fomos aliás os únicos que propusemos alterações) que fossem elaborados planos sectoriais mais desenvolvidos, com um calendário de execução. Desta forma, as questões terão necessariamente que ser abordadas com a devida profundidade, enquanto os

Fonseca, conferências, concertos, etc.

Quanto à questão do Plano ser ambicioso, devo dizer-te que decididamente não o é. É sim um programa realista e que mesmo assim fica muito aquém das necessidades da população lisboeta.

O que não significa que seja de fácil execução. A concretização deste Plano dependerá não só da reestruturação dos serviços, da ligação constante do município às populações, dos meios financeiros (importa não esquecer que continuamos sem legislação de finanças locais e que só a parte não orçada, do Plano atinge uma verba de cerca de nove milhões de contos), como depende ainda da evolução política geral do País.

Só numa perspectiva virada para o socialismo, como a Constituição claramente aponta, será possível levá-lo à prática, com todas as consequências benéficas para a população daí resultantes, principalmente para as mais carecidas.

A votação da Assembleia Municipal é perfeitamente lógica. Muito mais lógica, aliás do que a verificada na Câmara Municipal, onde inexplicavelmente o CDS votou a favor do Plano. Por distração, certamente, logo corrigida na Assembleia com o corrente voto contra.

«Avante!» — Qual a participação das diferentes forças políticas representadas na Câmara para a elaboração do Plano?

S.G. — No início de 1977 formou-se uma Comissão para o efeito, com um elemento de força política, coordenada pelo presidente da CM. Acordou-se então em iniciar o trabalho com base numa "greilha" que reunisse os pontos comuns aos diversos programas eleitorais.

Por motivos alheios à FEPU, a Comissão funcionou mal. Basta dizer que ela reuniu com todos os elementos apenas uma vez!

Malgrado todas as dificuldades (que serviram para acentuar a necessidade de vereadores a tempo inteiro) foi possível desenvolver trabalho. Cabe destacar, para além das contribuições dos vereadores, os inquéritos enviados pela Comissão aos serviços da Câmara e às Juntas de Freguesia, a fim de saber quais as maiores dificuldades e principais necessidades que sentiam e deviam ser contempladas.

Com base nas propostas, sugestões e dados assim recolhidos e na documentação existente na Câmara, foi elaborado o texto-base do Plano, posteriormente levado à discussão em várias reuniões, nomeadamente durante os meses de Novembro e Dezembro.

«Avante!» — Nos termos da Lei 79/77, à Câmara compete elaborar, propor à aprovação da Assembleia respectiva e executar um plano anual de actividades e respectivo orçamento. Mas a Câmara Municipal de Lisboa apresentou um plano trienal. Porquê?

S.G. — Para que um município, e em especial um com as características do de Lisboa, possa desempenhar capazmente a sua actividade ao serviço da população, torna-se indispensável que um plano anual esteja inserido numa perspectiva temporal mais ampla, de médio e longo prazo. Conseguindo o acordo em relação a este princípio e, como se faz notar na própria nota introdutória do Plano, reconhecida a impossibilidade de, para já, definir mesmo em linhas esquemáticas o plano a longo prazo, por um lado, e considerada, por outro lado, a indispensabilidade de um plano de actividades coincidente com o período do seu mandato, a Câmara deliberou elaborar o programa de actividades para o período do seu mandato (até fins de 1979), acrescentando-se mais um ano na tentativa de introduzir na CM uma certa continuidade de acção para além do actual executivo.



Moradia clandestina de dois pisos em fase de acabamento. Para residência própria? Para especulação? Quem financia?

calendários permitirão um controlo da sua execução.

UM PROGRAMA REALISTA

«Avante!» — Muitas outras coisas haverá ainda a dizer sobre estes Plano de actividades, nomeadamente no que se refere a saneamento básico, rede viária, cultura, desporto... É um Plano que abrange uma vasta gama de problemas. Há quem diga que é ambicioso. Será?

S.G. — Quanto ao que ainda não disse, gostaria de realçar o capítulo dedicado às actividades culturais, recreativas e desportivas, bastante desenvolvido e positivo. O Plano aponta para o incremento destas actividades, não só através das instalações já existentes mas apontando também para o aproveitamento de espaços públicos para actividades culturais e recreativas (bibliotecas, teatro, concertos, etc.). De particular relevo parece-me ser a melhor utilização do Teatro S. Luís, cedido pela Câmara a uma nova companhia teatral que está a ser criada da dependência da Secretaria de Estado da Cultura, sob a direcção de Carlos Wallenstein. Assegurando, evidentemente, uma utilização polivalente das instalações do Teatro, onde, por exemplo tem funcionado o teatro Branca Flor (marionetas) de Lília da

Bairro de barracas: até quando será a população obrigada a viver assim?

A FORMAÇÃO IDEOLÓGICA TAREFA DE TODO O MILITANTE

"Aprender, aprender, aprender sempre"
— Lênine

Em fins do século XIX, princípios do século XX, a sociedade capitalista entrava na sua última fase de desenvolvimento, a fase imperialista. Avizinhava-se uma época de grandes tempestades revolucionárias. Na Rússia amadureciam rapidamente as condições para a revolução. A opressão dos latifundiários e da burguesia russa e estrangeira, a falta de direitos de dezenas de povos oprimidos, a arbitrariedade e a violência, a podridão do sistema provocavam a indignação das massas e faziam da Rússia o elo fraco da corrente imperialista.

Ao proletariado russo estava reservado o cumprimento de uma difícil e espinhosa tarefa: abrir à Humanidade o caminho do socialismo.



Era necessário um homem capaz de empunhar o testemunho legado por Marx e Engels, capaz de compreender a ausência da viragem revolucionária que amadurecia e de encabeçar as forças revolucionárias que realizariam essa viragem. Esse homem foi LÊNINE. ("Pequena Biografia de Lênine", Edições "Avante!")

Os ideólogos burgueses e revisionistas tentam contrapor Lênine a Marx e o leninismo ao marxismo, apresentando o leninismo como um fenómeno tipicamente russo, oriental, inadaptado aos países desenvolvidos. Mas a doutrina de Lênine é a continuação da doutrina de Marx e Engels. (Ver biografias de MARX e ENGELS, nas "Obras Escolhidas" de Lênine, volume 1, páginas 4 e 28).

O leninismo é o marxismo da nossa época, a época do imperialismo e das revoluções proletárias, do desmoronar do sistema colonial e da vitória do movimento nacional libertador, da passagem do capitalismo ao socialismo, da vitória do socialismo à escala internacional.

O marxismo é uma doutrina integral e harmoniosa, constituída por 3 partes: a economia política, a filosofia e a teoria do comunismo científico. Assimilara tudo o que de melhor haviam criado os melhores cérebros da Humanidade, a Economia Clássica inglesa, a Filosofia alemã e o Socialismo Utópico. (Ver "As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo", nas "Obras Escolhidas" de Lênine, vol. 1, pág. 35 ou em "Karl Marx e o Desenvolvimento Histórico do Marxismo", página 63 Edições "Avante!")

Em defesa da doutrina revolucionária de Marx e Engels desenvolve-se o leninismo e começa a preparação da Revolução Russa, obra a que Lênine dedicou 30 anos da sua vida.

Lênine seguia o apelo de Marx de não só explicar o mundo mas também de o transformar, de resolver os problemas teóricos em ligação com a prática da luta de classes. Por isso Lênine foi não só um grande teórico mas também um extraordinário organizador.

Para a vitória da revolução e para a construção do socialismo era necessário um partido da classe operária armado com a teoria do marxismo. "Dai-nos uma organização de revolucionários e removeremos a Rússia dos seus alicerces" — escreve Lênine na obra "Que Fazer?". Nessa obra Lênine esclarece problemas cruciais da construção do partido e da sua estratégia e tática, demonstra que só um partido armado com a teoria marxista pode dirigir a classe operária, defende a necessidade de levar as ideias do socialismo ao proletariado, examina tarefas concretas que cabem aos operários.

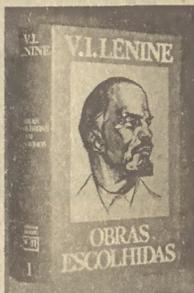
A criação de um partido de novo tipo (de um partido que encabeçasse as massas levando-as ao combate contra a reacção, de um partido capaz de arrebatar a Rússia ao grande capital e aos latifundiários, de um partido capaz de dirigir o país e de assegurar o triunfo do socialismo) foi obra da vida de Lênine. No livro "Um passo em frente, dois passos atrás" Lênine formula os princípios que tornam o partido a força organizadora e dirigente das massas. O partido é o destacamento consciente, de vanguarda, parte da classe operária; é o destacamento organizado com unidade de vontade, de acção e de disciplina; é a forma superior de organização da classe operária; é o elo de ligação entre o destacamento de vanguarda e a massa de milhões de trabalhadores, em primeiro lugar, a classe operária; e é uma organização que se baseia e actua de acordo com os princípios do centralismo democrático.

PARTIDO PROLETÁRIO DE NOVO TIPO



V.I. LÊNINE

O partido de novo tipo foi um legado de Lênine aos revolucionários de todo o mundo. Quando Lênine iniciou a sua actividade revolucionária havia na Rússia um punhado de marxistas. Quando o partido de Lênine chegou ao poder existiam já centenas de milhares de marxistas. Hoje, o Movimento Comunista Internacional conta com mais de 50 milhões de militantes, seguidos por centenas de milhões de pessoas. Trata-se de uma vitória do marxismo-leninismo, que permitiu vitórias históricas da classe operária. (Ver "Que Fazer" e "Um passo em frente, dois passos atrás", nas "Obras Escolhidas" de Lênine, vol. 1, páginas 79 e 215; e ler



também "Partido Proletário de Novo Tipo, Edições "Avante!").

Lênine estudava atentamente a luta económica e política da classe operária da Europa e da América e a luta de libertação nacional. Da prática da luta de classes nos diferentes países retirava ensinamentos, aperfeiçoava a teoria, elaborava a tática revolucionária. Por isso, os revolucionários de todo o mundo encontram em Lênine um riquíssimo tesouro de conhecimentos e experiências, uma bússola segura para a acção.

O leninismo é a ideologia mais avançada e mais influente do mundo contemporâneo. É a ideologia invencível daqueles a quem pertence o futuro. Não admira pois que não haja pessoa no mundo cujas obras tenham sido tamanha difusão: elas foram já editadas em cerca de 120 línguas com tiragens de centenas de milhares de exemplares. Homens dos mais diferentes países e continentes lêem Lênine e aprendem com ele a viver e a lutar. A justiça do leninismo foi confirmada pela Revolução de Outubro (leia os "Dez Dias que Abalaram o Mundo", de John Reed, Edições "Avante!"). Mas foi confirmada também por todo o desenvolvimento do movimento revolucionário do século XX, pela vitória das revoluções proletárias e de libertação nacional. Os ensinamentos e advertências de Lênine encontram eco na própria revolução portuguesa.

O marxismo-leninismo não é um recetário de modelos: é um guia para a acção. A teoria marxista-leninista é inseparável da prática revolucionária. Cada trabalhador, cada revolucionário deve saber aprender com a vida, com a classe operária, com as massas e com o seu partido. Deve estudar constantemente a teoria e enriquecê-la com a prática. O revolucionário deve saber ouvir constantemente a voz das massas, abrir bem os olhos e os ouvidos para perceber o que se passa no seio delas. "Aprender, aprender aprender sempre" — tal foi o apelo de Lênine.

LIVROS

Biografias:
Lênine
Marx
Engels

"Obras Escolhidas" de Lênine, 1.º volume
"Os 10 Dias que Abalaram o mundo"
"Karl Marx e o Desenvolvimento Histórico do Marxismo"
"Partido Proletário de Novo Tipo"

O QUE NOS LEGOU CHARLIE CHAPLIN?

A actividade desenvolvida por esse genial artista que foi Charlie Chaplin foi o tema de uma mesa-redonda que o "Avante!" promoveu e que contou com a participação da actriz Fernanda Alves, do dramaturgo Bernardo Santareno, do crítico de cinema Manuel Machado da Luz e do realizador Luís Couto.

Chaplin havia morrido há pouco mais de uma semana, alguns dos títulos bombásticos de certos jornais já se tinham esfumado. A conversa ia abordar Chaplin-cineasta, Chaplin-actor, Chaplin-actor e, também, o Chaplin-homem.

Manuel Machado da Luz iniciou o debate salientando que o aspecto mais evidente para o público da obra de Chaplin é o seu grande talento como comediante, acrescentando que o seu trabalho como cineasta tem sido relegado para segundo plano.

Bernardo Santareno discordou deste aspecto, referindo o carácter exemplar de Chaplin como autor de filmes, recordando até que, por isso, houve quem lhe chamasse o "Shakespeare do cinema", o "Molière do cinema".

Por sua vez, Luís Couto definiu-o como sendo um dos grandes comunicadores de todos os tempos. E acrescentou: É um artista que tem que dizer aquilo que diz e diz de uma maneira extremamente acessível a toda a gente e de maneira extremamente correcta.

Bernardo Santareno reforçou esta ideia recordando que Chaplin disse várias vezes, ao longo da sua vida, que era um cineasta que fazia filmes para o povo.

A propósito da grande popularidade de Chaplin, Luís Couto trouxe para a conversa as perseguições desencadeadas contra os intelectuais americanos pelo célebre Comité das Actividades Não-Americanas, no período da "caça às bruxas". Recordando que esse organismo repressivo não se atreveu a mandar Chaplin comparecer perante os inquisidores enquanto aquele esteve na América — como fez a tantos outros intelectuais e estrelas de cinema — Luís Couto referiu que a ordem para Chaplin comparecer perante o "Comité" lhe foi dada já no barco em que ele abandonava os Estados Unidos e já fora das águas territoriais. E acrescentou Luís Couto: E isto não foi por acaso: eles fizeram isso para o impedir de regressar à América.

Depois, Luís Couto falou do que se pode chamar a "vingança" de Chaplin — o seu filme "Um Rei em Nova York" — que constituiu a primeira grande denúncia, a nível mundial, dos métodos inquisitoriais do "Comité".

De qualquer modo, Luís Couto refere que a actividade de variadíssimas organizações americanas reacţionárias, apertando o cerco em volta de Chaplin, acabaram por levá-lo a deixar os Estados Unidos.

Retomando a análise do trabalho de Chaplin como realizador de cinema Manuel Machado da Luz referiu as críticas que muitos lhe fizeram — os mesmos que hoje, nos jornais de direita, lhe fazem grandes panegíricos de primeira página, agora que ele já morreu — em virtude dos seus filmes serem imperfeitos, do ponto de vista técnico.

E no entanto — adiantou Machado da Luz — Chaplin é, de todos os cineastas, possivelmente aquele em que essas imperfeições não

continuamos hoje a rir e a chorar com Chaplin.

Depois de ter feito um paralelo entre o Chaplin-actor e os métodos anos mais tarde teorizados pelo grande homem de teatro alemão Bertolt Brecht, Fernanda Alves acentuou: Chaplin consegue juntar duas formas de arte que não é costume os artistas ligarem, que são o melodrama e o burlesco.

O início da vida artística de Charlie Chaplin como "clown", como artista muito modesto de uma pequena "troupe" de mimos, foi, seguidamente apontado por Fernanda Alves para a utilização dessa técnica simultânea de melodrama e burlesco.

Chaplin — salientou a actriz — inventou um personagem espantoso, um personagem que mostra como é anormal o comportamento de uma pessoa normal num mundo desumano, que seriam os Estados Unidos daquela época.

Machado da Luz afirmou mais à frente que outro aspecto extremamente importante da obra de Chaplin é o rigor de caracterização social. Salientando que o personagem Charlot nunca é uma coisa em abstracto, mas sim um personagem extremamente caracterizado em termos de classe, Machado da Luz acrescentou: É um pequeno-burguês reduzido à miséria, sempre no balanço entre uma proletarização e uns sonhos de promoção social.

Eu penso — acentuou ainda Machado da Luz — que nós temos obrigatoriamente que referir este aspecto, hoje e aqui, porque a direita tenta, de algum modo tirar, ou limpar, o personagem Charlot de todas as suas determinantes de classe. Tentando desvincular Charlot da sua caracterização social extremamente rigorosa, a direita tenta assim recuperar a obra de Chaplin.

Analisando um pouco mais Charlot do ponto de vista sociológico, Bernardo Santareno referiu que Charlot nos fala sempre da sua aspiração de justiça social e é por isso que ele é tão compreendido e amado seja onde for. Porque ele vai tocar nos espectadores uma coisa que, mais consciente ou menos inconscientemente, existe em todos: a solidão, os pontapés que apanham ou apantam, mas também os pontapés que Charlot consegue dar com a sua

esperteza. Tudo isso constitui esse mito, constrói esse mito que é naturalmente assimilável por todos os públicos de todos os países e em todas as situações.

A PERTINÊNCIA E A CLAREZA DA CRÍTICA

Noutro "passo" da conversa, Machado da Luz trouxe à discussão outro aspecto que considero importante na obra de Chaplin: a permanente existência de personagens que estão mal com a sua pele, de personagens que não conseguem resolver a contradição entre a sua humanidade e o capitalismo selvático que, em todos os seus filmes e de uma maneira mais ou menos explícita, define a atmosfera.

Depois de ter exemplificado com obras como "Monsieur Verdoux" e "A Condessa de Hong-Kong", Machado da Luz disse ainda que a citação do monólogo de Hamlet "Ser ou não ser" a determinada altura de "Um Rei em Nova York" era uma chave fundamental para a compreensão da obra de Chaplin, exactamente pelo carácter permanente que assume tal contradição.

Bernardo Santareno e Machado da Luz dialogaram em seguida sobre os intuitos polémicos de Chaplin, facto

que consideraram ser uma constante da sua obra, desde os filmes do mudo até à "Condessa de Hong-Kong". E este aspecto sugeriu a Machado da Luz a seguinte análise:

Falámos já aqui, várias vezes e a propósito da obra do Chaplin, de vinganças. É evidente que Chaplin, nos seus filmes, ajusta contas

levantou grandes ódios das forças mais conservadoras e reacţionárias dos Estados Unidos. Quando uma crítica, que pode ser extremamente violenta, perde eficácia na sua comunicação com o público, cal e a direita sabe sempre onde vale a pena atacar e onde não vale a pena. No Chaplin, a direita viu que valia a pena.

A acusação de comunista que foi lançada nos Estados Unidos contra Chaplin mobilizou, depois, boa parte do diálogo entre Fernanda Alves, Bernardo Santareno, Machado da Luz e Luís Couto. Recordou-se que Chaplin nunca fora comunista, mas recordou-se igualmente que ele fora um dos principais lutadores para que os Estados Unidos abrissem, na guerra contra os nazis, uma segunda frente ao lado dos soviéticos. Dizia Chaplin em várias sessões públicas que, se os soviéticos perdessem a batalha contra os nazis, a democracia em todo o mundo estaria seriamente ameaçada.

Todos os intervenientes nesta conversa sobre Chaplin salientaram este aspecto e o aproveitamento que a imprensa de direita sempre fez a propósito desse facto.

No entanto, Machado da Luz diria a propósito: Eu diria que, actualmente, a direita se encontra, relativamente ao Chaplin, na defensiva. E na defensiva, em parte, por isto: é que o problema não está no facto de o Chaplin ter sido, ou não, comunista. Toda a gente sabe que ele não era comunista. Neste aspecto, a direita não tem de facto, armas, porque a esquerda não valoriza o Chaplin por uma questão partidária, por uma vinculação a determinadas linhas políticas.

Luís Couto entrou as acusações a Chaplin no terror desencadeado contra os intelectuais americanos durante a caça às bruxas. Recordou também o boicote que o poder americano, a partir de então, fez aos filmes de Chaplin, nomeadamente às "Luzes na Ribalta" e a "Um Rei em Nova York".

A ARTE POPULAR: A HERANÇA E A LIÇÃO DE CHAPLIN

A troca de impressões retomou o fio à análise da filmografia de Charlie Chaplin, tendo Machado da Luz afirmado que Chaplin tinha conseguido, na sua obra, anular a contradição entre uma grande acessibilidade no que os filmes tinham de essencial e uma grande complexidade artística.

A anulação desta contradição — prosseguiu Machado da Luz — ou, pelo menos, a harmonização entre estes dois pólos, dá o carácter popular à obra do Chaplin. E creio que, no século XX, para além do Brecht, só o Chaplin conseguiu aliar estes dois aspectos.

A raiz popular da sua obra — acrescentou Luís Couto — deriva do facto de, por exemplo e nos "Tempos Modernos", quando ele fala no operário, não fala de cor, mas sim de uma situação que ele conhece bem. Há até muito dele próprio metido nessa situação, muitas das suas vivências anteriores.

Esta conversa sobre o Chaplin e a lição que ele nos dá é que devemos ser optimistas, que devemos lutar por uma arte popular ao serviço do povo, disse, mais adiante, Bernardo Santareno, entrando já na análise da espantosa herança que nos foi legada por Chaplin.

Machado da Luz disse, por sua vez, que o que é fértil na obra de Chaplin é que o essencial dos problemas que ele pôs, nós, hoje, somos obrigados a discutí-los, rediscuti-los.

Sejamos dramaturgos, ou actores, ou críticos, ou realizadores, somos obrigados a ter sistematicamente em conta os problemas que ele levantou.

E foi com esta conclusão que se encerrou esta conversa à volta de Charlie Chaplin e da sua obra, conversa que ultrapassou em muito o escasso resumo que dela se dá. Foi sobretudo, uma troca de impressões entre espectadores atentos dos filmes de Chaplin, acerca da sua obra e das suas lições e que constitui a melhor homenagem a este grande vulto da cultura do século XX.



A imortal figura de Charlot inspirou inúmeros desenhadores. Em cima, reproduzimos um desenho do artista brasileiro Ziraldo, publicado em "O Pasquim".

com muitas coisas e de uma maneira não pessoal. Se quiséssemos falar um pouco dessa coisa mítica que é a genialidade do Chaplin, talvez este exemplo fosse importante: é que o ajuste de contas, a vingança, é sempre extremamente racional e extremamente realista. Chaplin ajusta coisas com milhentas coisas da sociedade americana e do poder político americano e nunca, em nenhum momento, por muito que recorra a exemplificações um pouco extremas, a crítica deixa de ser pertinente. É francamente impressionante como vendo hoje "Um Rei em Nova York", já fora portanto de todas as polémicas que na altura o filme levantou, a crítica a determinados aspectos da sociedade americana, sendo um ajuste de contas, é uma crítica perfeitamente racional e extremamente rigorosa.

E o que é muito importante — acrescentou Bernardo Santareno — é que é uma crítica perfeitamente acessível a todos os espectadores.

A este respeito disse ainda Luís Couto: Foi precisamente essa eficácia de procedimento que lhe

com muitas coisas e de uma maneira não pessoal. Se quiséssemos falar um pouco dessa coisa mítica que é a genialidade do Chaplin, talvez este exemplo fosse importante: é que o ajuste de contas, a vingança, é sempre extremamente racional e extremamente realista. Chaplin ajusta coisas com milhentas coisas da sociedade americana e do poder político americano e nunca, em nenhum momento, por muito que recorra a exemplificações um pouco extremas, a crítica deixa de ser pertinente. É francamente impressionante como vendo hoje "Um Rei em Nova York", já fora portanto de todas as polémicas que na altura o filme levantou, a crítica a determinados aspectos da sociedade americana, sendo um ajuste de contas, é uma crítica perfeitamente racional e extremamente rigorosa.

E o que é muito importante — acrescentou Bernardo Santareno — é que é uma crítica perfeitamente acessível a todos os espectadores.

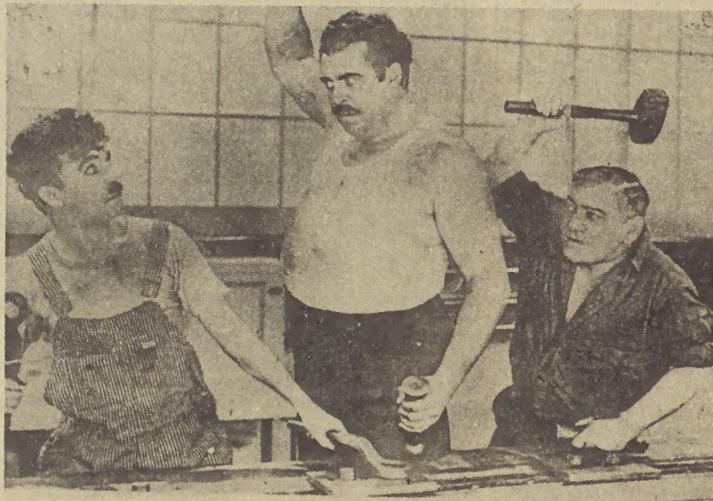
A este respeito disse ainda Luís Couto: Foi precisamente essa eficácia de procedimento que lhe



O rigor da caracterização social é uma das constantes em toda a obra de Chaplin



O rigor da caracterização social é uma das constantes em toda a obra de Chaplin



Chaplin, nos seus filmes, não falava de cor, mas abordava realidades que conhecia bem de perto

Grande Banca
das
edições
Avante!

Sábado dia 14
durante o grande comício no
Campo Pequeno

Livros • Discos • Revistas • Emblemas
Medalhas • Bugigangas • Posters

O RIGOR DA CARACTERIZAÇÃO SOCIAL

A actriz Fernanda Alves, depois de ter afirmado que Chaplin tinha conseguido apanhar o que era fundamental no subconsciente colectivo do seu tempo, acrescentou: E de tal maneira que, de geração para geração, nós

SEMANA INTERNACIONAL

Carter em França

INGERÊNCIA INADMISSÍVEL

O presidente dos EUA, James Carter, acaba de regressar à Casa Branca de uma digressão por diversos países da Europa, Ásia e África. Na imprensa progressista mundial, nomeadamente a dos países socialistas, foi justamente realçado o carácter de manobra política interna, e simultaneamente de manobra provocatória, que esta viagem assume. Hoje, já terminada, ressalta o esforço de ingerência e o falhanço, salpicados de algumas declarações curiosas e esclarecedoras.

Inicialmente prevista para a Polónia, o Irão, a Índia, Arábia Saudita, França e Bélgica, a viagem de Carter, acompanhado do secretário de Estado Cyrus Vance e o conselheiro presidencial para assuntos de Segurança Nacional Zbigniew Brzezinski, contaria depois com uma rápida deslocação ao Egito, deixando assim mais claro como um dos seus objectivos — que foi fundo de debate também no Irão, na Arábia Saudita, e com o rei Hussein da Jordânia — tentar arrancar do impasse a "solução" imperialista para o Médio Oriente.

Mas o que viria a ficar mais evidenciado nesta digressão do presidente dos Estados Unidos não seriam propriamente as preocupações e manobras do imperialismo no Médio Oriente, tão-pouco no chamado corno de África, onde prosseguem os esforços infrutíferos para sufocar de fora e adular por dentro, a revolução etíope: o que ressaltou, com o cunho de escândalo político, foram as profundas preocupações do imperialismo com a Europa.

Os jornais noticiaram — mesmo a imprensa "pluralista" teve de referir — a chocante forma de ingerência nos problemas internos de França em que se traduziu o encontro de Carter com Mitterrand, que foi paternalmente aconselhado a "não fazer uma aliança com o Partido Comunista Francês", e elogiado na sua actual linha de afastamento da esquerda e de recuo nos compromissos assumidos quanto a um programa comum das forças de esquerda francesas. O "L'Humanité", órgão do PCF, e mesmo a direita gaullista chefiada por Jacques Chirac, condenaram a inadmissível atitude do presidente norte-americano. Não naquilo que era terra de original, mas no que tem de perigosamente repetitivo e atentatório dos mais elementares direitos dos povos a decidir do seu destino sem ingerências externas.

No saldo da viagem de Carter, este é um dado muito concreto, a atestar do tipo de política externa que a Casa Branca desenvolve, das suas preocupações fundamentais, da forma como Carter as tenta resolver. Há que juntar-lhe um outro elemento: o rotineiro contraste entre a prática e as declarações de princípio. Alguns dias antes, Carter tinha estado na Índia — uma visita que foi um fracasso para o dirigente americano, pois não foi alcançado o encontro procurado sobre questões nucleares. No documento então assinado afirma-se que: "uma ordem mundial cooperativa e estável depende do direito de cada povo de escolher a sua própria forma de governo e do direito de cada nação de determinar as suas próprias vias políticas, sociais e económicas". A actualização de Carter em Paris fala de que o presidente norte-americano entende desse direito.

As declarações de princípio, os planos, as exposições políticas, salientam-se numa viagem vazia. Assumem mesmo, por vezes, alguns aspectos curiosos e esclarecedores. No Irão, país internacionalmente conhecido pelo seu regime profundamente opressivo, pela repressão brutal que se abate sobre os patriotas e antifascistas, Carter prestou homenagem ao Xá pela "ilha de estabilidade" que diz ser este país e afirmou mesmo: "Partilhamos profundamente com Sua Magestade a causa dos Direitos do Homem". As palavras estão aí e são claras. São palavras oficiais — nem sequer foram indiscretamente captadas por um gravador de jornalista, como outras afirmações proferidas na Índia. Fica-nos uma única dúvida: o que impede Carter de declarar a Pinochet que partilha inteiramente o seu conceito de direitos humanos?

A sua chegada a Paris, Carter declarou: "Vamos discutir a forma de garantir a estabilidade e o crescimento da economia mundial, de lutar pela justiça económica, de manter a defesa das nações do Ocidente através de esforços constantes a favor da paz nas regiões perturbadas como o Médio Oriente, de melhorar constantemente as nossas relações com a União Soviética e os países da Europa de Leste, e de obter uma redução de armamentos em todo o Mundo". E expôs posteriormente um "programa de cinco pontos" para "salvar" o mundo capitalista da crise, uma "nova ordem" da democracia. Das teorias de Carter, nada fica. É difícil falar de estabilidade e crescimento da economia, quando no mundo capitalista, de ano para ano, a taxa de crescimento económico se retrai e sobem as da inflação e do desemprego. Quanto à justiça económica, é um tema difícil mesmo entre países capitalistas — Washington não se exime a deixar cair o dólar, mesmo quando esse facto provoca um agravamento na crise nos outros países seus parceiros (que aliás é referir durante esta viagem do presidente dos EUA). A luta pela "paz", de Carter, passa pela deterioração das relações entre os Estados Unidos e a URSS, relações fulcrais para o desanuviamento mundial, passa pelas tentativas de sabotagem de Belgrado, passa pelas manobras divisionistas no Médio Oriente, hoje muito mais longe da paz do que aqui há alguns meses, passa até pela bomba de neutrões.

Em Paris, onde estas declarações foram proferidas, o único saldo palpável foi o da ingerência nos problemas internos da França. Em Bruxelas, desenvolveram-se tentativas para demonstrar a normalidade das relações entre a CEE e os Estados Unidos, enquanto em 76, a CEE teve um défice comercial de dez milhões de dólares nas suas trocas com os Estados Unidos, metade dos quais no sector agrícola. Também em Bruxelas uma promessa (essa muito clara): na capital belga Carter afirmou que os EUA vão aumentar durante este ano a sua presença militar na Europa Ocidental adicionando mais oito mil soldados aos 272 mil já actualmente estacionados nos países europeus. A que há que acrescentar o envio — ainda em estudo — de mais uma equadrilha de caças-bombardeiros "F-111". Uma "clássica" contribuição norte-americana para a "paz".

LIVRE CIRCULAÇÃO DE IDEIAS OU DIREITO DE PROVOCAÇÃO?

No fim do ano de 77, em Washington, tiveram lugar audiências públicas sobre as ligações entre jornalistas e a CIA. O antigo director da CIA, William Colby, declarou numa subcomissão dos serviços secretos da Câmara dos Representantes, que a CIA se serve da imprensa, no país como no estrangeiro, para o trabalho de espionagem e de provocação que constituem a sua função.

Claro que o Congresso norte-americano, ao apresentar assim publicamente uma actividade francamente conhecida (que fica oficialmente confirmada), não pretendeu de forma alguma liquidá-la pela denúncia pública. Antes pretendeu melhor encobri-la. Doravante Washington dirá: o jornalismo já não tem ligações com a CIA, nós acabamos com tudo isso, de democraticamente, no Congresso. Resta saber quantos poderão acreditar em tal história.

Quase na mesma altura em que decorriam as audiências públicas sobre as ligações entre o jornalismo e a CIA, em Washington, na RDA eram bloqueadas as credenciais do correspondente da revista da RFA "Der Spiegel", lançada na prática sistemática de calúnias contra os países socialistas e que, dando mais um passo nessa escalada, forjou um documento calunioso, que atribuiu a um grupo de disidentes formados à última da hora (nada mais nada menos que funcionários do PSUA). O documento em causa, redigido numa linguagem típica da provocação imperialista, repisa a imagem montada nos estaleiros das organizações de diversão do imperialismo —, ataca naturalmente o marxismo-leninismo e a realidade socialista. Ressalta um facto, de veras significativo: o documento forjado defende a reunificação da Alemanha,

cavala de batalha dos círculos mais reaccionários e revanchistas da RFA, frequentemente ligados, mesmo ao nível de pessoas, fisicamente falando, ao neonazismo, que na RFA tem livre curso, a velhas personalidades, antigos companheiros de Hitler.

O caso do "Der Spiegel" na RDA pode ser considerado exemplar. Feita a provocação, aliás na linha de orientação de uma prática sistemática, o imperialismo protesta inocência e reclama de "direitos" e "liberdades" que de facto lhe estão a ser negados: a liberdade de caluniar, o direito de mentir. O governo da RFA emitiu mesmo um comunicado lamentando a atitude da RDA que classifica de "injustificada e prejudicial". Claro que é negada a existência de um serviço de provocação, como são negadas as evidentes ligações desse serviço com a imprensa que, em muitos casos lhe serve de instrumento, única forma das provocações montadas terem a repercussão desejada.

O que se passou em Washington como o que se passa em Bona chama a atenção para um outro facto: o que entende o imperialismo por "liberdade de informação", em que consiste essa "liberdade" nos países capitalistas.

«LIBERDADE» DE INFORMAÇÃO

Bona reclama da «liberdade» de caluniar

o socialismo dentro das fronteiras de um país socialista, de caluniar a RDA dentro da própria RDA. Em Washington, quando da discussão, na Câmara dos Representantes, das ligações entre a imprensa e a CIA, jornalistas e jornais norte-americanos, o "New York Times" inclusive, tentaram baralhar os dados para fazer surgir uma absurda demonstração: de que essa ligação fazia parte da liberdade de expressão.

Na verdade, o "direito" que Bona defende e que Washington se esforça por justificar e encobrir, tem muito a ver com as críticas do imperialismo ao sistema socialista, e há que reconhecer que tal "direito" não é aceite no socialismo, enquanto no capitalismo é efectivamente praticado. O sistema capitalista salienta os direitos individuais dos cidadãos, muito em particular ao nível da liberdade de expressão, de circulação de ideias. Enfim, em princípio, um indivíduo pode dizer o que lhe vem à cabeça no seu círculo de amigos ou à mesa, em família. A rigor, nem sequer isto é verdade. A perseguição política faz parte do quotidiano da sociedade capitalista e, se o caso escandaloso das interdições profissionais na RFA é o mais conhecido e falado, está longe de ser o único. Mas isso não é o mais importante, pois não é a família ou o círculo de amigos, que forçosamente limitado, pode dar voz a uma ideia ou

uma opinião. Quem difunde a informação, as ideias, as "verdades", no mundo capitalista? Nos EUA, o número de jornais concorrentes é, desde 1970, inferior a 4%, o que significa que a maioria esmagadora da imprensa se encontra nas mãos de poucos monopólios, que naturalmente não subsidiam os jornais (os seus jornais) para que neles sejam defendidos interesses que lhes são alheios; por outro lado, o maior detentor dos meios de informação de massas, sem contar com os trusts gigantes da imprensa, é o departamento militar, o Pentágono, que dispõe da maior rede de rádio e de televisão e edita e difunde pelo mundo inteiro 1450 jornais e revistas. Na Grã-Bretanha, quatro grupos monopolistas controlam 80% da tiragem total da imprensa. Há que acrescentar que a imprensa burguesa não depende só dos seus proprietários: a parte da publicidade no rendimento global da imprensa no mundo capitalista ultrapassava largamente os 50% já nos anos de 73 e 74. Quanto ao "pluralismo" destes meios de informação, que com frequência se tentam apresentar como "sérios" e "objectivos", um pequeno exemplo significativo que nos vem da democrática Itália: na campanha eleitoral de 75, os partidos da maioria governamental dispuseram de 71% do tempo concedido às intervenções na televisão, enquanto o PCI contou com 13,8%, logo seguido dos neofascistas que puderam gozar de 11,8%. Sob o capitalismo, a voz dos trabalhadores não tem lugar a isto se chama liberdade de informação, liberdade de imprensa, livre circulação de ideias.



O povo vietnamita libertou-se da agressão imperialista. Agora, quer construir em paz um futuro de progresso e de justiça.

Vietnam defende as suas fronteiras

Repetindo o apelo para que se iniciassem imediatamente conversações com o Camboja para resolver o conflito fronteiriço, o primeiro-ministro do Vietnam, Dham Van Dong, desmentiu que o seu país houvesse invadido o Camboja, encontrando-se apenas a combater em defesa própria.

Entre os dois países há uma longa fronteira terrestre de 1100 quilómetros, que data desde a colonização francesa, e, em certos troços, ainda não se definiu com precisão. Após a derrota militar do imperialismo americano na zona, contra o qual combateram os dois países, ombro com ombro, o Camboja desencadeou uma série de agressões fronteiriças ao seu vizinho, massacrando milhares de civis e incendiando muitas casas em permanentes "raids" de fronteira e bombardeamentos de artilharia.

A situação chegou a um ponto tão insustentável que o Vietnam, não encontrando eco às suas permanentes propostas de negociação e sentindo-se agredido cada vez com mais violência, acabou por ripostar, concentrando nas suas fronteiras as forças necessárias para a sua defesa e desencadeando em seguida uma contra-ofensiva enérgica.

Neste conflito reconhece-se a influência da China, principal sustentáculo do Camboja não só no aparelho militar como humano, desde conselheiros militares a soldados, numa agressão que tem muito a ver com as posições internacionalistas do Vietnam.

A Lei Marcial do Paquistão dá os seus frutos

A violência que se desencadeou recentemente no Paquistão, na sequência de uma greve numa fábrica de algodão de Multan, mostra-nos mais uma vez que os regimes de direita, sejam quais forem ou se movimentem onde quer que seja, apenas conhecem uma linguagem: a da força, mais ou menos sofisticada, mas sempre brutal.

Os operários da referida fábrica ocuparam, durante cinco dias, para impedirem o seu encerramento, pela direcção: Foi solicitada a intervenção da polícia que, para desalojar os quase dez mil trabalhadores, resolveu abrir fogo, matando pelo menos doze pessoas. E «em legítima defesa», como sempre.

O Paquistão vive sob a Lei Marcial desde Julho do ano passado, quando um golpe militar derrubou o governo de Ali Bhutto, cercando por completo as libéridas e escassas liberdades que se viviam no país, esmagando-o ao peso de uma ditadura militar cuja violência não conhece limites. Apesar desta mudança de governo, que o golpe militar do general Mohammad Zia-ul-Haq trouxe ao Paquistão, não significar muito mais que o resultado de uma luta entre "filhos" do mesmo ventre, a brutalidade cresceu de tom e a violência institucionalizou-se no país.

Ecevit forma governo na Turquia

O novo primeiro-ministro da Turquia, Bulent Ecevit, já foi empossado na chefia da sua equipa ministerial, constituída por 35 membros e sob o lema de «restituir a unidade e a paz ao país».

É a terceira vez, em três anos, que Ecevit forma governo, substituindo agora a coligação de direita de Suleyman Demirel, derrubada recentemente por uma moção de censura apresentada no Parlamento turco. No novo governo estão representadas as quatro forças que derrubaram Demirel no Parlamento, ficando o Partido Republicano do Povo, de Ecevit, com 22 pastas, sendo as restantes distribuídas por um grupo de independentes (10), pelo Partido da Confiança Republicana (2) e Partido Democrático (1).

Entre os vários problemas com que Ecevit terá de se defrontar — gigantesco défice da balança de pagamentos, penúria de divisas, violência política — avulta a questão de Chipre; esta pequena ilha foi invadida pela Turquia, em Julho de 1974, na sequência de um golpe cipriota-grego. Desde então ficou com 40% do território ocupado pelo exército turco, ameaçando-se assim a unidade do país com uma secessão artificial explorada a partir da existência de duas comunidades cipriotas, a grega e a turca.

Todas as forças progressistas do mundo desejam que esta mudança política na Turquia venha a contribuir positivamente para a resolução correcta do problema de Chipre.

Cotação do dólar cada vez mais baixa

A «dança do dólar» não pára, atirando-o para cotações cada vez mais baixas nos mercados de câmbio mundiais. Só num ano o dólar americano desceu 10% em relação ao marco alemão, 33% em relação ao yen e 60% em relação ao ouro. Os artigos americanos custam cada vez mais caro, o que implica o aumento da inflação, reflectindo-se esta crise não só no país mas também no sistema financeiro e monetário dos países capitalistas, exacerbando a concorrência.

Os economistas pensam que a nova crise do dólar se deve, principalmente, à constante deficiência da balança do comércio externo dos EUA, que o ano passado se saldou num défice de pelo menos 30 mil milhões, enquanto em 1976 já ultrapassara os 22,5 mil milhões.

Depois da crise de 1973-75, a mais grave dos últimos 30 anos, a economia americana revelou-se incapaz de superar as suas consequências. Até agora as empresas industriais não estão a dar todo o rendimento possível enquanto, segundo dados oficiais, existem 7 milhões de desempregados. Só em 3 anos, 1974-77, a produção industrial norte-americana foi em 500 mil milhões de dólares inferior à que poderia ser.

A opinião pública norte-americana pensa que as graves dificuldades económicas do país passam pelos custos exorbitantes destinados aos armamentos, estimulado pelo complexo militar-industrial. Enquanto prosseguir esta política, todas as previsões e receitas dos economistas burgueses não podem fazer diminuir ou melhorar, mesmo que provisoriamente, as doenças crónicas inerentes à produção capitalista.

República Democrática Alemã

SOLIDARIEDADE INTERNACIONALISTA

Kurt Seibt, presidente do Comité de Solidariedade da República Democrática Alemã, informou, numa entrevista, que este Comité enviou, durante o ano de 1977, bens de solidariedade no valor de mais de 200 milhões de marcos a jovens Estados africanos, aos Movimentos de Libertação da África Austral (ZAPU, SWAPO, ANC), bem como aos povos do Vietnam e do Laos, sublinhando que estes bens foram transportados em 36 navios e 34 aviões, especiais, agradecendo, na circunstância, a solidariedade assim materializada pela população da RDA.

60% dos bens que o Comité recebeu foram oferecidos pelos 8,3 milhões de membros da FDGB, a Central Sindical da RDA, enquanto que camponeses, organizações de mulheres e de juventude, bem como intelectuais, artistas e comerciantes, ofereceram grandes somas em dinheiro. Graças a esta grande participação, a RDA pôde enviar bens, ao Vietnam, no valor de 75 milhões de marcos e cerca de 12 milhões ao Laos.

Sublinhando que a RDA, ao organizar «semanas de solidariedade», apoiou a luta dos povos africanos e do médio oriente, do povo do Chile contra o imperialismo, assim como a luta contra o neo-colonialismo e o racismo, pelo progresso social e os Direitos do Homem, Kurt Seibt afirmou, a propósito da actividade futura do Comité de Solidariedade da RDA que, «ao fim dum ano, em que o movimento de solidariedade anti-imperialista no mundo ganhara força, em que os povos alcançaram novas e grandes vitórias, nós renovaremos e reforçaremos a nossa profissão de fé e a nossa



Alunos de diversos países em luta contra o imperialismo frequentam, em Berlim, a «Escola de Solidariedade». Na imagem, uma aula de jornalismo

acção, em prol da solidariedade internacional e anti-imperialista», considerando que a luta anti-imperialista ia agravar-se no sul de África e na região árabe.

A concluir, Kurt Seibt disse: «para nós é lógico apoiar, por todos os meios, "o ano contra o apartheid" com que 1978 foi

consagrado pela ONU. Do mesmo modo, a nossa empenhada solidariedade voltará a manifestar-se neste ano de 1978 para com os povos irmãos do Vietnam e do Laos, para com todos os jovens Estados, sobretudo em África, que lutam para que os seus países alcancem a via de desenvolvimento socialista».

«A nossa solidariedade dirige-se também e por outro lado ao povo árabe da Palestina e ao seu representante legítimo, a Organização de Libertação da Palestina (OLP), assim como faremos tudo para desmascarar os crimes da Junta fascista de Pinochet e para a isolar no plano internacional, até que o povo chileno reconquiste a liberdade. O 6.º Congresso da Organização de Solidariedade dos Povos Afro-asiáticos (PSPA), em Março de 1978, em Bagdad, contribuirá particularmente para a realização de todos estes objectivos».

PCP SOLIDÁRIO COM PC TUNISINO

Passaram 15 anos de interdição do Partido Comunista da Tunísia. O Secretariado do Comité Central, do nosso Partido assinou o facto enviando uma mensagem ao CC do PC Tunisino na qual saúda a direcção daquele partido irmão, todos os seus militantes e, por seu intermédio, a classe operária, os trabalhadores e o povo da Tunísia.

«Nesta data — diz ainda a mensagem — reafirmamos a nossa solidariedade de combate para com o Partido Comunista Tunisino na sua luta pelo levantamento da interdição ao Partido Comunista Tunisino, pelo restabelecimento do exercício efectivo dos direitos e liberdades reconhecidos na Constituição Tunisina, pelo respeito pelo direito de associação, organização e expressão de pensamento para todas as correntes de opinião democrática, pelo fim de todas as formas de repressão, pela amnistia geral de todos os presos políticos e pelo livre regresso dos exilados.

«Os comunistas portugueses estão ao lado dos seus irmãos de classe da Tunísia, e fazem os mais ardentes votos para que na sua luta em defesa dos interesses da classe operária e de todos os trabalhadores, pela independência nacional, pela liberdade e o socialismo, o Partido Comunista Tunisino obtenha os maiores sucessos».

Dirigida ao Presidente da República da Tunísia, numa outra mensagem do Secretariado do nosso Partido afirma:

«Na passagem do 15.º ano interdição Partido Comunista Tunisino, comunistas portugueses manifestam solidariedade com luta comunista tunisino pela legalização do seu Partido».

NOTÍCIAS DOS PAÍSES SOCIALISTAS

A Hungria iniciou este ano a extracção de petróleo e gás natural na região entre o Danúbio e o Tisza, estando-se já a instalar os equipamentos necessários. No próximo ano prevê-se a extracção de 20 mil toneladas de petróleo.

e um dispositivo basculante; o motor do basculador é do tipo «Ural-4320» e tem uma potência de 2200 cv. Este camião poderá ser utilizado tanto em regiões de extremo frio como de extremo calor.

A maior e mais velha biblioteca taquigráfica do mundo encontra-se na cidade de Dresde, na República Democrática Alemã. Dispõe de 41000 volumes em mais de 50 idiomas, que somam quase

2000 letras diferentes. Esta biblioteca analisa parte de cem revistas de especialidade, do mundo inteiro.

O número de habitantes da Jugoslávia aumentou, no ano de 1977, em 203 000 habitantes, em comparação com o ano anterior, atingindo um total de 21 875 000.

No último semestre de 1977 plantaram-se 3 milhões de árvores na vertente norte da

«Sierra Maestra», em Cuba, no âmbito dum amplo programa de repovoamento florestal, em curso no país.

A companhia soviética de aviação, «Aeroflot», transportou no ano passado 100 milhões de passageiros, tendo sido inauguradas mais de 50 novas carreiras aéreas.

O aeroporto internacional de Hanói, em Tu Du, reabriu ao tráfego internacional desde

o primeiro dia deste ano. O aeroporto, situado a 30 quilómetros a norte da capital vietnamita, havia sido quase totalmente destruído pelos bombardeamentos norte-americanos.

O cargueiro de minerais «Buzias», de 55000 toneladas, foi lançado à água antes do prazo previsto, nos estaleiros de Constanza. Foi o sétimo barco deste tipo construído nos

maiores estaleiros da Roménia.

Actualmente a televisão polaca, que este ano completou 25 anos de existência, tem um tempo de antena anual de cerca de 8000 horas. A terceira parte das emissões, que se transmitem em dois canais, é a cores. Na Polónia a produção anual de aparelhos de televisão ronda um milhão de unidades. Actualmente 93% das famílias polacas possuem televisão.



OS CAMINHOS QUE A CAMPANHA ABRIU

A Campanha «Promoção Conquistas de Abril», para além do êxito que representou para o reforço do Partido, constituiu um manancial inesgotável de ricas experiências, cuja análise será muito produtiva para todo o trabalho de organização. Com base no que se passou no Alentejo, no Algarve, no Norte e em Lisboa, aqui fica mais um contributo para essa análise.

No passado número demos notícia da experiência colhida pela Organização Regional do Oeste e Ribatejo durante a Promoção Conquistas de Abril. Experiências comuns, experiências diversas, um acumular de dados que a Campanha fez viver a milhares de militantes e a centenas de organizações, o extraordinário êxito que o trabalho de reforço do Partido proporcionou será base de estudo para o Partido. Estudo para que as lições não esqueçam e possam vir a ser utilizadas no futuro, uma vez que, encerrada a Campanha, não terminou o esclarecimento político, não findou nem se estancou a influência que o Partido estende a cada vez mais amplas massas de trabalhadores. Uma vez que o recrutamento, isto é, o trazer à luta organizada novos camaradas não vai terminar, antes encontra ainda melhores perspectivas numa sociedade em luta pela defesa das conquistas de Abril, conservando abertas as perspectivas libertadoras da Revolução.

A Campanha Promoção Conquistas de Abril, todos estão de acordo, contribuiu para o desenvolvimento da organização do Partido em zonas onde mesmo o grande Partido dos trabalhadores não tinha chegado, onde era difícil ouvir-se a sua voz. Disso demos testemunho, baseados nas opiniões que até nós chegaram da parte da Direcção da OROR. Hoje chegam-nos opiniões de quatro outras direcções regionais do PCP. Do Alentejo sublinha-se que esta Campanha enquadra-se nas grandes iniciativas de massas levadas a cabo pelo Partido durante o ano que há pouco findou — a Conferência Económica; a reunião do CC de Julho passado, com as suas propostas políticas cujo impacto na sociedade portuguesa todos conhecemos; a Festa do «Avante!»; a Campanha de

Fundos, cuja meta foi largamente ultrapassada; as grandes manifestações democráticas que os comunistas apoiaram; as sementeiras de Outono; a própria Conferência (a 2.ª) da Reforma Agrária.

Nos escassos 5 meses que a Promoção durou, o Alentejo foi teatro de milhares de sessões de esclarecimento, de festas, de reuniões abertas. Organizações débeis receberam o sangue novo de novos membros do Partido que, com a sua acção, trouxeram uma nova dinâmica. Formaram-se células até então inexistentes em empresas e localidades. Embora em percentagens variáveis, os sectores dos pequenos agricultores, de comerciantes, das mulheres, dos jovens encontraram na Campanha o terreno aberto para se reforçarem. E de tal modo que comentários foram registados, fazendo eco dos sucessos obtidos.

Num café de Borba, por exemplo, um grupo de frequentadores, constatava com uma ironia que disfarçava mal a admiração: «Neste país tudo aumenta, até os comunistas aumentam...»

Por outro lado os Centros de Trabalho registavam uma afluência maior que o usual. «Vou ao Partido» ou «Vou à festa dos comunistas» eram frases costumeiras, provando o convívio mais estreito das massas com o Partido que representa e defende os seus interesses.

Em números absolutos a Campanha alcançou no Alentejo o 2.º lugar — mais de quatro e meio milhares de novos militantes engrossaram as fileiras do PCP nos 3 distritos que compõem a DORA. A maioria dos concelhos ultrapassou as metas propostas.

Entretanto no Norte, embora como é natural a Promoção alcançasse êxitos mais retumbantes nas zonas industriais, foi significativo o desenvolvimento nos sectores e zonas mais difíceis. Em 59 dos 66

concelhos da ORN a organização aumentou. Em 12 deles — onde a organização era débil — verificou-se um aumento para o dobro, tendo-se ainda registado aumentos de 75 por cento em cinco concelhos, de 50 por cento noutros cinco e de 25 por cento em 12. Nalgumas zonas registaram-se as primeiras reuniões do Partido acolhidas com um entusiasmo que faz prever um grande reforço nas lutas a travar.

Vir ao Partido em zonas difíceis, comentam os camaradas do Norte, não é um acto que possa ser apenas encarado do ponto de vista quantitativo. É um acto de coragem com profundo significado político!

Na Organização Regional do Algarve, a Promoção surge numa altura de radicalização de lutas dos trabalhadores, que foram encontrar no Partido a força que pode canalizar e organizar essas lutas, e a Campanha está ligada a esse esforço de defesa das conquistas alcançadas.

Em Lisboa, entretanto, a opinião dos camaradas é de que a Promoção levou à realização de muitas reuniões sobre organização, reuniões que mobilizaram especialmente os quadros e facilitaram a compreensão dos problemas do recrutamento, encarado já como uma tarefa importante, o que teve reflexos positivos em zonas particularmente difíceis.

NOVAS PERSPECTIVAS

O recrutamento continua, a Promoção abriu novas perspectivas para o trabalho de trazer ao Partido mais e mais lutadores, é também a conclusão unânime que vamos encontrar nas opiniões recolhidas das diversas organizações regionais.

A experiência mostra — pensam no Alentejo — que nas organizações mais fortes e com mais vida política, os recrutamentos são maiores, e que menores aparecem naquelas onde se revelam mais débeis os organismos existentes. No entanto, fazem notar, o comportamento responsável e patriótico do Partido, a nível nacional, as suas propostas concretas para a saída da crise muito contribuíram para a adesão de mais trabalhadores.

Entretanto a influência real do Partido, no Norte,

por exemplo, não está ainda correspondendo ao número de militantes que o PCP deveria contar, dado que ali se encontram o 2.º e o 3.º distritos industriais e cerca de um terço da população do país. Há ainda muitos trabalhadores e camponeses que trabalham com os comunistas mas ainda não aderiram ao PCP. Muitas empresas e localidades se conhecem onde se sabe haver simpatizantes do Partido e aonde

recrutamento regular melhoraram.

A Campanha permitiu alargar a influência do Partido, criando novos simpatizantes sob a influência dos militantes que vieram juntar-se à grande família comunista, levou mais longe o conhecimento do Partido. No Alentejo mais de 200 sessões foram realizadas, que tiveram a participação de mais de 40 mil pessoas, amadurecendo as condições para que prossiga o recrutamento activo e organizado. Mais nítida se tornou a necessidade de forjar quadros locais prestigiados, de consolidar as organizações que passem a desenvolver uma actividade regular ao mesmo tempo que promovam iniciativas políticas de massas.

Melhorou o conhecimento do Partido — também é conclusão unânime. As sessões promovidas durante este período, como se constata no Norte, viraram a organização e os militantes para fora, intensificando os contactos com as massas e criando oportunidades para expor a linha e a actividade do PCP. A Campanha, ao mesmo tempo que esclareceu e ganhou simpatizantes, contribuiu para o combate ao sectarismo, abrindo mais a organização às opiniões de outros trabalhadores e democratas.

Com a reanimação de células e a criação de novas, a influência estende-se. Os novos camaradas vêm animados e desejosos de uma vida regular de trabalho organizado, conforme os camaradas no Algarve constataam, apontando a necessidade da sua integração orgânica, tal como em Lisboa se observa, sentindo-se a necessidade de promover essa integração.

No que diz respeito a um dos objectivos centrais da Promoção, que era o de conseguir aumentar o número e reforçar os sectores em que o Partido menos implantação registava, as organizações regionais, de um modo geral, acentuam o êxito que o recrutamento de mulheres permitiu. Assim a DORA, que nos fala de um baixo recrutamento de pequenos agricultores e comerciantes — por dificuldades de organização mas também por uma compreensão política pouco à altura do problema, fala-nos também

de uma percentagem de mulheres recrutadas que se situa nos 29,7 por cento, a que não é alheio o facto de que muitos dos quadros que se destacaram como recrutadores serem mulheres. Quanto aos jovens, a percentagem é considerada fraca no Alentejo, sublinhando-se a necessidade de promover iniciativas apropriadas.

No Norte, onde vieram ao Partido 950 novos camaradas — 20,4 por cento para uma percentagem média existente de 14,1 — o recrutamento de mulheres é considerado positivo. Os camponeses registaram um aumento nas nossas fileiras, aumento que não corresponde, no entanto, à influência real que o PCP tem junto desta camada da população e muito menos à necessidade de desenvolver trabalho nesta frente que é muito importante na região. Quanto aos jovens, a percentagem de novos militantes com menos de 20 anos é de 16,6 por cento e a dos que têm a idade compreendida entre os 20 e os 30 anos atinge os 62,7 por cento!

O Algarve, por seu lado, anuncia que a percentagem de pequenos agricultores recrutados corresponde ao dobro da existente anteriormente. Os jovens, até 30 anos, que aderiram ao Partido são 30 por cento da totalidade dos novos inscritos e as mulheres representam 20 por cento!

Em Lisboa, onde se realça a função do recrutamento orientado e o muito que ainda há a fazer neste campo — junto dos camponeses, por exemplo — registou-se, no que diz respeito à adesão de mulheres, uma percentagem significativa — 27 por cento! Mulheres que nunca pensaram entrar no Partido porque ninguém lhes tinha falado nisso, mulheres que duvidavam que o seu papel fosse importante, aderiram quando foram esclarecidas da necessidade da sua presença organizada.

ADESÃO EXTRAORDINÁRIA

Campanha que contou com o entusiasmo de todo o Partido, a Promoção Conquistas de Abril teve a escorá-la todo um intenso trabalho de organização. Este foi decisivo, dizem os camaradas do Alentejo. Reuniões alargadas, criação de Comissões, formação de grupos de recrutadores, programação de variadas sessões, a presença da Campanha

nos próprios Centros de Trabalho, tais algumas das formas que tornaram possíveis os êxitos obtidos.

Estas formas de organização da Campanha foram, com as devidas diferenças, comuns a todas as organizações, salientando os camaradas do Norte o papel que a discussão no interior dos organismos teve para avaliar as capacidades de recrutamento e das formas a levar a cabo para que a Campanha, na região, alcançasse e ultrapassasse as metas previstas.

Um outro aspecto positivo de sublinhar, como o fazem os camaradas do Algarve, foi que a Promoção desenvolveu o moral dos camaradas e a sua confiança nas possibilidades do Partido o que foi plenamente confirmado pela realidade dos resultados.

Também em Lisboa se foca o aspecto de que a Promoção permitiu, através da discussão interna, conhecer melhor as deficiências e debilidades do trabalho de organização, ao mesmo tempo que a capacidade criadora foi posta à prova e se melhorou o conhecimento do Partido, do seu papel e funcionamento.

Ao longo das semanas e dos meses aqui foram divulgadas algumas experiências exemplares da Promoção. Finda a Campanha, recordamos, nas palavras dos responsáveis das quatro Organizações Regionais que hoje fazem um rápido balanço do que foram as actividades ligadas a esta grande iniciativa política de massas, passos desta tarefa que reuniu os

esforços de todo o Partido. Experiências que revelam antes do mais as capacidades mobilizadoras dos militantes e a extraordinária adesão que correspondeu a esses esforços.

No Alentejo, onde abundaram os exemplos dos porta-a-porta e dos recrutadores individuais, recordamos hoje uma história diferente. Foi uma sessão de esclarecimento. O camarada que a orientava tinha levado consigo apenas 15 fichas. No final, quando apelou aos presentes para que se juntassem aos comunistas, as fichas não chegaram...

E agora no Norte. Aproveitado, sempre que possível, o trabalho e a mobilização que a preparação das Assembleias de organização promovem, estas abriram sempre perspectivas para o recrutamento. Assim foi em Vieira do Minho. Durante os trabalhos encontravam-se presentes 7 camponeses convidados. Estes solicitaram, durante a Assembleia, a sua adesão ao Partido. Imediatamente pôr decisão da mesma, estes novos camaradas foram integrados na própria Assembleia, como delegados!

Do Algarve, onde foram particularmente produtivas as sessões de convívio que revelaram a muitos o espírito fraternal dos comunistas, salientam-se por outro lado as formas organizadas de recrutamento. E não esquecerem aquele exemplo do camarada que entrevistámos para o «Avante!» que, por sua iniciativa, recrutou mais de 80 camaradas!

NÚMEROS DEFINITIVOS

ORGANIZAÇÕES REGIONAIS OU DE REGIÃO AUTÓNOMA	TOTAL	META PREVISTA
Norte	4 693	1 800
Beiras	1 979	700
Oeste e Ribatejo	2 499	700
Lisboa	7 216	2 750
Setúbal	4 441	1 800
Alentejo	4 501	1 800
Algarve	1 128	300
Açores	104	75
Madeira	162	75
Vários	684	
	27 167	10 000

